



MARCOS ROBERTO DE PAULA

**“E EU TENHO MEDO DE POBRE!!”: A MANIFESTAÇÃO
DISCURSIVA DO SUJEITO RACISTA-APOROFÓBICO**

**LAVRAS – MG
2024**

MARCOS ROBERTO DE PAULA

**“E EU TENHO MEDO DE POBRE!!”: A MANIFESTAÇÃO DISCURSIVA DO
SUJEITO RACISTA-APOROFÓBICO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Objetos Culturais e Produção de Sentidos, para a obtenção do título Mestre.

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano
Orientador

**LAVRAS – MG
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Paula, Marcos Roberto de.

"E eu tenho de pobre!!": A manifestação discursiva do sujeito racista-aporofóbico / Marcos Roberto de Paula. - 2024.

105 p.

Orientador(a): Márcio Rogério de Oliveira Cano.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2024.

Bibliografia.

1. Manifestação discursiva do discurso racista-aporofóbico. 2. Os imaginários branco-enriquecido e negro-empobrecido articulados no discurso racista-aporofóbico. 3. O emergir discursivo do sujeito racista-aporofóbico. I. Cano, Márcio Rogério de Oliveira. II. Título.

MARCOS ROBERTO DE PAULA

“E EU TENHO MEDO DE POBRE!!”: A MANIFESTAÇÃO DISCURSIVA DO
SUJEITO RACISTA-APOROFÓBICO

“AND I’M AFRAID OF THE POOR!!”: THE DISCURSIVE MANIFESTATION OF THE
RACIST-APOROPHOBIC SUBJECT

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Objetos Culturais e Produção de Sentidos, para a obtenção do título Mestre.

APROVADO em 27 de setembro de 2024

Dra. Luciana Soares da Silva – UFLA

Dr. Jarbas Vargas Nascimento – PUC-SP

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano
Orientador

LAVRAS – MG
2024

*Dedico aos meus avós Baltazar e Neuza.
Dedico à memória de minha avó Maria de Lourdes.
Dedico ao povo negro e aos não brancos empobrecidos.*

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer, para além das convenções sociais e culturais que exprimem polidez, cordialidade é “boa educação”. Agradecer abarca semântica e discursivamente a colaboração e a interconexão que um trabalho acadêmico exige. Este, em hipótese alguma, não pode ser restrito aos pronomes possessivos no singular (meu, minha), mas sim aos no plural (nosso, nossa), justamente porque foram diversas pessoas, grupos e instituições que, numa rede tecida de relações contribuíram para que se chegasse a este produto científico. Por isso, aqui expresso minha imensa gratidão às pessoas que favoreceram a tessitura dessa pesquisa.

Ao querido e estimado Prof. Dr. Márcio que me acolheu, incentivou-me, acalmou-me, ensinou-me, estimulou-me a fazer junto a ele a publicação e participação em eventos acadêmicos e, sobretudo, orientou-me, acreditando no potencial analítico de algo recentemente conceituado, a aporofobia. A você, Márcio, expresso minha gratidão pelo despertar de consciência, em levar-me a compreender cientificamente a linguagem e os discursos e a entender que as coisas na vida acontecem de forma processual, e a respeitar os momentos, por mais árduos e desafiadores, que compõem tais processos.

À prezada Prof.^a Dr.^a Luciana que acolheu a árdua tarefa de ler criticamente o trabalho, tanto no momento da qualificação quanto no da defesa, levando-me a expandir os horizontes que envolvem a temática da desigualdade racial. A você, Luciana, sou muito grato, principalmente, por me instigar a estudar os aspectos da branquitude que afetam as produções das desigualdades no Brasil.

Ao caro Prof. Dr. Jarbas pelo aceite em também ler e avaliar criteriosamente o trabalho, favorecendo significativamente no aprofundamento acerca do racismo, como também na delimitação de categorias da Análise do Discurso. A você, Jarbas, agradeço imensamente pelas considerações e apontamentos para a melhora e ampliação do trabalho.

Às pessoas que participam do Grupo de Pesquisa de Leitura e Produção do Discurso (GPLPD-UFLA), as quais também fizeram leituras e considerações importantes de algumas partes do trabalho. A vocês, minha imensa gratidão.

Às professoras e professores que compõem o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras, às pessoas que constituem a secretaria da FAELCH e à prof.^a Dr.^a Patrícia, responsável atualmente pela coordenação, sou muito agradecido pela atenção e dedicação em ensinar e também em resolver as demandas burocráticas.

Às amigas e aos amigos que me incentivaram a ir em frente, mesmo nos momentos de crise e de falta de “forças” para prosseguir nos estudos. A vocês e por vocês sou extremamente grato.

À minha família, que mesmo não vivenciando de modo próximo os desafios exigidos nesta empreitada, sempre foi motivo de alçar voos mais altos, imbuído por algo simples, mas profundamente significativo, “a pessoa com educação vai longe, meu filho”. Dentre tantos sonhos e objetivos impulsionados por esse dito, hoje o sonho de ser mestre se concretiza. A vocês, mãe, pais e irmãos, muito obrigado.

A todos vocês, que de uma forma ou de outra, fizeram parte das redes que compuseram a confecção desta pesquisa, serei eternamente grato. E mesmo sabendo que a palavra não consegue abarcar tudo o que está passando em meu ser neste momento, ao final deste trabalho, digo: MUITO OBRIGADO!!!!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a constituição do sujeito racista-aporofóbico, bem como analisar os efeitos de sentido produzidos pela articulação discursiva que manifesta tal sujeito. O trabalho insere-se no âmbito epistemológico da Análise do Discurso Francesa, doravante AD, e nas movimentações analítico-discursivas do Grupo de Pesquisa de Leitura e Produção do Discurso (GPLPD-UFLA). Nesse viés, a partir dos estudos sobre a aversão às pessoas pobres, notou-se que a aporofobia e o racismo relacionam-se no Brasil, tendo em vista que boa parte da população negra brasileira é afetada pelo empobrecimento. Com isso, para compor esta investigação científica, destacaram-se fatores sócio-históricos, ideológicos e discursivos a respeito da pobreza, do racismo e do pacto da branquitude. Assim, para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se no pensamento de Cortina (2020) a concepção de aversão às pessoas pobres, a aporofobia. Recorreu-se também aos estudiosos que estruturaram a AD, como é o caso de Pêcheux (2014), Orlandi (2008; 2020), Courtine (2014), Brandão (2004), Cano (2012), Charaudeau (2017), Maingueneau (2008). Além disso, utilizou-se de conhecimentos elaborados pela História, pela Sociologia, pela Psicologia Social e pela Psicanálise para saber o que é pobreza, como ela se forma no Brasil – principalmente, pela relação com os processos de colonização e de escravização – e como o racismo estrutural e o pacto da branquitude atravessam a construção do lugar de branco-enriquecido e do lugar de negro-empobrecido. O material que compõe o *corpus* consiste em dois recortes discursivos provenientes de duas gravações que se tornaram notícias. O primeiro recorte discursivo advém de um vídeo publicado em 27 de dezembro de 2023, o qual apresenta uma mulher branca, num *shopping center* de Ipatinga-MG, agredindo verbalmente uma mulher negra que estava trabalhando na função de serviços gerais. Já o segundo recorte, noticiado em 12 de julho de 2014, apresenta cenas de outra mulher branca, também num *shopping center* no Rio de Janeiro, proferindo palavras odiosas a outra mulher negra. Tal material enunciativo constitui-se como um discurso racista-aporofóbico. Com isso, partindo dos princípios e procedimentos da AD, optou-se pelas categorias de condições de produção (CP), de imaginários e de sujeito para alcançar o objetivo proposto. Na análise, foi possível resgatar pelo *corpus* os fatores sócio-históricos e ideológicos presentes nos imaginários, nas CP e no sujeito. Através do *corpus* evocou-se, por exemplo, componentes do processo de urbanização e de modernização de São Paulo e também da instituição dos Campos de Concentração no Ceará. Logo, constatou-se que o *corpus* analisado está imiscuído de fatores racistas e aporofóbicos. Portanto, ao final, entendeu-se que o sujeito racista-aporofóbico para manter-se

na posição de mando elitizado, descaracteriza a humanidade e dignidade da pessoa negra-empobrecida impondo-lhe traços sócio-históricos e discursivos que a oprimem e desumanizam-na, como também a relegam a condições precárias de existência.

Palavras-chave: análise do discurso; racismo; pobreza; aporofobia; condições de produção; imaginários; sujeito.

ABSTRACT

This research analyzes the constitution of the racist-aporophobic subject, as well as the effects of meanings produced by the discursive articulation that manifests such a subject. The work falls within the epistemological scope of Discourse Analysis (DA) and studies by the Reading and Discourse Production Research Group (GPLPD-UFLA). From studies on aversion to poor people, it was noted that aporophobia and racism are related in Brazil. Considering that a large part of the black Brazilian population is affected by impoverishment. Therefore, in this scientific investigation, socio-historical, ideological and discursive factors regarding poverty, racism and the pact of whiteness stood out. For the development of the research, Cortina's (2020) thought was sought for the concept of aversion to poor people, aporophobia. We also used the scholars who structured AD, such as Pêcheux (2014), Orlandi (2008; 2020), Courtine (2014) and other researchers. Furthermore, we resorted to knowledge developed by History, Sociology and Social Psychology to know what poverty is, how it forms in Brazil, mainly through its relationship with the processes of colonization and enslavement, and how structural racism and the pact of whiteness impact the construction of the place of white-enriched and the place of black-impoverished. The material that makes up the corpus consists of two speeches that were cut from two recordings, which became news. The first discursive excerpt was taken from the video published on December 27, 2023, which shows a white woman, in a shopping center in Ipatinga-MG, verbally attacking a black woman, who was working in a general services role. The second speech, reported on July 12, 2014, features scenes of another white woman, also in a shopping center in Rio de Janeiro, saying hateful words to another black woman. Thus, based on the principles and procedures of AD, the categories of production conditions, imaginaries and subject were chosen to achieve the proposed objective. In the analysis, it was possible to recover through the corpus the socio-historical and ideological factors present in the imaginary, in the PC and in the subject. Such discursive elements evoke, for example, components of the urbanization and modernization process in São Paulo, as well as the institution of the Concentration Camps in Ceará. Therefore, it was found that the analyzed corpus is permeated with racist and aporophobic factors. In the end, it was understood that the racist-aporophobic subject, to maintain his position of elitist command, mischaracterizes the humanity of the impoverished black person by imposing socio-historical and discursive traits that dehumanize him.

Keywords: discourse analysis; racism; poverty; aporophobia; production conditions; imaginaries; subject.

INDICADORES DE IMPACTO

As articulações epistemológicas movimentadas neste trabalho impactam significativamente nos âmbitos sociais e culturais das áreas temáticas de extensão de Comunicação, Cultura e de Educação, porque seu conteúdo poderá acrescentar entendimentos e perspectivas acerca dos processos sócio-históricos e discursivos que impactam a pobreza e a riqueza, principalmente na conjuntura brasileira, em que tais indicadores socioeconômicos atrelam-se aos componentes étnico-raciais. Assim, ao evidenciar a manifestação do sujeito racista-aporofóbico em determinado discurso foi possível constatar que a construção de tal ódio está duplamente constituída, pois tal sujeito expressa violência em relação à raça negra e à classe social pobre. Portanto, ao trabalhar com o objetivo de compreender a formação do sujeito racista-aporofóbico esta dissertação conseguiu apresentar que na articulação discursiva racista-aporofóbica o imaginário de pobre na cultura brasileira é permeado pelos elementos da negritude. Além disso, como público desta pesquisa, podem ser considerados tanto estudantes, quanto pesquisadores das áreas da Comunicação, das Ciências Sociais e, principalmente, da Linguística. Em suma, este estudo alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) de nº 4 (Educação de qualidade) e de nº10 (redução das desigualdades), no sentido de providenciar uma análise de discurso materialista que visa compreender a produção de sentido que se vincula à manifestação do sujeito racista-aporofóbico.

IMPACT INDICATORS

The epistemological articulations used in this work have a significant impact on the social and cultural spheres of the thematic extension areas of Communication, Culture and Education, because their content can add understandings and perspectives about the socio-historical and discursive processes that impact poverty and wealth, especially in the Brazilian situation, in which such socioeconomic indicators are linked to ethnic-racial components. Thus, by highlighting the manifestation of the racist-aporophobic subject in a given speech, it was possible to verify that the construction of such hatred is doubly constituted, as this subject expresses violence in relation to the black race and the poor social class. Therefore, by working with the objective of understanding the formation of the racist-aporophobic subject, this dissertation managed to present that in the racist-aporophobic discursive articulation, the imaginary of the poor in Brazilian culture is permeated by elements of blackness. Furthermore, the audience for this research can be considered both students and researchers in the areas of Communication, Social Sciences and, mainly, Linguistics. In short, this study aligns with the Sustainable Development Goals (SDGs) of the United Nations (UN), no. 4 (Quality education) and no. 10 (reduction of inequalities), in the sense of providing a materialist discourse analysis that aims to understand the production of meaning that is linked to the manifestation of the racist-aporophobic subject.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Condições de Produção do Discurso.....	31
Figura 2 – Percentual de negros(as) no Poder Judiciário.....	64
Figura 3 – Mulher branca ofende mulher negra.....	74
Figura 4 – Anelina explicando o que aconteceu.....	75
Figura 5 – Mulher negra sendo agredida verbalmente por mulher branca.....	76
Figura 6 – Rendimento médio mensal real de 2022, por sexo e cor ou raça.....	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 Condições de Produção.....	17
2.2 Formação Discursiva.....	22
2.3 Imaginários, Formações Imaginárias e Imaginários Sócio-Discursivo.....	24
2.4 Sujeito a partir da Análise do Discurso.....	30
2.5 Sujeito - Algumas Perspectivas Psicanalíticas.....	37
3 POBREZA, APOROFOBIA E RACISMO: ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS, DEOLÓGICOS E DISCURSIVOS.....	41
3.1 Concepções sobre a Pobreza.....	42
3.2 A Aporofobia.....	47
3.3 Fatores sócio-históricos acerca da pobreza e da aporofobia no Brasil.....	50
3.4 Aporofobia, Racismo e Pacto da Branquitude.....	58
4 ANÁLISE – O DISCURSO RACISTA-APOROFÓBICO.....	68
4.1 Metodologia de Trabalho.....	68
4.2 Descrição do corpus.....	73
4.3 As Condição de Produção do Discurso Racista-Aporofóbico.....	77
4.4 Os imaginários de negro e de pobre na cultura brasileira.....	84
4.5 O sujeito racista-aporofóbico.....	89
5 CONCLUSÃO.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre as desigualdades sociais envolve destacar fatores políticos, econômicos, culturais que se articulam na produção de situações e questões complexas de serem resolvidas ou amenizadas. Nesta pesquisa, tal temática é compreendida e analisada a partir dos estudos discursivos propostos pela Análise de Discurso Francesa, doravante AD, que se apresenta com princípios e procedimentos capazes de analisar e de entender uma dada conjuntura sociopolítica-econômica através da produção dos discursos. Com isso, entende-se que a linguagem confere realidade às coisas, ela tem a capacidade de conferir materialidade simbólica.

Nesse viés, se a linguagem tem o poder de significar as realidades, conseqüentemente, os discursos, as palavras, os enunciados e suas articulações e engendramentos lógico-discursivos carregam também competências de causar as desigualdades. Nesse sentido, a linguagem não pode ser entendida somente como um instrumento de comunicação e interação intersubjetiva. Isso porque, pensar ela é entender igualmente a movimentação discursiva realizada no preenchimento dos sentidos, que uma dada significação da realidade recebe e, por conseguinte, evidencia a produção das disparidades socioeconômicas e culturais que impactam determinadas sociedades.

A partir disso, analisar as desigualdades por meio da AD envolve compreender as formações discursivas que incidem na produção imaginária de rico e de pobre. Mas tal investida requer evidenciar os processos de formação que revestem o rico e o pobre. Por isso, é preciso resgatar fatores sócio-históricos, acontecimentos que vão tornando o rico um ser enriquecido e o pobre empobrecido.

A temática da desigualdade racial e socioeconômica, compreendida aqui na perspectiva da AD, é problematizada pelas seguintes questões: Como é constituído o efeito discursivo do sujeito racista-aporofóbico? De que modo as condições de produção (CP) e os imaginários impactam na manifestação de tal sujeito discursivo? O que se entende por pobreza e por aporofobia? Será que o imaginário de pobre, no Brasil, atrela-se ao negro? A partir desses questionamentos, a empreitada analítico-discursiva deste trabalho tenta dimensionar e entender a produção das disparidades socioeconômicas brasileiras, principalmente, visando alcançar o principal objetivo de compreender a constituição do sujeito racista-aporofóbico e os efeitos de sentido produzidos pela articulação discursiva que manifesta tal sujeito. Para se chegar a tal objetivo, mobilizam-se outros objetivos específicos, como analisar as condições de produção e os imaginários que se atrelam ao sujeito racista-

aporofóbico, bem como, articular os fatores sócio-históricos e discursivos a respeito da pobreza e da aporofobia no Brasil ao racismo e ao pacto da branquitude.

Ademais, como a linguagem elabora e organiza a realidade, é fundamental destacar a produção sócio-histórica e discursiva, que enlaça o rico-enriquecido e o pobre-empobrecido na conjuntura brasileira. Para isso, é categórico ressaltar que tanto o enriquecido quanto o empobrecido são produtos culturais, políticos, econômicos e sociais advindos de encadeamentos processuais lógico-discursivos de disputas pela verdade e, conseqüentemente, pelo poder. Assim, o poder enunciativo que reveste o sujeito branco-enriquecido, pertencente a uma elite no Brasil, não é a mesma força discursiva que envolve o sujeito negro-empobrecido, conforme é destacado nesta pesquisa. Por isso, entende-se que as dicotomias discursivas e ideológicas entre riqueza e pobreza no contexto brasileiro são constituídas pelas desigualdades raciais, as quais são naturalizadas pelo pacto da branquitude e pelo racismo estrutural. Estes fatores estabelecem um lugar de privilégio para o sujeito branco-enriquecido, ao mesmo tempo em que limitam as oportunidades do negro-empobrecido. Assim, tanto o pacto da branquitude quanto o racismo estrutural desempenham papel crucial na formação do imaginário de pobre na cultura brasileira.

O acordo social implícito que privilegia pessoas brancas em detrimento de pessoas negras e não brancas juntamente com o racismo estrutural, que se encontra enraizado nas instituições e na cultura brasileira, além perpetuar a ideia de que ser branco está associado à riqueza e ao privilégio, cria barreiras que dificultam o acesso de pessoas negras a oportunidades de ascensão socioeconômica. Isso vai sendo manifestado pelos diversos tipos de discursos, sobretudo o racista e o aporofóbico, os quais, muitas vezes se conectam, contribuindo assim para a maneira como a pobreza é percebida e representada no Brasil. Ou seja, o imaginário de pobre, na sociedade brasileira, é constituído pelas desigualdades socioeconômicas e raciais que marginalizam a população negra.

Nessa correlação de elementos discursivos, sócio-históricos, ideológicos, políticos e econômicos este trabalho é desenvolvido, sendo dividido em três partes. Na primeira, recorre-se aos estudiosos do discurso para entender os elementos e fatores que engendram e atravessam o discurso, principalmente as categorias de condições de produção, formação discursiva, imaginários e sujeito.

Na segunda parte, as movimentações investigativas promovidas pelos estudos do discurso necessitam articular-se com outras áreas do conhecimento para que se estabeleça uma análise profunda e de maior relevância para a comunidade acadêmica. Por isso, no segundo momento, vai-se à Filosofia para conceituar a aversão às pessoas pobres, a

aporofobia, bem como à Sociologia para saber sobre o que é pobreza e desigualdades, e como elas são elaboradas. E recorre-se também à Psicologia Social para entender sobre branquitude e a universalização do branco. Além disso, as pesquisas no campo da História do Brasil, entre o final do século XIX e início do XX, são ressaltadas para se compreender a formação do país, que foi afetado, como destacado no texto, pela escravização, pela imigração europeia, pelos processos de urbanização e industrialização e pela criação dos Campos de Concentração no Ceará. Tais abordagens se debruçam sobre fatores sócio-históricos que produziram a pobreza e, conseqüentemente, a aporofobia.

Depois de entender os componentes que atravessam e estabelecem, materialmente, o discurso racista-aporofóbico, resgatando, principalmente, os elementos sócio-históricos, discursivos e ideológicos, vai-se para o terceiro momento, em que há a explicação do percurso metodológico, a descrição do *corpus*, bem como a análise, conectando o referencial teórico com as outras áreas do conhecimento para assim abranger os componentes da manifestação do sujeito racista-aporofóbico.

O material que constitui o *corpus* analisado é constituído por dois recortes discursivos, que compõem o discurso, nomeado aqui como racista-aporofóbico. O primeiro recorte apresenta uma situação comunicativa em que uma mulher branca, num *shopping center* na cidade de Ipatinga-MG, profere palavras ofensivas e desrespeitosas a uma mulher negra que estava trabalhando no referido estabelecimento na função de limpeza geral. O segundo também manifesta circunstâncias enunciativas depreciativas e de menosprezo em que outra mulher branca reproduz, em um *shopping center* no Rio de Janeiro, palavras odiosas a uma mulher negra.

Com isso, por meio dessa pesquisa, foi possível evidenciar as articulações discursivas de poder e de ódio que se estabelecem na sociedade brasileira, sobretudo, através das condições de produção, que atrelam ao *shopping center* lógicas semântico-discursivas e ideológicas que resgatam os processos de escravização e de outros momentos históricos em que pessoas negras e empobrecidas foram relegadas a pertencerem. Ocupando, assim, lugares e funções apresentados aqui como “não-lugares”, deslegitimados pela política, pelo saber e pela cultura embranquecida/ enriquecida nacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

*“Mais do que criar novas linguagens, trata-se de desautorizar a linguagem que tem como função calar.”
(Viviane Mosé)*

2.1 Condições de Produção

Os estudos empreendidos pela Análise de Discurso (AD) buscam compreender as articulações históricas, ideológicas e linguísticas que constituem os discursos. Assim, em tais estudos, considera-se que os enunciados e os sentidos não são produzidos de maneira neutra ou abstrata. Desse modo, entende-se que os enunciados estão atrelados à categoria de Condições de Produção (CP), que relaciona o sentido dos dizeres com a “situação” social, antropológica, ideológica das quais decorrem (Cano & Pena, 2022).

A partir dessas considerações, a princípio, compreende-se que as CP impactam significativamente na produção do sujeito, o qual se estabelece como um efeito discursivo. Tal entendimento será aprofundado mais à frente, no momento em que se refletirá sobre o sujeito na perspectiva dos estudos discursivos.

A AD procura entender e explicar o sentido de um enunciado sem recorrer apenas ao instante do dizer, ao dito contexto imediato, ao qual se constituem dadas estruturas linguísticas. A AD mostra que o que dá sentido àquilo que o enunciador diz é a posição ideológica de que depende, bem como as relações que se estabelecem entre o discurso presente e o passado, que foi dito por um enunciador que se dizia da mesma perspectiva ideológica (Possenti, 2009). A esses elementos que extrapolam o momento imediato de fala convencionou-se categorizar como CP.

Courtine (2014) aponta que há algumas heterogeneidades, algumas contraditórias, acerca da noção de CP. Por isso ele faz um panorama que teoriza melhor o conceito de CP no campo epistemológico da AD. A origem da noção é apontada em três ordens. A primeira na *análise de conteúdo*, aplicada geralmente pela psicologia social. A segunda encontra-se associada à sociolinguística. E a terceira origem de CP é marcada pela afirmação de Z. Harris (1969, p. 10 apud Courtine, 2014, p. 47) “as particularidades de personalidade que provêm da experiência do indivíduo em *situações interpessoais condicionadas socialmente*”.

Assim, a concepção de CP, de acordo com Courtine (2014), encontra nos estudos de Michel Pêcheux ampliação para os estudos discursivos, porque destaca as articulações, que envolvem os lugares determinados objetivamente, e estão representadas por inúmeras

‘formações imaginárias’. Com isso, a relação constituída entre os lugares determinados e as representações subjetivas desses lugares “propiciam interpretações nas quais o elemento imaginário domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo” (Pêcheux & Fuchs, 1975, p. 25 apud Courtine, 2014, p. 49). Porém, tal definição não consegue romper com os princípios psicossociológicos acerca das CP (Courtine, 2014).

Para Brandão (2004) a estruturação de Pêcheux acerca da CP contribui para o fato de enxergar nos protagonistas do discurso não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas sim a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social”. Com isso, existe em cada instituição social um “o lugar” predeterminado em que os sujeitos irão atuar. Como, por exemplo, na Igreja Católica há os lugares – imaginários pré-determinados, em que o bispo, o padre, o diácono, o leigo –, que estão marcados para serem exercidos, discursivamente, cada um a seu modo.

No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de formações imaginárias que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do imaginário do outro, fundar estratégias de discurso (Brandão, 2004, p. 44).

A caracterização do processo enunciativo presente em cada discurso não corresponde efetivamente a de uma determinada situação, porém, manifesta-se nas peculiaridades individuais de cada agente discursivo, como também pode se expressar nas relações intersubjetivas de um grupo.

A partir disso, entende-se que os planos históricos, linguísticos e psicossociológicos que remetem às CP são alinhados sem que haja uma hierarquização (Courtine, 2014). Ou seja, os elementos históricos, psicossociológicos e linguísticos, ao comporem as CP, são interdependentes em relações heterogêneas e instáveis. O linguista ainda ressalta que:

No que diz respeito ao nosso trabalho [de conceituar as CP], e em razão do quadro geral de definição das relações entre discurso e ideologia que expusemos na Introdução, gostaríamos de nos distinguir da irresistível atração que toda pesquisa, especialmente sobre a enunciação no discurso, parece ter por uma definição das CP em que domina a referência a uma situação psicossociológica de comunicação. O caráter heterogêneo e instável de noção de CP de um discurso faz dela, nessa perspectiva, o lugar onde se opera uma psicologização *espontânea* das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o

discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situação de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os “sujeitos do discurso”, o que equivale também a situar no “sujeito do discurso” a fonte de relações de que ele é apenas o portador ou o efeito. Isso parece necessitar de uma redefinição da noção que reordene à análise histórica das contradições ideológicas no conceito de formação discursiva (Courtine, 2014, p. 51-52).

O impasse para os objetivos apresentados por Courtine apresenta-se, de um lado, a partir da dificuldade de fazer encaixar a concepção de CP do discurso com a noção de situação e enunciação, e, por outro lado, “em recorrer à pragmática como análise do jogo das intervenções verbais” (Courtine, 2014, p. 52).

Para o autor, a comparação com o teatro ou com o combate ajuda a compreender a articulação teórica da Linguística com a História, porque é em um campo fechado, no palco do teatro ou entre as cordas do ringue, que acontecem as peripécias enunciativas, ao abrigo estruturante das determinações da História (Courtine, 2014).

O caminho investigativo feito por Courtine mostrando as possíveis origens da noção de Condições de Produção do discurso como também as transformações de tal noção, resultam da reflexão, por parte do autor, de que a concepção acerca das CP precisa ser redefinida e, para isso, ele recorre ao conceito de formação discursiva. Na ótica de Courtine, isso possibilitará a delimitação de um *corpus* que não perca “a possibilidade de identificar, através das produções e das mudanças discursivas, o efeito inscrito das contradições ideológicas de classe na materialidade dos discursos” (Courtine, 2014, p. 68).

A redefinição, portanto, proposta por Courtine acerca da concepção de CP, passa a ser incisiva e determinante para os estudos empreendidos pela Análise de Discurso, porque articula a análise histórica das contradições ideológicas, presentes na materialidade linguística dos discursos, com a noção de formação discursiva.

A síntese de Orlandi (2020) sobre CP contribui também para a abstração do conceito. Para ela, deve-se considerar a concepção de CP em sentido estrito, o contexto imediato em que se constata nas circunstâncias de enunciação. E também agregar os sentidos mais amplos e profundos de CP, o contexto sócio-histórico e ideológico. Dessa forma, “as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário” (Orlandi, 2020, p. 38).

Nesse sentido, a troca de palavras que é apresentada num diálogo, por exemplo, entre uma professora e um estudante encontra-se marcada pelas condições imediatas do que é dito,

mas também está “amplificada” pelas condições sócio-históricas e ideológicas que circunscrevem a certas regras e posições que tais sujeitos devem obedecer e ocupar numa dada sociedade, impondo valores a serem celebrados no convívio social. Isso “é, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras” (Orlandi, 2020, p. 38). Por isso, as CP estão relacionadas, constitutivamente, aos elementos da linguagem, da historicidade, da formação social e do imaginário, que agem simultaneamente na produção discursiva (Orlandi, 2020).

O sujeito, portanto, ao proferir um enunciado, inevitavelmente acaba aderindo a uma determinada rede semântica. No entanto, ao realizar tal filiação, ele não consegue controlar os efeitos de sentidos que são produzidos, porque tais sentidos encontram-se atrelados aos fatores ideológicos, históricos e inconscientes (Orlandi, 2020).

Entende-se, com isso, que esses fatores estão latentes, nas produções discursivas, como conjuntos de forças pulsantes, que disputam e impulsionam as construções dos sentidos. O sujeito, desse modo, está atravessado por elementos que extrapolam sua individualidade, ou seja, relacionam-se a partir da linguagem e da história, no processo de simbolização do mundo e na produção de significados, elementos culturais, valores que condicionam os sujeitos e os dizeres na sociedade. Tais fatores excedem os condicionamentos comportamentais e subjetivos que um usuário da língua dará a um enunciado, justamente porque o discurso não se reduz ao ato de dizer individual, mas encontra-se amplificado na relação complexa dos elementos indicados, que estruturam o sujeito discursivo (Courtine, 2014).

A AD, dessa maneira, pressupõe a linguística e afasta-se da análise de conteúdo, justamente porque estuda a especificidade da materialidade da linguagem. Mas, também se distancia desta na medida em que considera os processos históricos que constituem o discurso, seu objeto de pesquisa (Orlandi, 2008). Ou seja, os estudos discursivos se interessam pelo modo como a linguagem é estruturada e utilizada nos discursos, o que inclui a escolha de palavras, a construção frasal, a organização dos textos, mas também os elementos que extrapolam a superfície da língua(gem), como os componentes sócio-históricos e ideológicos.

Os pressupostos teóricos utilizados pela AD são “instrumentos” que transformam tanto o ponto de partida (conceitos) quanto o de chegada (as consequências analíticas). Tais instrumentos não são neutros. A determinação histórica que envolve um discurso não pode ser entendida como apenas um reflexo exterior, mas sim como constituição materialmente linguística, pois é uma maneira de pensar a materialidade do sujeito e dos sentidos, enlaçados

e produzidos pela historicidade. Com isso, Orlandi (2008) compreende que o sujeito é descentrado, porque ele não é a fonte e o responsável pelos sentidos produzidos, mesmo o considerando como parte do processo da produção discursiva. Portanto, entende-se que “a linguagem é sentido e a história faz sentido” (Orlandi, 2008, p. 36).

Nesse viés, a História, nas perspectivas analíticas discursivas, está conectada às práticas culturais de uma dada sociedade, não ao tempo em si. De tal modo, a História se consolida a partir das relações de poder e de sentidos que são articulados nas práticas culturais, que se manifestam também pela linguagem. Assim, ela não é cronologia. Nesse sentido, a AD não se preocupa em extrair o conteúdo expresso num texto, mas sim em apreender a sua historicidade, que se dispõe no interior de uma relação conflituosa de sentidos (Orlandi, 2008).

Logo, evidenciar a historicidade compreende destacar nas produções discursivas os componentes ideológicos, culturais, políticos, sociais, que, sutilmente, enlaçam e preenchem de sentidos os enunciados. Com isso, a AD entende que os textos não possuem apenas um único sentido denotativo estático; eles, ao contrário, possuem múltiplos sentidos que podem ser interpretados de modos distintos. Sendo que tais sentidos, muitas vezes, disputam “lutas” de poder pela legitimidade e pela “verdade” em diferentes momentos históricos.

A relação com a história é dupla: o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no “futuro”, mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos. Atua sobre a linguagem e opera no plano da ideologia, que não é assim mera percepção do mundo ou representação do real (Orlandi, 2008, p. 42).

Essa relação conflituosa mostra como o discurso não é uma expressão neutra de ideias, mas ele é uma força dinâmica recíproca, que envolve e é envolvida pelas movimentações sócio-históricas, influenciando, com isso, tanto a interpretação do passado, quanto as expectativas para o futuro.

Nessa perspectiva, a AD busca explicar as articulações que operam no funcionamento do discurso e nas determinações históricas, causadas pela ideologia. Esta se encontra numa concepção discursiva em relação ao poder. A ideologia, para a AD, não é simplesmente a dissimulação ou a “não-realidade”, mas “pode ser compreendida como a direção dos processos de significação, direção essa que se sustenta no fato de que o imaginário que institui as relações discursivas (em uma palavra, o discursivo) é político” (Orlandi, 2008, p. 43).

Então é isso a ideologia, na perspectiva do discurso: há uma injunção à interpretação, já que o homem na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar; condenado a significar, essa interpretação não é qualquer uma, pois é sempre regida por condições de produção de sentidos específicos e determinados na história da sociedade. O processo ideológico, no discurso, está justamente nessa injunção a *uma* interpretação que se apresenta como *a* interpretação. Esse é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso (Orlandi, 2008, p. 43-44).

Com isso, Orlandi (2008) evidencia que a ideologia opera significativamente na produção do discurso, porque exige interpretações específicas e determinadas pelas condições sócio-históricas. Isso revela a complexidade e a influência da ideologia na formação de visões de mundo bem como na estruturação das relações culturais, políticas, econômicas e sociais.

Assim, a movimentação que se estabelece entre os lugares objetivamente determinados, numa dada formação, e a representação subjetiva de tais lugares, em uma situação discursiva, produzem interpretações em que o fator imaginário afirma ou nega as determinações objetivas que evidenciam um processo constitutivo do discurso (Courtine, 2014). Dessa forma, o autor propõe a relação entre condições de produção e formação discursiva.

2.2 Formação Discursiva

Courtine (2014) destaca que o conceito de Formação Discursiva (FD) aparece primeiramente na obra *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault. Este trabalho é permeado de questionamentos a respeito das condições discursivas e históricas que incidem na produção dos sistemas de saber.

Pensar formação discursiva requer entender que há um arcabouço linguístico, histórico e ideológico que pode ser localizado na materialidade da língua, que, ideologicamente, formula e interpreta determinado discurso. Sendo que os elementos linguísticos e ideológicos são constituídos pela historicidade. No entanto, não é possível determinar um marco zero de um determinado enunciado, pode-se afirmar que tais componentes discursivos encontram-se numa relação de “simbiose”, em que há reciprocidade e interdependência entre os elementos linguísticos, ideológicos e históricos.

Nessa perspectiva, Courtine (2014) aponta que a materialidade discursiva que se vincula às FD é assegurada pela existência dos aparelhos ideológicos de Estado, porque se trata de realidades complexas que colocam em jogo práticas associadas às articulações de

lugares gerados pelas relações de classes. Trata-se também de realidades contraditórias em que a colisão de sentidos é determinada pelas relações antagônicas de classes, dentro de aparelhos ideológicos, de posicionamentos políticos, os quais não se originam ou se encerram nos indivíduos, porém, se organizam em formações sustentando entre si relações de dominação, de antagonismo e de aliança.

Falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir, como uma força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social num dado momento: cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras (Courtine, 2014, p. 72).

Ademais, Orlandi (2020) aponta que a FD conceitua-se articulada a uma dada formação ideológica – um posicionamento localizado dentro de circunstâncias sócio-históricas – que irá impor o que deve ser dito. “Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem” (Orlandi, 2020, p. 41).

Assim, a língua(gem), por si só, não predetermina os sentidos. Isso depende também das relações estabelecidas nas/pelas formações discursivas. Mas as FD não se constituem em blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pelas contradições, “são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (Orlandi, 2020, p. 42).

A autora destaca, com isso, que será também pela referência à FD que se podem alcançar, no funcionamento dos discursos, os múltiplos sentidos que se produzem. Igualmente, entende-se que uma palavra pode possuir distintos significados porque pode se movimentar entre diferentes formações discursivas. Os inúmeros usos feitos com a palavra se articulam com as condições de produção, que são diferentes e podem se referir a distintas formações discursivas. A partir disso, serão evidenciadas as condições de produção e será observado o funcionamento da memória que a AD irá propor o dizer a uma dada formação discursiva (e não a outra) para confirmar o sentido que se expressa num discurso (Orlandi, 2020).

Portanto, a formação do sujeito discursivo se constitui por meio de uma interpelação, em que ele se inscreve numa formação discursiva, a qual é condicionada ideologicamente, dentro de uma sociedade. “Esta forma-sujeito corresponde, historicamente, ao sujeito do

capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomas (responsável pelo que diz), um sujeito com seus direitos e deveres” (Orlandi, 2020, p. 43).

Courtine afirma que:

Se uma dada FD não é isolável das relações de desigualdade, de contradição ou de subordinação que marcam sua dependência em relação ao ‘todo complexo dominante’ das FD, intrincado no complexo das instâncias ideológicas, e se nomeamos ‘interdiscurso’ esse todo complexo com dominante das FD, então é preciso admitir que o estudo de um processo discursivo no interior de uma dada FD não é dissociável do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso (Courtine, 2014, p. 73).

Nesse sentido, as FD não podem ser isoladas das relações de desigualdade, contradição ou subordinação que caracterizam sua posição dentro de um sistema de dominação mais amplo. Esse complexo dominante configura-se como uma rede discursiva que sustenta e perpetua as relações de poder numa dada sociedade. Conseqüentemente, a partir dessas relações o interdiscurso é a “totalidade” ideológica e discursiva das diferentes FD. Sendo que é através do interdiscurso que os significados, os sentidos e as ideologias são negociados e estabelecidos.

A busca, por conseguinte, pela localização de uma determinada FD será justamente uma empreitada para evidenciar, em um conjunto de enunciados, as determinações que podem mostrar a maneira como os enunciados se conectam, de forma sutil, ao discurso. Isso atravessará o sujeito, direcionando seus dizeres e sua filiação ideológica. Como essa imposição é aplicada pela formação discursiva, o sujeito poderá assumir diferentes características ideológicas dentro de um mesmo enunciado (Cano, 2012).

A formação discursiva, desse modo, está atrelada aos fatores circunstanciais que constituem os discursos, como, por exemplo, os inúmeros tipos de enunciados, os conceitos, as teorias, as organizações lexicais e sintáticas (Cano, 2012).

2.3 Imaginários, Formações Imaginárias e Imaginários Sócio-Discursivos

Dentre os elementos constituintes do discurso, destacam-se também os imaginários, que aqui serão abordados a partir de perspectivas distintas para ampliar sua conceituação. Com isso, busca-se relativizar e aprofundar o entendimento dessa categoria de análise. Este tópico, portanto, dedica-se à compreensão da noção de imaginário.

De acordo com Bucci (2022) o capital, na atualidade, deixou de lado os objetos físicos e passou a elaborar narrativas que fabricam significações. Isso impacta profundamente na produção de discursos para a articulação dos imaginários. Para o autor, a instância da imagem tomou o poder ritualístico de arredar o fato da ficção. Uma foto, por exemplo, acaba sendo mais plausível do que uma figura e uma fita de vídeo do que um bom discurso. Assim, a linguagem é a nova encarnação do capital.

O que Bucci (2022) chama de superindústria do imaginário é a capacidade de fabricar valor no imaginário, industrializando-o de modo a explorar elementos linguísticos, criando signos de uso comum e escravizando o olhar social para forjar significações.

O olhar, nesse sentido, passou a ser capitaneado pelo capitalismo, que entendeu que o ato de enxergar não é apenas a recepção de imagens e mensagens, mas ele é, principalmente, uma força constitutiva de sentido social. Isso acontece porque o olhar tem a capacidade de fixar os sentidos que as imagens ou logomarcas possuem. O ato de olhar, mais do que enxergar isso ou aquilo, é também a ação de elaborar sentido para isso ou aquilo (Bucci, 2022).

Desse modo, Bucci (2022) compreende que os sentidos são estabelecidos a partir da apreensão que a sociedade faz do significado de uma imagem ou de um signo. Conforme há a familiarização com uma dada visualidade, o olhar social vai tecendo os sentidos. Com isso, ver uma imagem é trabalhar para que ela alcance sentido, é produzir significação.

E é assim, como trabalho, que o capital compra o olhar social: para construir os sentidos dos signos, da imagem e dos discursos visuais que ele pretende pôr em circulação como mercadoria. É assim que são fabricados os valores das grifes e das marcas, bem como as reputações dos políticos, das empresas e de tudo mais. Nisso consiste a Superindústria do Imaginário (Bucci, 2022, p. 89).

O capital, isto é, investe em elaborar e manter imagens com valores semânticos positivos, capitaneando o foco discursivo para elementos desejáveis, influenciando, desse modo, a opinião pública e o comportamento das pessoas. Ou seja, os signos, as imagens e os discursos são produzidos como mercadoria, agenciando assim valores econômicos, os quais, por conseguinte, visam, exclusivamente, o lucro.

O autor exemplifica sua teoria a partir do caso da empresa *Nike*, a qual é produtora de tênis e artigos esportivos. Ela pode terceirizar sua produção. No entanto, a gestão de sua marca fica sob seu comando. O núcleo central de seu negócio não são os calçados, roupas, acessórios ou equipamentos, mas sim narrativas que evocam um estado de espírito produzido

pelo olhar social, atribuindo-lhe sentido e valor econômico (Bucci, 2022). “Não por acaso, a Nike se consagrou como a marca de vestuário mais valiosa do mundo. Só o valor dessa marca (não da empresa) alcançou os 47 bilhões de dólares. Em 2020, foi alçada pela primeira vez ao cume do *ranking* “*The Lyst Index*” (Bucci, 2022, p. 89).

Nesse sentido, os dispositivos imaginários de que o sujeito precisa para aplacar o desejo são confeccionados e sintetizados industrialmente pelo capitalismo, que aprendeu a explorar o poder simbólico das narrativas. A partir disso, ressalta-se que “o capitalismo agora se reconhece como um mascate dos amuletos, das senhas, das cifras e das chaves que abrem portas no psiquismo dos fregueses” (Bucci, 2022, p. 90).

A noção de imaginário destacada por Bucci (2022) abarca os arcabouços culturais em que se catalisam signos, imagens, sons e textos ativados para conferir sentido psíquico às imaginações do sujeito. Pensa-se em imaginários como um conglomerado universal de signos, que estão conectados a significantes produtores de significados, a partir dos quais os sujeitos buscam se conectar às identificações que os acolham simbolicamente de alguma forma.

O Imaginário se tece de linguagem. Só de linguagem. Se há no Imaginário algumas práticas exaustivamente repertoriadas, se há ritos ou formas rituais, tudo isso só está lá à medida que carregue em si uma função de linguagem. Não há cultura sem que haja Imaginário. Não há discurso, não há sujeito (Bucci, 2022, p. 93-94).

Desse modo, as ideias, as imagens e as representações sociais e culturais, que constituem o imaginário, são formadas e expressas pela linguagem. É a linguagem que possui a capacidade compreender e reproduzir o imaginário. Assim, o discurso, como forma de comunicação e expressão, depende do imaginário para ser entendido e interpretado. Isso incide na formação do sujeito discursivo, que é preenchido com referências e significados necessários na interação social mediada pela comunicação.

O capitalismo, de acordo com Bucci (2022), se apoderou da ordem do imaginário e dela se transformou em parasita e fonte originária. Na vida social contemporânea não se encontram signos que não concorram para se atrelarem aos valores de mercado. Isso é possível de se notar desde uma marca de calçado até uma perspectiva sobre desigualdades, por exemplo. Em suma, a amplitude do imaginário encontra-se revestida pelo capital, porque “cada fragmento do visível, mesmo quando aparentemente perdido das conexões produtivas, é convocado a produzir valor nas mercadorias que são os centros de gravidade do Imaginário” (Bucci, 2022, p. 94).

Ao explicar as relações industriais, que acontecem na produção dos imaginários, Bucci (2022) afirma que em tais a produção não abrange necessariamente um maquinário atrelado à força corporal do trabalhador. No entanto, envolve uma triangulação fundamental em que há a função de máquina, a função de trabalhador e a função de apropriação privada de valor.

O primeiro elemento da triangulação, a máquina, não precisa ser obrigatoriamente um torno mecânico, por exemplo, porém, pode ser um *smartphone*, em que o olhar vai trabalhar. Tal ação contribui para prender significações no imaginário. Já o segundo fator, o trabalho – que está mascarado de diversão, entretenimento, de devoção, opinião, de paixão e etc. – é extraído nas redes sociais, nos games virtuais, nos sites de busca, em todas as telas do entretenimento. Por fim, o terceiro componente da triangulação, a apropriação privada de valor, será basicamente a apropriação que o capital faz atrelando sentidos, revestindo algo (Bucci, 2022).

Os apontamentos feitos por Bucci conectam-se com a perspectiva de que a linguagem constrói os imaginários, e isso se aproxima dos Estudos Discursivos. Estes afirmam que, dentro do funcionamento dos discursos, não são os sujeitos físicos, muito menos os lugares empíricos que agem nos dizeres dos sujeitos, mas sim as imagens que surgem das projeções. A isso Orlandi (2020) destaca como formações imaginárias, as quais são compreendidas como a concepção causal em que se permite ultrapassar as circunstâncias empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições discursivas ocupadas pelo sujeito.

Nesse aspecto, serão as posições ocupadas pelo sujeito que proporcionarão sentidos e significados aos dizeres. Sendo que o processo de significação está imbricado ao contexto sócio-histórico, bem como à memória discursiva (Orlandi, 2020).

Os mecanismos imaginários, o que está determinado como institucional e a materialidade linguística implicam nas condições de produção do discurso. Aqueles mecanismos imaginários lançam imagens ao sujeito, assim como do objeto do discurso, dentro de uma dada conjuntura (Orlandi, 2020).

Temos assim a imagem da posição do sujeito locutor (quem eu sou para lhe falar assim?) mas também a posição do sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras (Orlandi, 2020, p. 38).

A partir dessa relação discursiva, as diferentes posições que o sujeito ocupa são constituídas pelas imagens. Por isso, o que é trabalhado num discurso não é o indivíduo corpóreo, mas sim a posição discursiva elaborada pelas formações imaginárias. Por exemplo,

um político, hipoteticamente, diz que “pobre não trabalha porque é preguiçoso”, tal discurso está alinhado com os mecanismos imaginários que operam no discurso.

Desse modo, ao analisar as circunstâncias da enunciação feita pelo político, alinhado às posições ocupadas pelo sujeito, que profere seus dizeres a partir de imagens projetadas de maneira sócio-histórica e mobilizando um dizer que remete a sentidos em que a memória agencia, pode-se entender que há aversão à pessoa pobre. A partir disso, os estudos discursivos não vão analisar a pessoa do político em si, mas sim as posições discursivas que ele sustenta ao dizer o que diz. Orlandi (2020) afirma, portanto, que há relações de forças, de sentido e de antecipação que agem sob a operacionalização das formações imaginárias.

Os sentidos de um discurso estão atrelados a outros dizeres, “os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de processo discursivo mais amplo, contínuo” (Orlandi, 2020, p. 37). A antecipação pode ser entendida como a capacidade do sujeito se projetar no “lugar” de seu interlocutor. Os sentidos das palavras utilizadas podem ser antecipados. A relação de forças, por fim, é propriamente o “lugar”, a posição a partir da qual o sujeito profere o discurso, tal relação de forças é constitutiva para a enunciação e a determinação da posição do sujeito (Orlandi, 2020).

Outro teórico dos estudos discursivos que também desenvolve estudos sobre imaginário é Charaudeau (2017), que propõe, a partir dos apontamentos da psicologia social a respeito de representações sociais, perspectivas teóricas que superem as concepções atreladas aos estereótipos, e, com isso, apresenta a noção de imaginários sócio-discursivos.

De acordo com Charaudeau (2017), a conceituação de estereótipo é dependente de juízos de valor elaborados pelo sujeito discursivo e, tais julgamentos sendo negativos, mascaram a possibilidade de que aquilo que é falado possa conter uma parte de verdade.

A realidade sempre precisa ser formatada para tornar-se real, e esse trabalho de formatação se faz por meio da razão que, por sua vez, se faz por meio da linguagem: o real precisa remeter a uma razão, diz ainda Baudrillard, uma racionalidade que constrói oposições. Consequentemente, pode-se considerar que o discurso constrói sempre o real, e que o julgamento de verdade ou falsidade não tem lugar aqui; um determinado julgamento só pode ser um ato de linguagem, vindo se sobrepor ao ato de discurso construindo o real. O estereótipo aqui não tem razão de ser (Charaudeau, 2017, p. 574).

Nesse sentido, Charaudeau (2017) destaca que as apreensões do mundo nascem por meio das representações sociais, que têm a capacidade de elaborar significações sobre os objetos do mundo, sobre os seres humanos e seus comportamentos, bem como sobre os

fenômenos que são produzidos. Tais elementos estão imbricados pelos imaginários, que têm o poder de transformar a realidade em real significante. O imaginário também “resulta de um processo de simbolização do mundo em ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva” (Charaudeau, 2017, p. 578).

Esse imaginário pode ser qualificado de social à medida que esta atividade de simbolização representacional do mundo se faz dentro de um domínio de prática social (artística, política, jurídica, religiosa, educativa, etc.) determinado, de forma a tornar coerente a relação entre a ordem social e as condutas, e cimentar o elo social com a ajuda dos aparelhos de regulação que são as instituições. Mas deve-se acrescentar que o imaginário social é de dimensão variável, devido à maior ou menor extensão do grupo, do jogo de comparação possível entre grupos, e da memória coletiva do grupo que se constrói através da história (Charaudeau, 2017, p. 578).

Assim, permeado e formado pela fala, o imaginário qualifica-se como sócio-discursivo. Os elementos discursivos, narrativos e argumentativos são capazes de descrever e explicar os fenômenos do mundo e dos comportamentos humanos, sendo que isso resulta de representações em que se edificam os universos de pensamento, lugares e instituições de verdades (Charaudeau, 2017). O imaginário “se constrói, assim de sistemas de pensamento, correntes a partir de tipos de saber que são investidos, por vezes, de *pathos* (o saber como afeto), de *ethos* (o saber como imagem de si) ou de *logos* (o saber como argumento racional)” (Charaudeau, 2017, p. 579). Portanto, os imaginários são encadeados pelos discursos que se movimentam nos grupos sociais, formando sistemas de pensamentos, geradores de valores, desempenhando a função de justificar as ações sócio-coletivas e se assentando na historicidade.

Nesse viés, os imaginários também são criados por discursos, dentro de um domínio de uma dada prática social. Assim, dependendo do domínio de prática social na qual se insere, um mesmo imaginário pode receber diferentes valores. Por exemplo, o significado de “corpo” pode ser construído de diferentes maneiras, o médico vai “enxergá-lo” de um modo, enquanto o biólogo vai conceituar “corpo” de outra forma, por sua vez, o psicanalista vai considerá-lo como outros aspectos (Charaudeau, 2017). Isso acontece porque existem distintos imaginários que operam na formulação de tal conceito.

A partir dessa movimentação em explorar melhor os imaginários e instituí-los como sócio-discursivos, Charaudeau (2017) entende que eles não são nem verdadeiros nem falsos. Eles, na verdade, são proposições de concepções de mundo que se fundamentam em saberes que produzem sistemas de pensamentos, que podem se excluir ou se sobrepor uns aos outros.

Orlandi (2020), por sua vez, concentra-se nas CP e nos aspectos materiais e ideológicos que afetam a produção do discurso. Seu interesse, assim, está em evidenciar a relação material, ideológica e linguística subjacentes que produzem o discurso e, conseqüentemente, o imaginário.

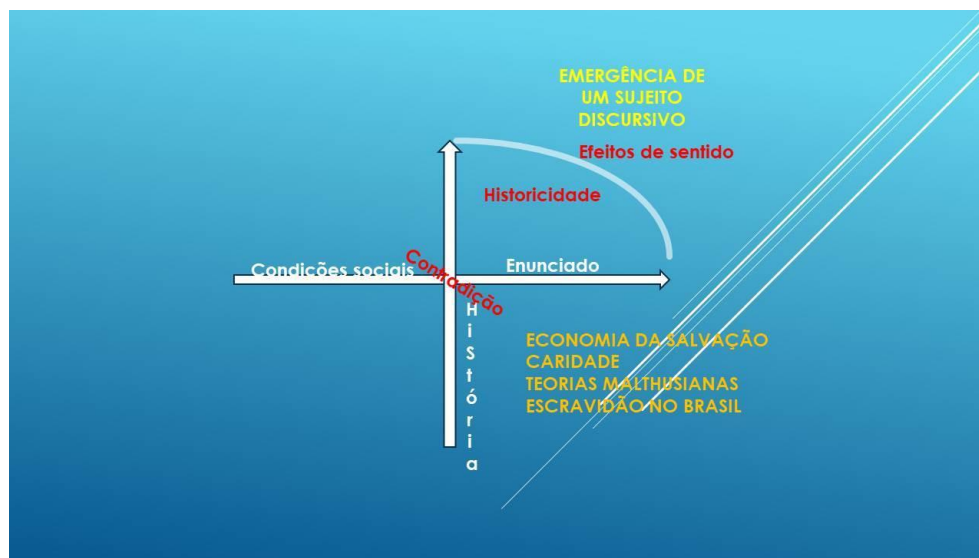
Enquanto Bucci (2022) concebe os imaginários como elementos discursivos afetados pela mercantilização, em que signos, imagens e discursos são produzidos visando o lucro. Ao introduzir o conceito de “superindústria do imaginário” o autor consegue descrever uma vasta rede de instituições e práticas que produzem e disseminam os imaginários e são capazes de influenciar o modo como as pessoas veem e entendem uma dada conjuntura social. Assim, nesta pesquisa opta-se pela teoria materialista acerca da categoria discursiva de imaginários.

Desse modo, após explorar e relativizar a compreensão acerca dos imaginários, como partes elementares também nas produções discursivas, parte-se para as concepções sobre o sujeito discursivo.

2.4 Sujeito a partir da Análise do Discurso

Os discursos não se autoproduzem. Como se pode observar na figura 1, há um processo que faz emergir o sujeito discursivo, que está vinculado às condições de produção e aos imaginários, marcados por componentes sócio-históricos e ideológicos. Como, por exemplo, a economia da salvação, que incide na noção de caridade, nas ideias malthusianas e no processo de escravização no Brasil. Isso se articula em enunciados constituídos pela historicidade, que produzem efeitos de sentidos, materializando assim determinado sujeito, que, nesta pesquisa, apresenta a manifestação da aporofobia.

Figura 1 – Condições de produção do discurso



Fonte: Adaptado de (Cano & Silva, 2022).

O processo de produção dos discursos é um complexo conglomerado que envolve componentes discursivos sociais, históricos e ideológicos. Há um atravessamento de elementos que constituem as condições sociais discursivas, conforme se pode constatar na reta horizontal da figura 1, que é cindida por outra reta na vertical que compõe os componentes históricos (fatos, teorias, palavras) os quais marcam a História. Existe também, nesse complexo de produção do discurso, a contradição, que deve ser entendida também como elemento formador dos enunciados. Além disso, nessa movimentação produtiva dos discursos, a historicidade trabalha como elemento fundamental. Contudo, é a partir desse aglomerado conjunto de componentes que o sujeito discursivo se emerge.

Dessa maneira, consegue-se entender as movimentações discursivas e ideológicas que atribuem ao pobre sentidos de fracassado e malsucedido na atualidade. Como, por exemplo, em um enunciado proferido pelo ex-ministro da economia, Paulo Guedes, numa entrevista dada à Folha de São Paulo em 2019 em que afirmou: “Os ricos capitalizam seus recursos. Os pobres consomem tudo”. Esse enunciado evoca elementos sócio-históricos e discursivos que remetem às teorias de Thomas Malthus (Schwartzman, 2004) ao entender que o problema da pobreza seria desencadeado pela vida descontrolada da pessoa pobre. Como também emergem concepções da Economia da Salvação, pois, “se os pobres consomem tudo”, deverão ser ajudados, nos moldes da caridade cristã. Assim, evidencia-se que o sujeito discursivo, que odeia o pobre é articulado e alimentado por ideias que se desenvolveram ao longo de um processo sócio-histórico e ideológico.

Nesse sentido, o sujeito, na AD, constitui-se em uma categoria epistemológica que se manifesta em discursos. Ele se distingue da pessoa empírica, que faz uso particular da língua ao apresentar uma opinião sobre um determinado assunto, por exemplo. Isso só é possível porque “o ato de tomar a palavra pressupõe, nele mesmo, a margem do discurso na qual a palavra se insere, se restringe, se interdita e se torna heterogêneo ao falante” (Carvalho, 2008, p. 16). Assim, o sujeito não é aquele que fala o discurso, mas sim o que se manifesta nele.

Para Michel Pêcheux (2014, p. 144, grifos do autor), “a ideologia recruta sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e ela os recruta a *todos*”. Porém, a movimentação ideológica não deve ser entendida como ocultação da realidade, ou, simplesmente, conjuntos de ideias cujas representações se manifestam nas palavras.

Segundo Eni Orlandi (2020, p. 46), “enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido”. Assim, ao proferir discursos, surge a impressão de que o sujeito é a fonte de sua própria expressão, em parte devido à obscurecimento gradual da língua ao longo da história, à medida que o indivíduo é interpelado como sujeito.

Desse modo, é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo ‘de retomada do jogo’ (Pêcheux, 2014 p. 146).

Dessa maneira, a ideologia é apontada como um elemento preponderante da linguagem, porque pensar naquele conceito é entender que ele açambarca as ideias, as crenças, os valores e os costumes compartilhados em uma sociedade. Influenciando, assim, significativamente a expressividade cultural que a linguagem consegue apresentar.

A ideologia, de acordo com Orlandi (2020) envolve a articulação, o engendramento linguístico que produz efeitos de sentido. Com isso, o falante, ao utilizar a linguagem, não expressa um único sentido, literal e restrito no que enuncia. Logo, o sujeito no discurso é formado pela linguagem, na historicidade do interdiscurso, e atravessado pela ideologia, que penetra no inconsciente gerando os esquecimentos.

Os esquecimentos, para Pêcheux (2004), são alguns fatores de constituição do sujeito, que, ao proferir um discurso, acredita que tais palavras originaram-se no ato “inédito” de sua fala. A este esquecimento Pêcheux o denomina como número 2, “que é da ordem da

enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (Orlandi, 2020, p. 33). Assim, o esquecimento número 2 produz a ilusão referencial por meio da qual achamos que o pensamento estabelece uma relação imediata e “real” com o que pensamos e/ou enunciamos.

Já o esquecimento número 1, também entendido como ideológico, está relacionado ao inconsciente porque é o “produto” que a ideologia causa no sujeito. Com isso há o efeito ilusório de acreditarmos que somos os primeiros a dizer e/ou pensar sobre determinado assunto. Segundo Orlandi (2020, p. 33), “esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que somos e que queremos.”.

Detalhando um pouco mais sobre os esquecimentos, é possível reforçar a ideia de que o sujeito não se forma, mas é interpelado/organizado pelos discursos e sentidos que estão em processos, afetados também pela história. Isso pode nos levar a pensar que vivemos num mundo de ilusões, tal como Platão presumiu no *Mito da Caverna*, presos no interior de uma caverna, vendo apenas sombras e as tomando como verdades. Esse significado de ilusão pode expressar um sentido negativo, o de ser enganado. No entanto, Orlandi (2020, p. 34) ressalta que “as ilusões não são ‘defeitos’, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos”.

O sujeito, a partir disso, não é um indivíduo atomizado, mas sim aquele que é interpelado pela ideologia, que, no ponto de vista dos estudos discursivos, é compreendida como produtora do sujeito e, conseqüentemente, dos sentidos. A ideologia “não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo” (Orlandi, 2020, p. 45). Além disso, Cano (2012, p. 40) afirma que “as ideologias não são nem verdadeiras nem falsas, pois apresentam uma verdade relativa ao grupo que a defende”.

Compreende-se, desse modo, que, no discurso, a noção de existência corpórea do sujeito e a concepção de que exista um expoente transcendental são descartados como elementos constitutivos da subjetividade (Carvalho, 2008). Para a AD, o sujeito, que é atravessado pela linguagem e pela história, sob a determinação do imaginário, só tem acesso à parte do que diz. Assim, ele é materialmente dividido desde sua composição, porque é *sujeito de e sujeito à*. Ele é sujeito à língua e à história, uma vez que, para se formar, para se produzir sentidos, ele é afetado por elas. Dessa forma, o sujeito é determinado, pois se não sofrer das decorrências do simbólico, isto é, se ele não se sujeitar à língua e à história, ele não se institui,

ele não fala, não produz sentidos (Orlandi, 2020). Por isso, ainda que se apresente redundante, entende-se que o sujeito é assujeitado.

A perspectiva unitária e completa, idealizada de sujeito, deriva, no entanto, da ilusão de que o sujeito gramatical seria detentor daquilo que diz. A transparência da linguagem e do pensamento como reflexo da realidade são evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito. É, porém, com a AD que se consegue evidenciar as articulações ideológicas e interdiscursivas que atravessam a constituição do sujeito e das produções de sentidos, que se imiscuem nos discursos (Orlandi, 2020).

De acordo com Pêcheux, os sentidos atrelados às palavras, às posições, às manifestações discursivas, não são originários em si mesmos, mas são determinados pelo jogo ideológico que se estabelece num processo sócio-histórico, em que proposições, expressões e palavras são produzidas (Pêcheux, 2014). Assim acontece o processo de interpelação do indivíduo em sujeito-falante, que se utiliza de discursos para se comunicar, se expressar, apresentar suas visões de mundo e os conhecimentos que o atravessam.

Sabendo que o sujeito não é causa fundante de si mesmo, cabe ressaltar que há algo que antecede o seu discurso, um pré-construído que impõe o que deve e o que não deve ser dito. Esses elementos não são apenas abstrações, mas têm bases concretas na materialidade e se encontram formados dentro de um sistema discursivo amplo, que é condicionado por outros discursos e práticas discursivas. O interdiscurso, portanto, pode ser compreendido como o conjunto de discursos que moldam as maneiras como os usuários da língua(gem) falam e pensam sobre determinados assuntos.

O “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece e impõe a realidade e o seu sentido sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a articulação *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito (Pêcheux, 2014, p. 151).

A partir disso, entende-se que o “pré-construído” assemelha-se àquilo que ganha “materialidade” / “realidade” na nossa existência. Sendo que isso é um produto da linguagem, justamente porque não há possibilidade de conceituar e significar a realidade sem a linguagem, sem os discursos. De acordo com Vinhas (2021, p.4), “o pré-construído se caracteriza por colocar em jogo, no processo discursivo, aquilo que foi dito antes, em outro lugar, e que, à revelia do sujeito, marca sua presença naquilo que ele diz”.

Podemos precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”), que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito (Pêcheux, 2014, p. 150).

A perspectiva de identificação do sujeito com formações discursivas não é entendida na Análise do Discurso como uma ação espontânea e autônoma, em que o sujeito livre e conscientemente escolhe a que formações discursivas irá se identificar. Porém, defende-se que esse processo, que interpela o sujeito, se impõe a partir da articulação discursiva, que “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*” (Pêcheux, 2014, p. 151, grifos do autor), e coincide com “o pré-construído, que corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica, que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade” (Pêcheux, 2014, p. 151).

O sujeito, portanto, para Pêcheux (2014) é construído na movimentação que a linguagem estabelece dentro de um processo sócio-histórico e ideológico. Tal movimentação acarreta na produção dos discursos, que moldam o efeito discursivo – sujeito. Este, a partir da AD, não é compreendido como um simples agente, que livremente utiliza a linguagem para expressar o que pensa. Essa concepção fundamenta-se na noção, que vem sendo apresentada aqui, de que a linguagem não é somente um meio de comunicação, mas uma articulação de elementos e fatores, que apresenta manifestações de poder e de controle acerca do que e como algo será dito. Dessa forma, os discursos fazem parte da expressividade e dos posicionamentos que os sujeitos ocupam ao enunciar.

A partir disso, vale ressaltar que os discursos, segundo Maingueneau (2008), são circunscritos por uma rede semântica, e o sistema que coincide a definição de rede semântica e das relações desse discurso com seu Outro constitui o primado do interdiscurso. Para o autor, pensar dessa forma é deixar de lado o entendimento de exterior do discurso e interdiscurso como equivalentes, para adquirir uma nova concepção: o interdiscurso no coração do intradiscurso, ou seja, no espaço discursivo, o Outro “se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma” (Maingueneau, 2008, p. 37).

Sobre o conceito de interdiscurso, Cano (2012) alerta que a manifestação de uma prática discursiva territorializada envolve a “circulação” de várias formações discursivas, o

que constitui o discurso e que, conseqüentemente, evoca o interdiscurso. Os discursos envolvem e constituem o sujeito (que não forma a si mesmo), ou seja, “descentrado de si mesmo” (Maingueneau 2008), que tem a capacidade de enunciar algo sobre alguma coisa, mas que, essencialmente, está vinculado àquilo que já foi dito antes. Isto é, “o posto (dito) traz consigo necessariamente o pressuposto (não dito, mas presente)” (Orlandi, 2020, p. 80).

O termo interdiscurso é fundamental para compreender o sujeito na AD, no entanto, ele se apresenta um tanto que vago, de acordo com Maingueneau (2008), que propõe uma tríade que possa ajudar nas análises: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

O universo discursivo engloba, numa determinada circunstância, um conjunto infinito de formações discursivas; apresenta uma extensão ampla a partir da qual o horizonte dos campos discursivos é construído. O campo discursivo já é entendido como a confluência recíproca das formações discursivas. A isso Maingueneau (2008) denomina de “Concorrência”, em que há o confronto, como também a aliança entre discursos que têm o mesmo caráter social e discordam sobre o modo pelo qual devem ser preenchidos. Por fim, o espaço discursivo compreende o subconjunto de formações discursivas a serem analisadas.

É no interior do campo discursivo que se constitui um discurso, e levantamos a hipótese de que essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes. O que não significa, entretanto, que um discurso se constitua da mesma forma com todos os discursos desse campo; e isso em razão de sua evidente heterogeneidade: uma hierarquia instável opõe discursos dominantes e dominados e todos eles não se situam necessariamente no mesmo plano (Maingueneau, 2008, pp. 34-35).

Nesse movimento de entender o primado do interdiscurso, o Maingueneau (2008) aponta que se espera estabelecer uma rede semântica, a qual seja capaz de identificar a especificidade de um discurso concorrente com os significados das relações desse discurso com seu Outro. No espaço discursivo, “o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; [...]. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum [...] a figura de uma plenitude autônoma” (Maingueneau, 2008, p. 37).

O Outro não pode ser confundido com o interlocutor no discurso, “talvez seja mais justo ver no Outro um *eu* do qual o enunciador discursivo deveria constantemente separar-se. Ele seria, então, de alguma forma, o *interdito* de um discurso” (Maingueneau, 2008, p. 37,

grifos do autor). Assim, pode-se entender que o interdito inscreve no discurso, pelo Outro, o que não pode ser enunciado, mas essa movimentação não é evidente.

Quer dizer que esses enunciados têm um “direito” e um “avesso” indissociáveis: deve-se decifrá-los pelo lado “direito” (relacionando-os a sua própria formação discursiva), mas também por seu “avesso”, na medida em que estão voltados para a rejeição do discurso de seu Outro (Maingueneau, 2008, p. 38).

Posto isso, compreende-se que o Outro do espaço discursivo simula a intervenção de um contíguo textual historicamente definível. Isso acontece porque se entende que o inconsciente dobra a linguagem como um avesso, mas num outro palco, e não se deixa perceber, a não ser pelas interferências, lacunas, deslizamentos, que ele introduz na(s) cadeia(s) significante(s) em que o discurso se ajusta. Logo, o discurso não surge espontaneamente do nada, mas encontra-se num espaço discursivo antecedente, atrelado ao Outro, o qual pode ser manifestado total ou parcialmente (Maingueneau, 2008).

Em síntese, compreende-se que a constituição do sujeito se dá pela interpelação em que a linguagem, num processo sócio-histórico, articula fatores discursivos e ideológicos, que podem ser recuperados pelo interdiscurso. Com isso, o indivíduo que usa a palavra não é detentor e, muito menos, criador dela. A linguagem, desse modo, usa do indivíduo para manifestar o sujeito discursivo, que não é plenamente consciente acerca do processo de interpelação ao enunciar determinados discursos. Por isso é relevante entender alguns aspectos inconscientes que também compõem o sujeito, fatores que podem ser compreendidos pela psicanálise.

2.5 Sujeito - Algumas Perspectivas Psicanalíticas

De acordo com Lacan, “se a psicanálise deve se constituir como ciência do inconsciente, convém partir que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.” (Lacan, 1985, p. 193). Na retomada que Lacan faz aos estudos de Freud nota-se a abordagem do inconsciente a partir dos aspectos estruturais concedidos pela linguística, por meio dos quais se chegou à máxima “o inconsciente está elaborado conforme uma linguagem” (Carvalho, 2008).

O sujeito é “presentificado” por uma cadeia de significantes em que o Outro comanda. “Acentuei isto da última vez, dizendo-lhes que o que se deve fazer, como homem ou como

mulher, o ser humano tem sempre que aprender, peça por peça, do Outro” (Lacan, 1985, p. 193). A partir disso, compreende-se que, na concepção psicanalítica lacaniana, o sujeito não é autocentrado e suficiente em si mesmo, mas que está atrelado à falta, a qual produz a sexualidade no campo do sujeito (Lacan, 1985).

Duas faltas aqui se recobrem. Uma é a alçada do defeito central em torno do qual gira a dialética do advento do sujeito a seu próprio ser em relação ao Outro – pelo fato de que o sujeito depende do significante e de que o significante está primeiro no campo do Outro. Esta falta vem retomar a outra, que é a falta real, anterior, a situar o advento do vivo, quer dizer, na reprodução sexuada. A falta real é o que o vivo perde, de sua parte de vivo, ao se reproduzir na vida sexuada. Esta falta é real, porque ele se reporta a algo real que é o que o vivo, por ser sujeito ao sexo, caiu sob o golpe da morte individual (Lacan, 1985, p. 195).

Lacan (1985) sugere que existem duas formas de falta que se sobrepõem e/ou se relacionam na constituição do sujeito. A primeira está relacionada à função central que o significante exerce na constituição do sujeito. Este, para Lacan é formado por meio da linguagem e da interação com o “Outro” (o mundo social e simbólico), onde o significante antecede o sujeito. Essa primeira falta simbólica retoma uma falta mais básica e real, que está ligada à experiência de morte individual e à perda que o sujeito enfrenta ao se reproduzir. Lacan articula, em síntese, a relação entre a falta simbólica na formação do sujeito e a falta associada à procriação e à mortalidade humana.

Para trazer, de forma mais contemporânea, a complexidade dessa definição, recorre-se a Bucci (2022), que, ao aprofundar sobre o modo de produção do imaginário na atualidade, formulado em moldes industriais, aponta que o sujeito, a partir da perspectiva psicanalítica, não toma consciência dos elementos inconscientes que o atravessam. Isso pode acontecer porque vivemos um “jogo de espelhos”, em que telas digitais apresentam e recobrem os caminhos de fuga e de confronto do desejo; por meio desse “jogo”, a superindústria do imaginário produz armaduras de sujeitos completos (fantasias imaginárias), que serão trajadas por sujeitos divididos (sujeitos do inconsciente), e os signos, lançados industrialmente, operam essa relação de produção dos imaginários, que incidem sobre os sujeitos.

A Superindústria atua em duas frentes simultaneamente: ela consegue prestar serviços tanto para o inconsciente do sujeito como para o ‘eu’. Ao mesmo tempo que entrega ao inconsciente o que o inconsciente deseja secretamente, mantém para o ‘eu’ a ilusão de que presta contas somente a ele, que se sente o chefe de tudo, um senhor, uno, indiviso e hiperconsciente. A Superindústria produz seu valor a partir do sujeito dividido, mas recebe seu

pagamento do sujeito que se imagina sempre no comando, livre de qualquer vazio. A Superindústria interpela o inconsciente, mas seu freguês é o ‘eu’ (Bucci, 2022, p. 305).

Desse modo, o significante apresenta o sujeito na ordem do simbólico, porque ao se constituir na linguagem os significantes depositam nele os sentidos. Portanto, a relação entre os sujeitos, a partir da linguagem, se estrutura como uma interação entre significantes, pois é, de acordo com Bucci (2022, p. 312) “na face da linguagem em que se movem os significantes, não os significados, no Simbólico, oscilam os sujeitos divididos, barrados, incompletos”. Nessa concepção, o sujeito, por ser incompleto, está em busca daquilo que lhe falta, “se algo lhe falta o que é isso que lhe falta? Como estamos na linguagem, a resposta agora cintila em sua obviedade: ora, o que lhe falta é significado” (Bucci, 2022, p. 312).

No entanto, Bucci (2022) afirma que dizer que o que falta ao sujeito é um significado, é insuficiente. Por isso, as concepções psicanalíticas lacanianas são capazes de ajudar a aprofundar no inconsciente e entender que essa falta é formulada pelo gozo perdido. Há um tipo de motor que estimula o deslizamento – o desejo (inconsciente), que é movimentado pela pulsão de preencher o gozo primordial de que o sujeito é extraído no momento em que se funda na linguagem. Os fragmentos residuais do gozo perdido (provocado pela função materna, em que não faltaria nada) marcam o desejo e o colocam em circulação. Nesse sentido, “ao sujeito, privado do gozo, só cabe formular seu desejo em demanda, nada mais, e essa formulação só pode ter lugar na linguagem, se expressa como efeito de linguagem” (Bucci, 2022, p. 314).

A falta original é buscada em vão pelos sujeitos. A procura por significados é uma busca ávida. Mas, será na esfera do imaginário que o sujeito se sentirá completo, porque o objeto desejado é alcançado e pode ser consumado na linguagem, como intervenção imaginária (Bucci, 2022).

O sujeito que “pensa” no Simbólico vai encontrar seu sentido no Imaginário. Esse sentido deve ser entendido aqui não como um sentido de existir, o sentido da vida, mas também como o sentido de um enunciado, de um discurso no qual o sujeito se inscreva, ou de uma xícara de café. Esse sentido, tenha ele o alcance que tiver, vai preencher o sujeito com uma completude imaginária. O ego (o eu) se cerca de discursos concretos plenos de significação e, por meio desses discursos, ele se representa como um significado. Esses discursos perfazem a rede do significado, que tende a aderir à rede do significante, sem jamais consumir a aderência. As duas redes se requisitam reciprocamente e se desencontram reciprocamente (Bucci, 2022, p. 315).

Acontece que ao se localizar, ou ao se determinar, o sujeito se engana – ele não ‘é’ e, muito menos, pode “ser” o significado que afirma possuir. Nesse sentido, ele passa a dizer de si, em formulações imaginárias de sentido, o que o inconsciente conspira para negar (Bucci, 2022).

Com isso, vale ressaltar que a linguagem constrói realidades. Os objetos, signos e conceitos são elaborados pelas articulações que a linguagem produz, elas encobrem, como uma “capa” de linguagem material, a natureza bruta (Bucci, 2022). Ou seja, é pela linguagem que se consegue constatar o processo de naturalização, em que aquilo que é proveniente da construção cultural, “manuseada” pela linguagem, apresenta-se como naturalmente constituído. Como é o caso da elaboração discursiva antagônica entre rico e pobre, que se articula historicamente, posicionando os sujeitos incompletos em discursos que compreendem a relação entre afortunados e desafortunados de formas diferentes. E isso é atravessado por fatores sócio-históricos e ideológicos construídos pelos discursos, naturalizados e culturalmente elaborados, como é a questão da pobreza e da aporofobia, que será apresentada na próxima parte desta pesquisa.

3 POBREZA, APOROFOBIA E RACISMO: ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS, IDEOLÓGICOS E DISCURSIVOS

*“Quem traz na pele essa marca possui
A estranha mania de ter fé na vida.”
(Milton Nascimento)*

Alguns discursos que tentam compreender a situação social e econômica no Brasil tendem a simplificar a realidade em dois grupos opostos: ricos e pobres. Essas análises, frequentemente, carecem de uma base epistemológica capaz de captar as diversas significações e produções de sentidos que os termos "rico" e "pobre" geram. Geralmente, semântica e discursivamente, o termo "rico" está associado a valores positivos, enquanto "pobre" é ligado a conotações negativas.

Como exemplo, o dicionário Houaiss (2011, p. 734) define que “pobre revela pobreza, contrário de luxuoso; pouco favorecido, [oposto de] rico; pouco produtivo, estéril, [contrário de] rico; que tem poucas posses, [oposto] de rico.” Já a palavra “rico” apresenta a seguinte definição: “quem possui muitos bens, dinheiro ou coisas de valor, [opõe-se a] pobre; farto, abundante, de muito luxo; fértil, produtivo” (Houaiss, 2011, p. 826).

No entanto, como apontam Paula e Cano (2024), os termos "rico" e "pobre" vão além de suas conotações socioeconômicas e são frequentemente usados para avaliar a qualidade de algo. Por exemplo, ao dizer que "o trabalho acadêmico está muito rico", sugere-se que é uma produção bem elaborada e satisfatória, enquanto afirmar que "o trabalho acadêmico está muito pobre" implica em falta de profundidade ou qualidade. Esses julgamentos refletem a percepção de adequação quando o trabalho é "rico" e de inadequação quando é "pobre". Isso reforça a associação semântica positiva ligada ao termo "rico" e a negativa associada à palavra "pobre".

Isso mostra que, até mesmo na construção da palavra, ao definir "rico" e "pobre", ocorre uma simplificação antagônica da realidade e da produção de significado entre riqueza e pobreza. Dessa forma, são criadas divisões absolutas nas complexas dinâmicas das sociedades, como afortunados *versus* desafortunados, ou na avaliação de algo como produtivo *versus* improdutivo. Embora se saiba que, de certa maneira, isso se alinha a uma perspectiva capitalista, ao sugerir que "pobre" transmite a ideia de baixa valoração ou insuficiência, enquanto "rico" é associado à produtividade e suficiência. Essa dicotomia se reflete nos discursos, gerando diferentes interpretações e significados (Paula & Cano, 2024).

Os discursos com tais concepções imprimem ideias da naturalidade, ou seja, como se ricos e pobres já estivessem estabelecidos nas sociedades como algo natural, originados espontaneamente, mas não elaborados por fatores e processos históricos, econômicos, sociais e culturais. Assim, adverte-se que os discursos elaboram realidades e encontram-se num processo histórico, em que formações ideológicas e discursivas concorrem para as elaborações semânticas. Por isso, faz-se necessário recorrer a perspectivas históricas, culturais, ideológicas e discursivas para se compreender os atravessamentos que concorrem na formulação dos discursos sobre a pobreza, a aporofobia e o racismo.

3.1 Concepções sobre a Pobreza

De acordo com Guimarães (2023), as pessoas pobres na Idade Média contavam com o assistencialismo religioso, principalmente das igrejas de denominação cristã. Entendia-se que o pobre, assim como o rico, era definido a partir de uma vontade divina. “Se havia pobres, então, havia Igreja – as duas vertentes se complementam. Para que esta corrente de caridade permanecesse era imprescindível convencer os ricos a contribuírem com a Igreja e esta, por sua vez, orquestrava os repasses aos desafortunados” (Guimarães, 2023, p. 7).

A economia da salvação se estabelece a partir da premissa de que Deus escolheu fazer alguns pobres e outros ricos. Isto para que através do compartilhar os ricos pudessem redimir de seus pecados (concepção errônea e anti-bíblica, mas fortemente difundida na época medieval para ratificar a obtenção da salvação por meio das esmolas) (Castel, 1988 apud Guimarães, 2023, p. 8, grifo do autor).

A partir do conceito de economia da salvação, estabeleceu-se um "comércio" entre pobres e ricos, com benefícios para ambos: os ricos obteriam a salvação através da caridade, enquanto os pobres também seriam salvos, desde que aceitassem sua condição de pobreza. Observa-se uma relação interdependente, na qual o pobre era instrumentalizado como meio para a salvação do rico (Guimarães, 2023). Essas ideias, que retratam os pobres como dependentes dos ricos para sobreviver – através da caridade, proporcionando assim a glória celestial aos abastados –, se perpetuaram ao longo do tempo e ainda ressoam na contemporaneidade.

No entanto, Thomas Malthus – economista britânico, que viveu entre o final do século XVIII e início do XIX – desenvolveu teorias diferentes daquelas praticadas pelas instituições religiosas cristãs em relação à pessoa pobre. Segundo Schwartzman (2004), discute a teoria

de Thomas Malthus propagou ideias de que o pobre encontrava-se na situação de pobreza porque desejava, pois vivia uma vida desequilibrada, sem força de vontade e determinação para trabalhar.

Para Malthus, a causa principal da pobreza era a grande velocidade com que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. O problema se resolveria facilmente se os pobres controlassem seus impulsos sexuais e deixassem de ter tantos filhos. Minorar-lhes a miséria só agravaria o problema, pois, alimentados, eles se reproduziriam mais ainda (Schwartzman, 2004, p. 14).

Dessa forma, o crescimento descontrolado da população era entendido por Malthus como a principal causa da pobreza, ele acreditava que a solução residia no controle de natalidade das pessoas pobres. Ele temia que qualquer alívio temporário da miséria dos pobres produziria um problema ainda maior da população, agravando a situação com o decorrer do tempo. Essa concepção, pejorativa e reducionista, influenciou políticas públicas e debates sobre a pobreza e a assistência social na época de Malthus e posteriormente.

A teoria de Malthus desenvolveu-se profusamente nos séculos XIX e XX na Inglaterra, nas suas colônias, mas também em outras sociedades daquele período, e, ainda na contemporaneidade, é possível encontrar adeptos das concepções malthusianas, como aponta Schwartzman (2004). Para Carvalho (2023, p. 16):

[...] as ideias de Malthus tiveram muita repercussão em seu tempo, principalmente por terem conseguido vincular entre si dois processos de uma maneira que foi muito bem aceita pelas classes dominantes, quais sejam: a expansão da miséria e o aumento da população.

Desse modo, as ideias de Thomas Malthus foram bem aceitas pelas classes dominantes porque ofereciam uma justificativa para a ausência de intervenção social. Ao culpar os pobres por sua própria situação de miséria devido ao alto número de filhos, as elites podiam argumentar contra as necessidades de assistência social ou reformas estruturais.

Os fatores sociais e econômicos, desenvolvidos a partir das relações humanas numa determinada sociedade, como causa da pobreza, foram excluídos por Malthus (Carvalho, 2023). Nesse viés, a compreensão malthusiana colidia com o valor da caridade, espalhado tanto na tradição judaico-cristã como em outras religiões. Assim, entende-se que esse embate aconteceu porque ajudar os pobres é uma ação que se construiu como virtude ao longo da história da humanidade (Schwartzman, 2004).

Todavia, “a pobreza não é uma questão de população, não tem a ver com a quantidade de filhos ou com a moral das famílias pobres, mas com um sistema em que todo trabalho coletivo de milhões de pessoas é canalizado para as mãos de poucos indivíduos” (Carvalho, 2023, p. 27). Ou seja, o lucro, advindo do trabalho de muitas pessoas, que se encontram em situação de pobreza, acaba sendo concentrado no poderio econômico de poucas pessoas ricas.

Sob outra perspectiva, Schwartzman (2004) apresenta que algumas teorias sustentam que a pobreza deve ser entendida não por fatores individualistas, mas por meio das interações entre as pessoas. Essas ideias estão presentes nas formas mais profundas do cristianismo e, na era moderna, nos movimentos socialistas e comunistas. Para alguns, como mencionado anteriormente, a solução para a pobreza viria através de uma transformação moral, onde os ricos auxiliariam os pobres, promovendo assim verdadeira caridade e justiça. Para outros, o “socialismo científico” se destacaria, superando o “socialismo utópico” e propondo que a luta de classes é o caminho para entender e resolver a pobreza.

Schwartzman (2004) destaca em sua pesquisa as origens da pobreza no Brasil, que estão fundamentadas na escravidão de pessoas negras e indígenas, além das relações sociais desiguais entre outros grupos marginalizados desde a colonização até o período republicano. Parte desses grupos se tornou proletária no início do século XX, enfrentando condições salariais precárias que contribuíram para as disparidades entre ricos e pobres. Assim ele afirma:

Era assim a população brasileira, ao final do século XIX: uma pequena elite branca, os remanescentes de uma economia escravocrata em decadência, e uma multidão de escravos libertos, filhos bastardos, descendentes de índios e brancos, empobrecidos, e pobres migrantes trazidos da Europa e do Japão. Viviam sobretudo no campo, muitas vezes em grandes fazendas, mas em grande parte como parceiros, produzindo, se tanto, o suficiente para a sobrevivência; mas também nas cidades como vendedores, artesãos, caixeiros, biscateiros, agregados, desempregados e mendigos ocasionais. (Schwartzman, 2004, p. 20).

Nessa tentativa de articular elementos históricos e ideológicos sobre as pessoas pobres, compreende-se que as soluções para encarar as desigualdades e, conseqüentemente, discursar sobre pobreza foram se dando de modo a promover ainda mais as disparidades entre ricos e pobres. O pobre, de moeda de troca para que o rico alcançasse a glória celeste, passando por aquele que tem uma vida imoral e desequilibrada, sofrendo com os revezes da escravização, foi-se constituindo como um imaginário. Com isso, por meio de tantas concepções discursivamente articuladas para a manutenção dos privilégios das classes abastadas, as

desigualdades apenas aumentaram e os desprezos com as pessoas pobres se difundiram ainda mais nas sociedades capitalistas.

Pensar as desigualdades sociais, na atualidade, requer muito empenho para compreender que elas são construtos políticos, sociais, culturais, econômicos e ideológicos. Há processos acorrentados materialmente que desembocam em tais fenômenos sociais. Como, por exemplo, os privilégios que favoreceram camadas mais abastadas no Brasil. Souza (2018, p. 24) afirma que “somos um país com alto grau de desigualdade, cuja característica mais marcante e visível é precisamente a concentração de renda em uma pequena fração da população”. Assim, a ideia basilar é que as desigualdades provêm de um efeito conjugado e cumulativo de uma série de programas e políticas, de escolhas grandes ou pequenas, e que, em situações democráticas, determinam o jogo de ganhar e perder (Souza, 2018).

Os encadeamentos acerca das desigualdades também devem ser compreendidos a partir dos discursos, fundamentais manifestações comunicativas que constroem os elementos culturais em uma sociedade. Por isso, aqui se desenvolve perspectivas analíticas dos discursos para entender as formações de enunciados que expressam aversão, fobia, medo para com as pessoas pobres.

O medo pode ser entendido como a incapacidade para resolver algo que extrapola às condições existenciais do ser humano. “Medo é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazer parar ou enfrentá-la” (Bauman, 2008, p. 8). Essa fobia também se encontra num processo de construção discursiva, como poderá ser visto mais a frente.

Nesse sentido, as construções discursivas sobre a pobreza provocam certa ojeriza, fobia e, até mesmo, repulsa coletiva. Em contrapartida, há uma supervalorização da riqueza, ou melhor, das pessoas ricas. Não há medo de ficar rico, mas há medo de ficar empobrecido. Assim, o “endeusamento” à riqueza pode provocar apagamentos de que ela também é construída, sobretudo, pela força de trabalho – da escravização à industrialização – de pessoas com menor prestígio social, como também daquelas empobrecidas.

Desse modo, compreende-se que a fobia para com as pessoas pobres está atrelada à ignorância ou à incerteza de como poderia ser diferente a convivência social contemporânea se partíssemos do pressuposto de que na cadeia produtivista capitalista de riquezas o lugar de destaque e privilégio cultural deveria ser ocupado pelos pobres, que, em diversas circunstâncias, foram explorados e condicionados a situações de miséria. Por isso, parte-se da concepção de que a pobreza é um elemento cultural, antropológico, histórico, ideológico e discursivo elaborado dentro de um processo complexificado na formação de uma sociedade.

Busca-se, como já apontado no início do texto, compreender os elementos ideológicos, históricos e linguísticos que compõem o que se convencionou chamar, atualmente, de aporofobia, que aqui é tomada como discurso aporofóbico.

De acordo com Rocha (2011) a pobreza deve ser entendida como um fenômeno complexo, que pode ser categorizada de maneira geral como a situação na qual as necessidades não são atendidas de modo adequado. Para operacionalizar essa concepção ampla e vaga, é fundamental especificar quais necessidades são essenciais para o desenvolvimento digno de uma pessoa, e que nível de atendimento pode ser avaliado como adequado para suprir tais necessidades. Assim, a definição relevante dependerá basicamente do padrão de vida e da forma como diferentes demandas são atendidas numa dada conjuntura socioeconômica (Rocha, 2011). Ou seja, não tem como determinar universalmente pobreza, porque as configurações sociais, isto é, os modos como as pessoas se organizam socialmente, são distintos, por isso caberá a cada sociedade definir o que será adequado para suprir as necessidades básicas, que não são solucionadas apenas com recursos financeiros.

Ademais, concorda-se em compreender a pobreza como a não satisfação de necessidades específicas, relativizadas dentro de cada sociedade. Rocha (2011) faz a distinção entre pobreza absoluta e relativa.

Pobreza absoluta está estritamente vinculada às questões de sobrevivência física, portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos ‘relativamente pobres’ em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (Rocha, 2011, p. 11).

Por isso, de acordo com a autora, quanto mais desenvolvida é uma sociedade, mais o conceito de pobreza se distanciará do atendimento básico de sobrevivência. A “cesta básica”, por exemplo, em países desenvolvidos é irrelevante, justamente porque o mínimo vital já está garantido. Ao contrário de nações que estão abaixo da linha de pobreza. “Nesse sentido, a linha de pobreza relativa se articula às questões gerais – não específicas à população pobre – de distribuição de renda, e à mensuração das desigualdades de renda como indicador de bem-estar da sociedade” (Rocha, 2011, p. 14).

Por sua vez, Santos (2009) adverte que a tentativa de colocar o conceito de pobreza nas estatísticas exatas, tomando como referência salários e horas de trabalho, por exemplo, não colabora para os estudos acerca do tema, e muito menos ajuda a diminuí-lo.

De que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação à situação de dez anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação à situação no campo, se esse indivíduo não tem o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais? A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence (Santos, 2009, p. 18).

A partir desse viés, a pobreza é dada pelos objetivos que uma sociedade determina para si própria. Desse modo, é inútil buscar definir de forma numérica para uma realidade cujas dimensões – no aqui e no futuro – serão deliberadas a partir dos fatores insuficientes e peculiares de cada país. Além disso, não é o ato de consumir mais ou menos que determinará se alguém é mais ou menos pobre. A conceituação de pobreza deve ir além de dados estatísticos para situar o ser humano na sociedade à qual ele pertence. Com certeza, pobreza não é somente uma categoria fechada aos estudos econômicos, mas também um conceito atrelado à política (Santos, 2009).

A concepção acerca de pobreza não apenas incide num estado de privação material, mas relaciona-se também a um modo de vida, um conjunto complexo e duradouro de elementos que podem ser extraídos das relações interpessoais, institucionais, econômicas, políticas e culturais formadas para localizar segurança dentro de uma conjuntura insegura (Santos, 2009).

3.2 A Aporofobia

Cortina (2020) busca entender os desafios atuais para a democracia. Ela propõe que a aversão ao pobre, a aporofobia, é um atentado praticado diariamente contra pessoas que a sociedade capitalista considera como fracassadas, improdutivas. A aporofobia é “o desprezo pelo pobre, o rechaço a quem não pode entregar nada em troca. Um mundo construído sobre o contrato político, econômico ou social, no qual só podem entrar os que parecem ter algo de interessante para dar em retorno” (Cortina, 2020, p. 19).

As reflexões que chegaram à constituição do termo aporofobia estão atreladas à ojeriza destilada a certos indivíduos, que, na maioria das vezes são conhecidos por pertencerem a um grupo temível ou desprezível socialmente (Cortina, 2020).

Em todo caso, quem despreza assume uma atitude de superioridade em relação ao outro, considera que sua etnia, raça, tendência sexual ou crença – seja religiosa ou atea – é superior e que, portanto, a rejeição ao outro está

legitimada. Este é um ponto central no mundo das fobias grupais: a convicção de que existe uma relação de assimetria, de que a raça, a etnia, a orientação sexual, a crença religiosa ou ateia de quem despreza sejam superiores às de quem é o objeto de rejeição. Por isso, o indivíduo se considera legitimado para atacar as atitudes e as palavras, as quais, no fim das contas, também são uma maneira de agir (Cortina, 2020, p. 23).

A partir disso, Cortina concebe que a aversão ao pobre é o elemento central que atravessa as fobias de origem étnica, racial ou estrangeira. Justamente porque o pobre é aquele que incomoda e carrega consigo os traços do insucesso e do fracasso. Tais valores são virtualizados, de modo genérico, como negativos e considerados prejudiciais ao desenvolvimento humano na contemporaneidade.

A autora destaca as questões que estão relacionadas à xenofobia, apontando suas diversas consequências. Além disso, ela amplia a discussão da aversão que está relacionada à aporofobia, constatando que tal fobia se manifesta por conta da situação de pobreza em que a pessoa, alvo do desprezo, encontra-se. Assim, os estrangeiros não irritam por serem, simplesmente, estrangeiros, “mas incomodam, isso sim, que sejam pobres, que venham a complicar a vida dos que, bem ou mal, vão se defendendo, que não tragam, aparentemente, recursos, mas sim problemas” (Cortina, 2020, p. 18).

Nesse sentido, a aversão que determinadas pessoas recebem é proveniente dos atravessamentos que marcam as características próprias de um específico grupo, o qual é formado a partir de produções simbolicamente elaboradas por determinada sociedade. Ou seja, o modo como os valores são articulados socialmente pode provocar discursos do tipo: “Vou tratar melhor fulano porque ele é rico”. Isso tem incidências mais profundas que podem determinar quem é mais ou menos digno.

É o pobre, *aporos* que incomoda, inclusive o da própria família, porque se considera o parente pobre como uma vergonha que convém deixar de lado, ao passo que é um prazer ter o parente triunfante, bem situado no mundo acadêmico, político, artístico ou dos negócios. É a fobia do pobre o que leva à rejeição às pessoas, raças e etnias que habitualmente não têm recursos e, portanto, não podem oferecer nada ou parecem não poder fazê-lo (Cortina, 2020, p. 26).

Nessa constatação, Cortina analisa a influência do *status* socioeconômico nas relações interpessoais, destacando a naturalização cultural, que valoriza os familiares bem-sucedidos financeiramente, enquanto desprezam-se os menos afortunados. Isso se constitui também como traço elementar da aporofobia.

A autora, com isso, propõe a necessidade de promover uma ética de igual dignidade e compaixão, que consiga romper com tais discriminações, as quais, em muitas situações, manifestam-se de modo sorrateiro e sutil, quase imperceptíveis, mas revelam o ódio latente a determinados grupos. Para a filósofa, o discurso de ódio “consiste em qualquer forma de expressão cuja finalidade seja propagar, incitar ou justificar o ódio a determinados grupos sociais, a partir de uma intolerância” (Cortina, 2020, p. 37). Isso abre precedentes para a hostilidade e a violência, em que o agressor ocupa uma posição socioeconômica superior, mais valorizada hierarquicamente pela sociedade do capital. Assim, podemos inferir que ter tal condição é o aval para praticar atos aporofóbicos, porque o dinheiro pode comprar e construir tal posição de privilégio.

A partir da concepção de aporofobia, Cortina (2020) entende que existe a formulação de uma cultura de desprezo com as pessoas empobrecidas em contrapartida o enaltecimento de valores e discursos que privilegiam os afortunados. Por isso, é de suma importância desenvolver e promover políticas, ações e atitudes que vão de encontro com perspectivas que sejam “capazes de promover o respeito à igual dignidade de cada uma das pessoas concretas” (Cortina, 2020, p.97).

A formação de uma consciência moral, nesse sentido, impacta significativamente a vida das pessoas. Como, por exemplo, as valorações que as sociedades estabelecem como “certas” ou “erradas” incidem na formulação das reputações. Estas são utilizadas como instrumentos para incentivar determinadas ações e/ou enfraquecer outras. Por isso, é fundamental entender e refletir sobre o poder da reputação na formação do sujeito, mas, simultaneamente, é imprescindível desenvolver uma consciência crítica que seja capaz de discernir e agir de modo independente, sem se submeter ao imperativo do que é socialmente aceito como correto. Do contrário, apenas os comportamentos socialmente condenados serão rejeitados, enquanto aqueles aceitos pela pressão social serão considerados corretos (Cortina, 2020).

Nesse sentido, analisar os componentes sócio-históricos que produzem o empobrecimento contribui como medida de fortalecimento de uma consciência crítica, em que se desnatura conceitos, valores e atitudes validados como “corretos” e/ou “normais” socialmente. Por isso, vale ressaltar que o termo empobrecer se adequa às perspectivas desta pesquisa, porque ele desconstrói a cadência lógico-discursiva e semântica, que se atrela à palavra “pobre”, a qual naturaliza um processo complexo, que envolve diferentes forças – políticas, religiosas, étnicas, culturais –, que agem na produção da pobreza e da riqueza no Brasil, por exemplo, como se evidenciará no próximo tópico. Assim, o verbo “empobrecer” e

suas derivações “empobrecimento”, “empobrecido” produzem efeitos de sentidos que expressam o processo gerador da situação em que a pessoa empobrecida se encontra. Fazer tal movimentação, portanto, é uma maneira de entender a composição e a manifestação da aporofobia.

3.3 Fatores sócio-históricos acerca da pobreza e da aporofobia no Brasil

Nessa perspectiva, em que se entende que a pobreza é um elemento discursivo sócio-histórico, encadeada num processo de formação cultural e social de uma população, os estudos de Santos (2003) analisam o período de 1890-1915, na conjuntura paulistana em que, pode-se dizer, foi o início do desenvolvimento industrial e de urbanização da cidade de São Paulo. Uma época em que se acostumou a se associar à população paulistana, composta por inúmeros estrangeiros, principalmente, italianos, valores de progresso e modernização. Isso se aplicava justamente porque havia a presença de imigrantes europeus, que, conseqüentemente, manifestava os desejos dos representantes do poder público e das classes abastadas em construir uma São Paulo “europeizada”. “Ao que parece, a Europa e sua população eram o modelo de civilização e desenvolvimento a ser seguido no período (virada do século XIX-XX)” (Santos, 2003, p. 14).

Assim, raramente é citada a presença dos não imigrantes em tal processo de formação da cidade de São Paulo, primordialmente, a participação da população pobre – negros, mestiços, pretos, pardos, caipiras, indígenas... Essas denominações aparecem nos documentos estudados por Santos (2003). Desse modo, o autor, ao analisar esses modos de construção social e cultural da referida cidade, infere que...

Ou a presença dos nacionais era tão diminuta em comparação aos imigrantes que nem se fazia perceber, ou a existência da parcela nacional não correspondia às transformações desejadas pelos diretores dos Anuários e pelos grupos no poder, sendo por isso diminuída ou mesmo omitida. Em outras palavras, os Anuários expressavam uma vontade de estar diante de uma cidade que aparentemente se europeizava com a imigração, alterando a composição étnica de sua população (Santos, 2003, p. 31).

Com efeito, aprende-se que por parte dos grupos detentores do poder, ligados ao governo estadual paulista, havia uma vontade de que a população paulistana fosse de origem branca e europeia. Pode-se verificar isso através dos Anuários e Relatórios populacionais, porque era quase sempre para constatar, com “entusiasmo”, a inferioridade da população não

imigrante em relação à “superioridade” da presença estrangeira, que trazia enormes “vantagens” para São Paulo (Santos, 2003).

Havia alguns argumentos que incentivavam a imigração europeia e impediam a chegada de pessoas negras no país. A defesa da miscigenação racial como melhoramento da população foi um dos argumentos, “o cruzamento entre brasileiros negros e mestiços com europeus brancos resultaria no embranquecimento do Brasil. Daí a preferência por imigrantes que fossem brancos, europeus, jovens e de confissão católica” (Santos, 2022, p. 192). Outra defesa argumentativa para o estímulo da vinda de imigrantes europeus era a de que eles eram detentores do conhecimento industrial. “Porém, estudos que analisam as origens dos imigrantes europeus apontam que a grande maioria era composta de pequenos agricultores, e não de trabalhadores urbanos” (Santos, 2022, p. 193).

Com isso, leituras e análises apontavam que desde o fim do processo de escravização, “um dos assuntos frequentes foi a associação entre a elogiada imigração europeia e o tipo de trabalhador, que virtualmente poderia atender, com maior “eficiência”, às necessidades produtivas e aos interesses socioculturais dos grupos no poder” (Santos, 2003, p. 43).

As imagens depreciativas em relação aos nacionais pobres, justificando as precárias condições de vida em que se encontravam, eram recorrentes. Além disso, havia uma desqualificação do modo em que tais sujeitos se organizavam e se expressavam (Santos, 2003).

A satisfação em relação aos imigrantes possibilita ponderar acerca da preferência por esses trabalhadores em relação aos nacionais despossuídos aparentemente, caboclos, caipiras, negros, índios e mestiços, na virada do século [XIX], além de serem frequentemente ignorados ou inferiorizados em relação à sua participação na composição social e cultural da população paulistana, eram ainda desconsiderados e, em muitos casos, excluídos por um discurso representativo de uma visão que, ao mesmo tempo, apontava quais deveriam ser os trabalhadores idealizados como necessários aos interesses produtivos e às expectativas sociais e culturais dominantes. Isso sugere que a preferência pelos trabalhadores estrangeiros estava associada à rejeição em relação aos modos de viver da parcela nacional pobre, descritos como inadequados a uma cidade que procurava se desenvolver seguindo os moldes europeus de comportamento (Santos, 2003, p. 43).

A partir disso, entende-se que a pobreza, que estava vinculada a comportamentos “inadequados” fora dos padrões desejáveis como sociáveis naquela época, era indesejada e até mesmo desqualificada, porque proclamava preguiça, vício e imoralidade, valores e atitudes que se atrelavam aos sujeitos empobrecidos, principalmente, àqueles não imigrantes.

Os imigrantes – os elementos do progresso – eram virtualmente encarados como os que poderiam melhor representar o espírito do trabalho intenso, formador de indivíduos honrados, honestos, moralizados e, conseqüentemente, ‘civilizados’, por virem de um mundo a ser imitado (Santos, 2003, p. 60).

O autor observa que as transformações populacionais ocorridas em São Paulo impactaram o cotidiano dos pobres nacionais, porém, isso não inviabilizou a criação de formas alternativas de sobrevivência da população empobrecida, considerada como malquista, indolente e perigosa. A imperceptível presença nos postos de trabalho e a exclusão do centro urbano revela o modo como o poder público impunha a organização social aos empobrecidos. Havia também a clara intenção de associar a pessoa empobrecida aos atos criminosos. “Além da Várzea do Carmo, é possível compreender a intenção de excluir socialmente as parcelas populacionais indesejadas em outras áreas próximas ao perímetro urbano central” (Santos, 2003, p. 91).

A vida social e cultural da Várzea do Carmo, julgado como desqualificado, não se esgotava com a experiência das lavadeiras. Outras pessoas e ocupações fizeram parte desse interessante lugar, para alguns, indesejado espaço. Assim como as lavadeiras, trabalhavam distantes do mundo das fábricas, lojas e outros estabelecimentos, o que atormentava as autoridades por dificultar o propósito de instituir um controle mais direto sobre suas ocupações e vidas (Santos, 2003, p. 101).

De acordo com Santos (2003), as lavadeiras, mulheres que na sua maioria eram escravizadas, que frequentavam a Várzea do Carmo para exercerem seus trabalhos, sofreram com as ações de aterramento e ajardinamento daquele local. Tais mulheres eram vistas como insubordinadas, e até mesmo estereotipadas como “briguentas”. Tal adjetivação naturaliza negativamente a vida de pessoas, que, por conseqüências políticas, estavam excluídas dos processos de urbanização e modernização. Ou seja, isso evidencia a produção das desigualdades em que determinados grupos são privilegiados e outros desprivilegiados pelas políticas e pelos discursos.

Assim como as lavadeiras, os caipiras povoaram a Várzea e outros espaços, incomodando com seu modo de vida os grupos mais abastados, por circularem entre as ruas e praças que se procurava remodelar. Em se tratando dos caipiras, os relatos de alguns dos memorialistas mais sensíveis não deixaram de destacar a presença dessas figuras típicas de São Paulo da virada do século (Santos, 2003, p. 106).

A obra, *Nem tudo era italiano – São Paulo e Pobreza*, de Santos (2003) contribui para explorar o modo como as pessoas empobrecidas, no desenvolvimento urbanístico e industrial da cidade de São Paulo, foram relegadas pelas classes mais afortunadas e pelo poder público, que estabeleceram lugares, cargos, comportamentos e valores que se assemelhassem aos ocupados e vivenciados nos centros urbanos europeus. Com isso, pode-se conceber como a aporofobia e seus valores dicotômicos vão se materializando na formação cultural daquela cidade.

A partir desse viés, a constituição de uma moral associada à ordem do trabalho formal incide significativamente na formação do mercado de trabalho, orientado em consonância dos códigos de construção dos espaços urbanos. Assim, a definição de vagabundo, no *Relatório Apresentado pelo chefe de Polícia ao Presidente da Província de São Paulo em 1879*, vai nortear também o desenvolvimento da ojeriza às pessoas empobrecidas. Tal relatório afirmava que:

São considerados vagabundos, pelo artigo 300 do Regimento número 120 de 31/01/1842 os indivíduos que não têm domicílio certo nem profissão, ou ofício, nem renda ou meio conhecido de subsistência. Não têm domicílio certo os que não mostrarem ter fixado em alguma parte do Império a sua habitação ordinária e permanente, ou não estiverem assalariados, ou agregados a alguma pessoa ou família. (Relatório Apresentado pelo Chefe de Polícia ao Presidente da Província de São Paulo em 1879, 1879, p. 46 Apud Santos, 2003, p. 116).

Pelo documento, é possível notar as ações de controle populacional, bem como a criminalização de comportamentos que não coincidiram com os celebrados pelas classes abastadas e pelo poder público vigente. Portanto, a vadiagem expressada no citado relatório, para Santos (2003), não designava somente aqueles que não possuíam atividade laboral, mas também atribuía valor negativo e criminal àqueles que tinham ocupações “indesejáveis”, ligadas a modos de vida diferentes, que se opunham à disciplina estabelecida. Por isso, a caçada à “vagabundagem” era também uma prova de eliminar hábitos, costumes, tradições e saberes que pudessem aferir uma relativa liberdade às pessoas empobrecidas (Santos, 2003).

Além disso, de acordo com Lopes (2022), o Código Penal de 1890, no artigo 399, conectava a vadiagem à cor da pele.

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que

habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes: Pena – de prisão celluar por quinze a trinta dias. §1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será ele obrigado a assignar termo de occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena. §2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinaes industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos. (BRASIL, 1890)

Desse modo, tornou-se indissociável, ainda que existissem trabalhadores brancos vistos como vadios, a relação entre a população negra e o “perigo”, especialmente para as instituições mantenedoras da “ordem” social. Constatou-se com isso que a severidade penal retratada no Código Penal de 1890 impactou drasticamente na vida pessoas negras recém-libertadas do regime de escravidão, abolido em 13 de maio de 1888. Sabe-se que à população negra, naquele contexto, foram negligenciadas oportunidades para se estabelecerem em trabalhos formais ou, até mesmo, a aquisição de terras para sobreviverem a partir daquilo que era legitimado cultural e socialmente como “vida digna”. A partir dessas circunstâncias, evidencia-se a crueldade em penalizar pessoas que tentavam sobreviver mesmo sem ter habitação fixa e/ou trabalho formal.

Nessa perspectiva, até aqui, pôde-se compreender que as articulações dos poderes políticos e econômicos da sociedade paulistana incidiram na desqualificação, ou até mesmo na negação dos modos de vida de pessoas empobrecidas por escolhas políticas, que inviabilizaram a ascensão cultural, política e econômica de tal grupo social. Isso impactou profundamente no modo como a população empobrecida foi encarada e elaborada, material e discursivamente, naquele contexto histórico.

No entanto, acredita-se que para entender a amplitude da aversão aos pobres, dentro do processo de formação sócio-histórico e cultural das conjunturas brasileiras, que de modos diferentes propagam a aporofobia, seja necessário diversificar o foco de tais amostras localizadas na história brasileira. Por isso, os estudos de Rios (2014) também ajudarão a elucidar outras manifestações de repugnância às pessoas pobres.

De acordo com Rios (2014), no ano de 1932, a prática de manter a “cidade dos ricos”, Fortaleza, afastada da miséria, concretizou-se na edificação de locais para o aprisionamento dos flagelados pela seca, pessoas empobrecidas, que não tinham condições de sobreviver no sertão. A seca daquele ano fez com que o poder público isolasse parte dos sertanejos em Campos de Concentração, espalhados em pontos estratégicos para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes no Sertão do Ceará.

No final do mês de março de 1932, grandes levas de retirantes já enchiam de tristeza e fome as estradas do Sertão. Das mais longínquas paragens da caatinga saíam homens e mulheres que, a caminho da cidade, arrastavam seus filhos e alguns pertences. Muitos sertanejos se juntavam, formando enormes bandos de flagelados. Na angustiada luta para arrefecer a fome, os retirantes matavam e comiam algumas reses que ainda resistiam nos pastos das grandes fazendas. Nos jornais de Fortaleza, eram comuns notícias sobre o roubo de bois e vacas de particulares (Rios, 2014, p. 18).

A partir disso, os Campos de Concentração foram erguidos em pontos estratégicos nas proximidades de estações ferroviárias. O Governo procurava acabar com as tensões que se formavam nos “pontos de trem”, e, conseqüentemente, impedir a migração sertaneja para Fortaleza. Assim, um dos principais locais de aprisionamento dos flagelados era nos entornos das estações de trem (Rios, 2014).

No entanto, alguns flagelados conseguiam ultrapassar os Campos de Concentração e chegavam até a cidade de Fortaleza. Aqueles que não tinham parentes na cidade saíam pedindo esmolas, tanto nas casas mais ricas quanto no comércio. As redações jornalísticas também eram procuradas pelos migrantes sertanejos na tentativa de denunciar o que estava acontecendo no Sertão. As instituições jornalísticas eram vistas como um poder acessível aos empobrecidos, porque entre o jornalista e o flagelado havia uma interação imediata (Rios, 2014).

Seguindo uma tradição já percebida desde a grande seca de 1877, os burgueses de Fortaleza em intenso diálogo com os poderes públicos estaduais e federais desenvolviam planos e práticas que procuravam controlar os flagelados e assim evitar desordens na cidade. Sempre tentando mostrar valores humanitários, suas discordâncias estavam, sobretudo, nas formas pelas quais o controle deveria ser efetivado (Rios, 2014, p. 35).

Com isso, as classes abastadas e dominantes juntavam-se para combater a “desordem” causada pelos retirantes, que buscavam sobrevivência em Fortaleza e nas cidades circunvizinhas. Manter Fortaleza afastada dos retirantes era o objetivo das classes políticas e afortunadas da cidade. No entanto, como o contingente de pessoas, que buscavam refúgio da miséria causada pela seca era grande, os Campos de Concentração não conseguiram dar assistência e assim as regiões periféricas da cidade foram crescendo consideravelmente (Rios, 2014).

Surgem, nesse contexto, as obras de caridade para assistirem os pobres flagelados. Essas obras tiveram diversas conotações, inclusive políticas. Elas foram essenciais para a fundação da Liga Eleitoral Católica, a qual conseguiu eleger representantes para a Assembleia

Constituinte de 1933. Outro fator encarado como “caridade” foi o emprego da população sertaneja nas obras públicas e em grandes indústrias de Fortaleza. “Inspiradas no catolicismo, as classes dominantes de Fortaleza definiam a exploração da força de trabalho do flagelado como caridade” (Rios, 2014, p. 38).

A caridade dos católicos abastados procurava manter a ordem na cidade que queria ser civilizada, Tudo indica que o grupo dos católicos mais conservadores era um significativo referencial de civilização que os ricos de Fortaleza buscavam naquele momento: o controle dos retirantes realizado por meio de práticas humanitárias e religiosas. Para essa classe dominante, formada sob a égide do conservadorismo católico, o exemplo de Jesus Cristo era, pelos menos na aparência, um forte argumento para deixar os pobres passivos diante da calamitosa miséria. Nessa perspectiva, prega-se que o grande problema seria a pobreza espiritual e não a pobreza material. Lembravam que, nas palavras do Evangelho, os pobres merecem a glória e o Reino de Deus (Rios, 2014, p. 41).

As abordagens e os aspectos religiosos sobre a pobreza e a miséria acabavam sendo explicações cotidianas, imediatistas, supersticiosas para um problema que estava atravessado por políticas públicas, desigualdades de renda e oportunidades. As ideias, por exemplo, de “pobreza espiritual” *versus* “pobreza material”, simplificavam, ou até mesmo negavam, as condições desumanas em que as pessoas eram condicionadas a viverem. Dessa forma, o que importava nos cenários de crise era a “cura das almas”, a salvação do espírito. Ademais, “os católicos colocavam-se como o grupo que oferecia a melhor e a mais completa ajuda aos que sofriam, patrocinando auxílio material anímico” (Rios, 2014, p. 41).

O controle dos flagelados na capital procurava parecer o mais civilizado e humanitário possível. O tratamento dado à seca não deveria contrariar, portanto, a forma pela qual a burguesia da cidade procurava acelerar o “desenvolvimento urbano” que despontava naqueles anos. Por outro lado, percebe-se que as práticas assistencialistas dos católicos conservadores (bem como de seus opositores) faziam parte de suas estratégias de “marketing” para a conquista de um maior espaço público (Rios, 2014, p. 42).

Assim, a chegada dos retirantes à capital cearense, em 1932, causou pânico e medo, elementos culturais e psicológicos que foram articulados e endossados discursivamente pelos jornais locais. Sendo que pânico e medo estiveram ligados ideologicamente aos retirantes empobrecidos como os causadores de tais circunstâncias.

No jornal *O Nordeste*, no dia 17/02/32, lia-se “os famintos estão chegando até Fortaleza. Trens são assaltados e agora os chefes de comboios já não impedem a vinda dos

flagelados para a capital” (O NORDESTE, 1932, apud. Rios, 2014, p. 58). Também o jornal *O Correio do Ceará*, em 05/03/32, noticiava “Os retirantes vêm vindo [...] É a seca em toda sua rudeza que traz aos nossos rumos esses infelizes, míseros destroços da *catastrophe* que enluta os sertões e que acabará por nos envolver completamente” (O CORREIO DO CEARÁ, 1932, apud. Rios, 2014, p. 58).

Esses enunciados mostram o pavor que foi se estabelecendo na população de Fortaleza, mas também apontam para a contribuição daqueles meios de comunicação em instalar os sentimentos de pavor. Por conseguinte, aos poucos o hábito de temer os retirantes empobrecidos pela seca foi se consolidando entre as classes abastadas. Nessa perspectiva, Rios (2014, p. 59) aponta que “o texto jornalístico não apenas dava a notícia, mas também alimentava sentimentos de medo em face dos flagelados. E, subjacente ao pânico dos jornais, havia um irrecusável aforismo: é preciso proteger-se”.

No dia 10 de março de 1932, o jornal *O Nordeste* trazia a seguinte manchete “essa gente, a morrer de fome, constitui ameaça, porque mais dias ou menos dias, impelidos pela miséria, começarão a cometer actos de violência” (O NORDESTE, 1932, Apud. Rios, 2014, p. 64).

Desse modo, a aversão à pessoa empobrecida encontrava-se alimentada pelos meios de comunicação, atrelando a tais pessoas, como naqueles momentos de urbanização e industrialização da cidade de São Paulo, o caráter de perigosas e violentas. Esses valores se sobrepunham aos de necessitados, de pessoas que precisavam de cuidados básicos e dignos.

Segundo Rios (2014), foram elaborados discursos de socorro aos flagelados, com a pretensão de proporcionar a essas pessoas o valor da civilidade. Nos meios de comunicação, principalmente nos jornais, havia a intenção explícita de disciplinar os sertanejos, levando-lhes a moral e a ordem, princípios valorizados pelas pessoas enriquecidas. “A aplicação de práticas severas no controle dos pobres não coincidia apenas com os momentos de estiagem. A pobreza, sobretudo a partir do século XX, representava transtornos em qualquer período, de inverno ou de seca” (Rios, 2014, p. 65).

O jornal, *O Nordeste* em 17 de fevereiro de 1923, noticiava que:

A chefia de Polícia, após entendimento com a direção do Dispensário dos Pobres, tem resolvido não permitir a mendicância nesta capital, a partir do dia 17 do corrente. Da referida data em diante, todo mendigo encontrado na rua a esmolar será, pela primeira vez, mandado apresentar-se àquela instituição e, na reincidência, conduzido à Delegacia de Polícia (O NORDESTE, 1923, Apud. Rios, 2014, p. 66).

A moralidade imposta à pessoa empobrecida, principalmente àquela em situação de rua, denotava sentido de criminalidade. Tal ideia carregava articulações semânticas que expressavam que a pessoa, livremente, escolheu estar nas circunstâncias de mendicância. Isso apregoava uma tamanha agressão que torturava aquela que já estava fragilizada pelo estado de pobreza. Essa concepção de pobreza, constituída individualmente por livre e espontânea vontade, mascara o processo sócio-histórico, político e ideológico em que as relações sociais se estabelecem, negando as políticas assistencialistas que produziram os lugares, as ocupações e as riquezas que as pessoas brancas obtiveram no Brasil.

Nessa perspectiva, as movimentações de resgates históricos e discursivos, acerca de como em São Paulo e em Fortaleza se constituiu a aversão às pessoas empobrecidas, fortalecem o aprofundamento da compreensão de como a aporofobia vai sendo elaborada na conjuntura brasileira. No entanto, a produção do empobrecimento da população brasileira não se resume aos fatores até aqui evidenciados. Sendo assim, ainda é preponderante acentuar a incidência do processo de escravização e, conseqüentemente, do racismo estrutural como elementos fundantes dessa temática.

3.4 Aporofobia, Racismo e Pacto da Branquitude

O racismo, de acordo com Almeida (2019), é um fator, que se localiza dentro de um processo que compõe a estruturação política e econômica de uma sociedade. Desse modo, o racismo produz a lógica, a tecnologia e os sentidos para a manutenção das desigualdades e da violência, que moldam a vida social atual. Assim, o autor destaca que

[...] há anos inúmeras pesquisas têm demonstrado que a raça é um marcador determinante da desigualdade econômica, e que direitos sociais e políticas universais de combate à pobreza e distribuição de renda não levam em conta o fator raça/cor mostram-se pouco efetivas (Almeida, 2019, p. 96).

O autor, com isso, aponta que as produções de desigualdades são medidas por fatores generalistas, os quais não consideram a raça e/ou a cor como fator preponderante das disparidades socioeconômicas. Nesse sentido, o combate ao empobrecimento é ineficaz, se não compreender as questões de raça, de classe e de gênero que se atrelam às construções discursivas e materiais das desigualdades.

Almeida (2019), ao explicar as ideias defendidas por Gunnar Myrdal, na obra *An American Dilema*, destaca o conceito de *causas cumulativas*, que contribui para o

esclarecimento das situações de desigualdade vivenciadas pela população negra. Dessa maneira, ele elucida com as seguintes circunstâncias: se pessoas negras são discriminadas no ingresso à educação, é possível que tenham problemas para arranjar um emprego, além de terem pouco acesso às informações sobre cuidados para com a saúde. Por conseguinte, tendo poucos recursos financeiros e insuficientes informações sobre cuidados medicinais, a população negra encontrará grandes empecilhos não apenas para conseguir um trabalho como também para permanecer nele. Além do mais, a pobreza, a falta de cuidados com a saúde e a pouca educação colaboram para robustecer imaginários racistas, como, por exemplo, concepções de que pessoas negras têm pouca capacidade para trabalhos intelectuais. Isso acaba determinando um circuito em que a discriminação gera ainda mais discriminação.

Tais *causas cumulativas* devem ser entendidas como fatores que se acumulam, marcando circunstâncias colaborativas do empobrecimento, o qual acomete a organização social, política e econômica da população negra na sociedade brasileira. Tais elementos, ao serem negados ou mal distribuídos pelas instituições de poder, incidem na produção da pobreza atacando majoritariamente, no Brasil, a população negra periférica. Essas causas se alinham à lógica discursiva da aporofobia que, de forma implícita, marca a negligência de políticas públicas para as pessoas negras empobrecidas.

Segundo Almeida (2019), também há algumas teorias econômicas que buscam explicar o racismo. A primeira que ele destaca é a denominada *teoria da discriminação por preferência ou por propensão à discriminação*. Para essa teoria, o racismo é proveniente de um comportamento direcionado por conhecimentos insuficientes ou por ignorância. Como, segundo a ética utilitarista, que apregoa que os recursos disponíveis devem ser otimizados pela ação dos indivíduos, assim, um racista discrimina um negro justamente porque o enxerga como improdutivo, isto é, alguém que não produzirá um retorno, ou que, até mesmo, causará despesa. Para essa teoria, o racista é aquele que discrimina por questões psicológicas, mas também é uma pessoa ignorante, que acredita na interferência racial na produtividade.

O racismo aqui não é apenas algo prejudicial ao capitalista e aos trabalhadores negros, mas a todo o capitalismo, visto que o preconceito e a ignorância impedem a otimização da produtividade e do lucro. O racista é aquele que deixa de contratar alguém mais ou igualmente produtivo por ter uma preferência irracional por pessoas que se pareçam física e/ou culturalmente consigo (Almeida, 2019, p. 98).

Por outro lado, a *teoria do capital humano* adota a maneira de avaliar de formas diferentes os níveis de produtividade de trabalhadores negros e brancos. Aqui as falhas

educacionais são apontadas como determinantes para a diferenciação de ocupações laborais que brancos e negros devem ter. O capital humano, aqui, estaria relacionado às condições educacionais que tais grupos tiveram na sua formação humana. Neste modelo, a desigualdade é eticamente justificável se estiver fundada no mérito individual. A igualdade de oportunidades refere-se ao ideal de um espaço meritocrático onde as pessoas possam empreender livremente e disputar entre si (Almeida, 2019).

Nesse sentido, as articulações discursivas meritocráticas e individualistas são estimuladas com um viés para solucionar problemas estruturais, que se encontram organizados no Brasil em perspectivas, que favoreçam a manutenção dos privilégios das pessoas brancas e ricas. A ordem de tal mérito é imposta universalmente a partir de padrões sociais não pobres, não negros, não periféricos. Logo, os que não se enquadram em tais parâmetros, especialmente, as pessoas negras empobrecidas e periféricas, são os principais alvos da aporofobia no Brasil.

Almeida (2019) destaca que há ainda um terceiro modo de compreender teoricamente a desigualdade racial, a teoria econômica que apresenta perspectivas sistêmicas e inconscientes da discriminação, a chamada teoria da discriminação estatística. Tal conjectura propõe que a desigualdade racial e a de gênero são causadas por escolhas de agentes de mercado, os quais seguem preconceitos socialmente estabelecidos. Com isso, as disparidades salariais entre grupos raciais e sexuais não surgem da vontade individual de discriminar, mas sim pela persistência de práticas cotidianas e tradicionalmente celebradas pelo mercado. Através desse ponto de vista, entende-se que a desigualdade de gênero e racial são frutos de um sistema que se desenvolve com base em preconceitos raciais institucionalizados.

Portanto, não é o racismo estranho à formação social de qualquer Estado capitalista, mas um fator estrutural, que organiza as relações políticas e econômicas. Seja como racismo interiorizado – dirigido contra as populações internas – ou exteriorizado – dirigido contra estrangeiros – é possível dizer que países como Brasil, África do Sul e Estados Unidos não são o que são apesar do racismo, mas são o que são graças ao racismo (Almeida, 2019, p. 111).

No entendimento de que o racismo marca a formação da sociedade brasileira, as buscas por melhores condições de vida e dignidade humana, empreendidas pelas pessoas negras desde o processo de escravização, constituem-se como manifestações de luta de classe, de tal modo que a formação da nação não se separa da lógica do racismo, justamente porque as pessoas negras foram obrigadas, desde o período colonial no Brasil, a disputarem suas

sobrevivências sociais, culturais, e mesmo biológicas numa estrutura peculiarmente racista (Almeida, 2019).

Santos (2022), imbuída pela investigação em evidenciar os autores e beneficiários da formação racista no Brasil, compreende também que o racismo é estrutural, porque ele está em todos os lugares. A autora faz uma movimentação científica em sua obra, que transmite uma carga simbólica e peculiar para o leitor, porque associa os fatos históricos, desde o Brasil Colonial até a atualidade, a histórias de vidas de pessoas que vivenciaram as consequências do racismo.

Ao tomar o racismo como uma verdade que precisa ser desvelada, percebemos que ele é um sistema de poder que estrutura as sociedades modernas, organizando as violências que acometem as populações discriminadas e, ao mesmo tempo, construindo uma muralha de privilégios usufruídos exclusivamente por outro segmento social, no caso, a população branca (Santos, 2022, p. 14-15).

A partir dessa concepção, deve-se entender que o racismo é uma realidade que necessita ser revelada e compreendida em profundidade. Ele é um sistema de poder que molda as sociedades, influenciando, de modo significativo, a construção das violências e dos privilégios. Logo, o racismo não é somente um preconceito individualizado, mas sim uma estrutura sócio-política econômica que perpetua a segregação contra determinados grupos (negros, mulheres, gays, indígenas, entre outros minorizados) e, simultaneamente, garante e promove privilégios exclusivos a outro grupo social (a população branca e heterossexual).

Ao evidenciar o racismo, Santos (2022) empreende um processo sócio-histórico que aponta as atrocidades que a escravização causou, mas também resgata e promove a participação importantíssima da população negra na formação do Brasil. Isso tanto com personalidades, como Maria Felipa de Oliveira, Maria Firmina dos Reis, André e Antônio Rebouças, quanto com as pessoas negras como contribuintes fundamentais da formação da cultura brasileira.

Dessa forma, os estudos e apontamentos de Santos (2022) ajudam a desnaturalizar perspectivas discursivas e ideológicas acerca das pessoas negras como virtualmente incapazes de se adequarem às exigências do mercado de trabalho, tal como foram empreendidas no processo de urbanização e modernização da cidade de São Paulo no início do século XX, bem como também contribuem para romper com ideias de que as pessoas negras são preguiçosas e foram atravessadas somente pelas consequências da escravidão.

Assim, a autora faz o resgate, por exemplo, da história de vida de Laudelina de Campos Melo, mulher negra, nascida no interior de Minas Gerais no início do século XX, que foi protagonista na luta das empregadas domésticas brasileiras. “A vida de Laudelina chegou até nossos dias porque sua trajetória foi ao mesmo tempo a regra e a exceção dos lugares reservados para mulheres negras no Brasil republicano” (Santos, 2022, p. 174). Ela foi uma empregada doméstica, lugar estipulado por “norma” para uma mulher negra ocupar, mas também foi líder sindicalista, bailarina, filiada ao Partido Comunista, entre outras funções que excediam à ocupação negra (Santos, 2022).

O destaque dado a Laudelina, nessa ótica, é um dentre tantos outros que evidenciam as condições de pobreza e miserabilidade que a população negra enfrentou, sobretudo no pós-abolição, mas também enaltece o papel fundamental de pessoas negras, mesmo empobrecidas, em elaborarem perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas para a formação do país. Desse modo, a autora ressalta que:

Nesse racismo em que vivemos, nós, negros, não merecemos quase nada. Mas há mudança, há embate e há luta. Por enquanto, essa luta tem cor: ela é negra. Está mais do que na hora de questionarmos os privilégios criados pela supremacia branca exigindo a responsabilização daqueles que usufruem das benesses da estrutura racista. Porque o racismo não é apenas “um problema do negro”. O racismo é um problema de todos (Santos, 2022, p. 275).

Ou seja, a luta contra o racismo deve ser contínua, porque sob o sistema racista atual as pessoas negras são consideradas como menos merecedoras, enfrentando uma realidade de marginalização e de exclusão. Porém, há resistências, mudanças e confrontos. Por isso, para confrontar-se com essa sistemática de exclusão, é fundamental, de acordo com Santos (2022), que todos se unam nesse processo, especialmente aqueles que se beneficiam dos privilégios, porque o racismo não é um problema que afeta apenas as pessoas negras, mas sim um problema que corrói a sociedade.

A partir desse entendimento, de que o racismo constitui a sociedade brasileira, vale destacar que, com o fim da escravidão, aplicou-se no Brasil, sobretudo no século XX, uma política de branqueamento, que transmitia ideias de avanço e modernização. Ou seja, nesse viés político, atrelaram-se às pessoas brancas valores discursivos positivos, o que, conseqüentemente, materializou em favorecimento social, político, econômico e cultural.

Em contrapartida, a política do embranquecimento relegou a população negra a condições de quase inexistência no cotidiano social, pois ao negro acoplaram-se sentidos e situações de pobreza, que refletem semanticamente valores negativos. Assim, a tentativa de

expurgar parte do povo brasileiro como um problema de “atraso” fez com que essas características também fossem impregnadas aos pobres. E isso favoreceu também no Brasil que os espaços e situações de pobreza fossem ocupados majoritariamente por pessoas negras.

De acordo com Bento e Carone (2002, p. 47) “o problema do branqueamento, abordado nas últimas décadas como problema exclusivo do negro, nasce do medo da elite branca do final do século XIX e início do século XX, cujo objetivo é extinguir progressivamente o segmento negro brasileiro”. Ou seja, a questão do branqueamento, muitas vezes discutida como se fosse um problema que afeta apenas os negros, na verdade, tem raízes históricas calcadas no receio que a elite brasileira tem em relação ao crescimento da população negra.

O objetivo, portanto, dessa estratégia de branqueamento era reduzir gradualmente os direitos das pessoas negras, incentivando a miscigenação e a adoção dos padrões culturais brancos. Inviabilizando, com isso, a identidade e a presença negra na sociedade brasileira. Assim, a política do embranqueamento foi se alastrando na cultura brasileira, de modo a naturalizar situações de enriquecimento e privilégios para pessoas brancas, como também a normalizar circunstâncias de empobrecimento e negação de direitos básicos às pessoas negras.

De acordo com Gonzalez e Hasenbalg (1982), o racismo e as desigualdades brasileiras, afirmam que a raça, como predicado social e historicamente organizado, persiste em funcionar como um dos critérios mais representativos da distribuição de pessoas nas camadas sociais. Ou seja, a raça se relaciona essencialmente com os fatores de reprodução das classes sociais, pois a estratificação social manifesta-se nas posições de privilégio, que pessoas brancas afortunadas economicamente ocupam, em oposição às posições ocupadas pela grande maioria de pessoas negras, minorizadas pelas desigualdades sociais.

A supremacia branca é uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos. A dominação racial é exercida pelo poder, mas também pelo complexo cultural em que as desigualdades, a violência e a discriminação racial são absorvidas como componentes da vida social [...] (Almeida, 2019, pp. 75-76).

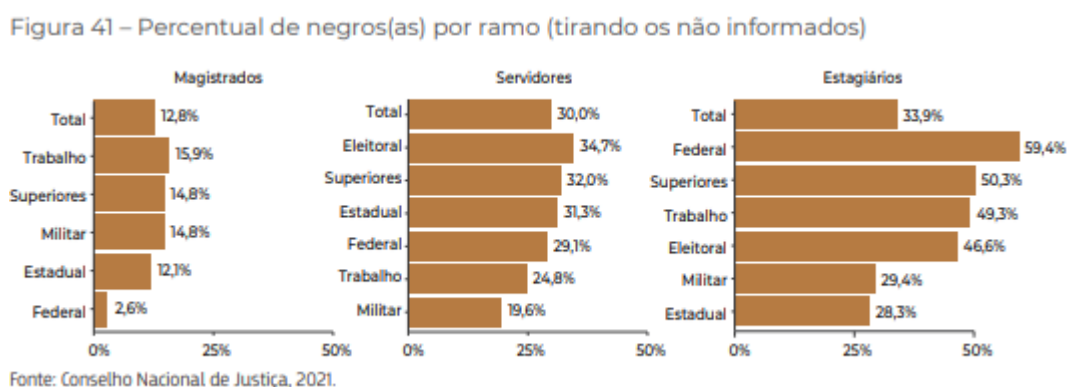
Os consensos ideológicos marcam a forma como o poder coercitivo da branquitude impera nas sutilezas culturais, em que a supremacia branca não se sustenta somente pelo uso da força ou do poder direto. Ela penetra as instituições, moldando a forma como as pessoas devem pensar e agir, de modo que a discriminação racial, a violência e as desigualdades se

tornam naturalizadas e aceitas. Assim, a dominação racial empreendida pela supremacia branca, é tanto uma questão de poder explícito quanto de consenso cultural, em que os discursos racistas são internalizados pela sociedade.

Na obra *Pacto da Branquitude*, Bento (2022) apresenta no início preocupações sobre a forma como pessoas brancas descrevem as negras, pois tais descrições, em diversas circunstâncias, são carregadas de estereótipos negativos acerca do negro. Sendo que isso legitima e prolifera diferenças e hierarquias sobre grupos raciais nas sociedades. Por ter trabalhado em setores de recrutamento profissional, a autora relata ter presenciado as diversas implicações do racismo.

De acordo com Bento (2022), nos cargos de prestígio social, por exemplo, era perceptível a ausência de pessoas negras. Para comprovar tal problema, Bento (2022) expõe a pesquisa sobre negros no Poder Judiciário, que foi desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça de 2021.

Figura 2 – Percentual de negros(as) no Poder Judiciário



Fonte: Conselho Nacional de Justiça de 2021.

De acordo com os dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2021, destacam-se três funções: estagiários, servidores e magistrados. Esses cargos estão seccionados em tribunais (eleitoral, superiores, estadual, federal, trabalho e militar). Evidencia-se que há uma participação significativa de 59,4% de estagiárias negras e estagiários negros nos tribunais federais. No entanto, nos mesmos tribunais o número de magistradas negras e magistrados negros cai para 2,6%, uma representação ínfima da população negra brasileira.

A função de estagiário é importante para o desenvolvimento das atividades laborais da Justiça, porém, ela não tem a força do poder de decisão que um magistrado possui.

Igualmente, o estagiário não estabelece vínculo permanente, visto que sua presença é transitória, podendo ocupar tal situação empregatícia por, no máximo, dois anos. Por outro lado, o cargo de juiz(a) federal é permanente. Por isso, se a função de juiz(a) nos tribunais federais é ocupada apenas por 2,6% de pessoas negras, certamente mais de 95% é ocupada por pessoas brancas. Além do mais, sabe-se que a remuneração de um emprego de estagiário é muito menor que a faixa salarial do cargo de magistrado.

A partir disso, verifica-se uma maciça representatividade branca no poder. Isso desemboca em perspectivas generalistas, em que se compreende a sociedade brasileira de uma forma “específica”, “universal”, de modo a legitimar a supremacia branca. Assim, por exemplo, o juiz, cargo exercido por mais de 95% de brancos, conforme dados do CNJ, ao interpretar um crime de racismo, pode, pela força coercitiva do pacto da branquitude, entendê-lo como injúria racial.

Dessa forma, o pacto da branquitude é motivado pelo sentimento de medo que as pessoas brancas, permeadas de privilégios, têm das pessoas negras suprimi-los. “É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros” (Bento, 2022, p. 18). A autora, nesse sentido, demonstra que existem pactos implícitos, nem sempre visíveis, que normalizam as vantagens dos brancos e excluem as pessoas que não fazem parte do seletivo grupo étnico-racial-social branco.

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento, 2022, p. 19).

Para corroborar essa ideologia racista, o conceito de meritocracia é reivindicado de forma discursiva, de modo a ocultar o pacto narcísico da branquitude. Sendo que tal discurso apresenta as pessoas brancas como as mais qualificadas para ocuparem os cargos de liderança, enquanto que as pessoas negras são concebidas como menos aptas a exercerem tais funções de prestígio social. Esse discurso, que ainda é utilizado em espaços corporativos, é uma falácia, porque, evidentemente, não se mensura competências profissionais pelo fenótipo das pessoas.

Segundo Bento (2022), a questão da branquitude e seus privilégios não é uma questão que afeta apenas os negros, como foi tratado na sociologia por certo tempo. Certamente, a

branquitude é um elemento constituinte da sociedade brasileira, sendo que os privilégios que se atrelam a tal conceito, são moldados e sustentados por relações de dominação no gênero, na raça, na classe social, no território e em outros fatores sociais e culturais, sendo mantidos por aquilo que a autora denominou de pacto narcísico da branquitude.

Nesse sentido, ao pensar a branquitude como um pacto narcísico, compete resgatar a figura mitológica de Narciso, o qual não tem empatia nenhuma, senão para com sua própria projeção no lago. Logo, o conceito de pacto da branquitude aponta que as pessoas brancas reconhecem, protegem, promovem, desenvolvem alteridade somente com pessoas brancas. No entanto, tal branquitude “constitui-se através de falsos pressupostos, a partir de ideologias, que serviram para conformar e justificar sua hegemonia e seu controle sobre a humanidade, não apenas como classe, mas como raça dominante” (Conceição, 2020, p. 22).

A partir disso, entende-se que a construção discursiva da superioridade branca no Brasil está fundamentada, dentre diversos fatores, no processo de escravização como também no etnocentrismo, o qual expõe uma concepção unilateral acerca do outro. Assim, a elaboração do inimigo é formulada em uma imagem que se opõe às ideias e às subjetividades entendidas como “normais”. Desse modo forma-se um dualismo entre o “nós” e o “eles”.

As compreensões sobre branquitude, de acordo com Conceição (2020), instituem um ideal racial, o branco. Isso cria uma lógica discursiva em que aqueles que não se enquadram nessa norma são marginalizados e vistos como anormais e/ou perigosos.

Tais concepções envolvem a produção de uma norma que tem a raça como substância que idealizará uma brancura, que incidirá e marcará globalmente o sujeito da modernidade. Como círculo vicioso, a norma e a raça fabricarão, de maneira distinta, a outeiridade – outros corpos, como corpos abjetos, carregados de anormalidade, de imoralidade e perigos, como podemos observar na história da deficiência, da sexualidade (da homossexualidade como desvio ou doença), na história da produção da loucura, da infância, do feminino e do gênero. Estes, todos, foram, em alguma medida, penetrados em certo sentido pela raça e pelo ideal de brancura. Todos esses sujeitos, independentemente da cor, são, em algum grau, um anteprojetado da brancura. (Conceição, 2020, p. 29)

No século XIX, para Conceição (2020), os conceitos de igualdade, desigualdade e diferença desempenham papéis cruciais que se interligam ao processo de racialização, tanto internacionalmente quanto na história do Brasil. A diferença é notada fisicamente nos corpos, enquanto a desigualdade é percebida como uma característica intrínseca da alma, determinando não apenas indivíduos, mas também grupos aos quais pertencem. Essas ideias

passaram a guiar e a influenciar políticas de gestão com o propósito de manter a “ordem” racial estabelecida, favorecendo o progresso dos projetos coloniais e imperiais.

A partir dos estudos sobre racismo e branquitude na contemporaneidade, de acordo com Conceição (2020), convencionou-se entendê-los como fenômenos sócio-históricos, de caráter interseccional e relacional em sociedades marcadas pelas desigualdades sociais e raciais, provenientes do imperialismo e do colonialismo. Além de serem estruturais, racismo e branquitude determinam a brancura como valor simbólico e material.

As movimentações históricas não lineares e as relações que se estabelecem nesta pesquisa entre racismo, branquitude e aporofobia dimensiona os aspectos lógico-discursivos e materiais em que as desigualdades de gêneros, de raças e de classes econômicas se manifestam na sociedade brasileira. Correlacionar tais fatores contribui nas análises de conjunturas, como também direcionar efetivamente políticas públicas que visem amenizar as disparidades sociais, políticas, econômicas e culturais que atravessam a população brasileira.

Dessa forma, as evidências enunciativas, sócio-históricas e ideológicas, apontadas até aqui corroboram a tese defendida pelos estudos desenvolvidos na AD de que os discursos estão relacionados às articulações ideológicas e discursivas, que se manifestam num processo de historicidade e formam o sujeito discursivo racista-aporofóbico, localizado na cultura brasileira, que enxerga a pessoa pobre como uma “doença social”, um “anormal”, um “abjeto”, como um não branco.

Sendo assim, no percurso feito até o momento da pesquisa, cabe ressaltar que compreender os atravessamentos que geram as desigualdades no Brasil requer perspectivas multifatoriais, principalmente quando se debruça sobre os elementos que constituem a pobreza, o racismo, a branquitude, bem como a aporofobia. Portanto, aqui se destacaram alguns marcadores e dizeres que incidiram no empobrecimento do povo brasileiro, sendo que tal situação acometeu significativamente as vidas dos não brancos, como também colaborou para as formações discursivas de aversão às pessoas pobres, que, na sua maioria, é formada pela população negra. Isso é fundamental para seguir para a próxima fase da pesquisa, na qual há a descrição do percurso metodológico empreendido neste trabalho, bem como se encontram as análises do *corpus*, que permitem constatar, na atualidade, a materialização discursiva da aporofobia, revestida de traços constituintes racistas, acometendo incisivamente a vida de pessoas negras.

4 ANÁLISE – O DISCURSO RACISTA-APOROFÓBICO

*“Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas como um soluçar de dor”
(Interpretação de Clara Nunes)*

4.1 Metodologia de Trabalho

Os estudos desenvolvidos nesta pesquisa localizam-se nos pressupostos da Análise de Discurso que, por si só, já se expressa como metodologia de pesquisa. A materialidade discursiva, como apresentado no primeiro capítulo, pode se manifestar nas condições de produção, nos imaginários e no sujeito, que é um produto do discurso. A partir dessas categorias da AD, consegue-se compreender que a linguagem não é simplesmente o ato de dizer momentâneo, mas é um fenômeno linguístico atravessado por diversos fatores (ideológico, histórico, cultural, econômico, social), ele é a movimentação das palavras, a prática de linguagem (Orlandi, 2020). Esses atravessamentos perpassam os dizeres contribuindo para a produção de sentido, que não pode ser entendida como a mera transmissão de mensagem operada pela língua. Os sentidos são construídos e afetados pela relação interdependente do sujeito com a língua e a história.

A partir dessa concepção, a AD encaminha o analista do discurso para o funcionamento das sutilezas da linguagem, de modo que ele consiga desenvolver um olhar aguçado que seja capaz apontar as opacidades, as contradições, os ditos e não ditos, ou seja, as “sensíveis finuras” que constituem e revestem os discursos (Orlandi, 2020). No entanto, os estudos discursivos não buscam “o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber.” (Orlandi, 2020, p. 57).

A AD se concentra em evidenciar e compreender as múltiplas camadas de sentidos e significados que emergem do uso da linguagem. Desse modo, a depender dos diversos fatores linguísticos, históricos e ideológicos, um discurso produzirá interpretações distintas. Por isso, Orlandi (2020, p. 58) aponta dois momentos que o analista do discurso deve articular:

Em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esses gestos de interpretação do sujeito, que constitui o sentido submetido à análise; em um segundo momento, é preciso

compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação.

No entanto, o posicionamento que o analista do discurso toma ao analisar determinados enunciados não é feito de forma neutra, porque a linguagem, em qualquer aspecto ou circunstância, não é imparcial. Assim, os princípios e procedimentos elaborados pela AD oferecem dispositivos analítico-discursivos que permitem ao analista desenvolver estudos não de forma neutra, mas numa posição em que se pode relativizar e problematizar, de modo científico e racional, a interpretação elaborada por ele.

Sem procurar eliminar os efeitos de evidência produzidos pela linguagem em seu funcionamento e sem pretender colocar-se fora da interpretação – fora da história, fora da língua – o analista produz seu dispositivo teórico de forma a não ser vítima desses efeitos, dessas ilusões, mas a tirar proveito delas. E o faz pela mediação teórica. Para que, no funcionamento do discurso, na produção dos efeitos, ele não reflita apenas no sentido de reflexo, da imagem, da ideologia, mas reflita no sentido de pensar. (Orlandi, 2020, p. 59).

A criação de dispositivos analítico-discursivos leva à mudança da posição de leitor para o lugar designado pelo analista. Nesse espaço, revela-se a alteridade do cientista e a leitura diferente que ele pode fazer. Nesse papel, o analista não apenas reflete, mas também situa e entende o movimento da interpretação, que está inscrito no objeto simbólico que analisa. Com isso, ele é capaz de teorizar e descrever os efeitos da interpretação. Por isso, afirma-se que o analista de discurso, ao contrário do hermeneuta, não interpreta, mas trabalha nos limites da interpretação. Ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia, mas ocupa uma posição deslocada que lhe permite observar o processo de produção de sentidos em suas condições específicas (Orlandi, 2020).

A partir do aporte teórico da AD, elaborou-se o processo analítico-discursivo deste trabalho. No início da pesquisa, quando se pensava sobre possíveis materiais para serem analisados, havia uma inquietação a respeito de uma propaganda feita pela Prefeitura de Pouso Alegre, em Minas Gerais, com os seguintes dizeres: “não dê esmola, mostre o caminho”. Tal propaganda, espalhada pelo centro da cidade, começou a causar estranhamento aos pesquisadores. As ideias que emanavam daquele discurso reduziam, de modo simplório e pejorativo, a realidade de pessoas em situação de rua. Por isso, cogitou-se explorar aquele material, que poderia manifestar a aversão às pessoas pobres.

Porém, foi preciso procurar outros enunciados para evidenciar o *modus operandi* do discurso aporofóbico. Assim, explorou-se, numa atividade de conclusão de uma disciplina do Programa de Mestrado em Letras da UFLA, um caso informado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 13/09/2022, que noticiou a situação em que uma mulher negra, residente na cidade de Itapeva-SP, eleitora do então candidato à presidência da república, Luiz Inácio Lula da Silva, foi humilhada por um homem branco e eleitor de Jair Messias Bolsonaro. Tal homem branco filmou, no dia 10 de setembro de 2022, o momento em que entregava uma cesta básica (chamada por ele de “marmita”) à mulher negra e, naquela ocasião, perguntou a ela em que candidato à presidência votaria. Ela afirmou que seria em Lula, a partir disso, o homem branco provocou as pessoas que iriam assistir ao vídeo a não mais ajudarem com as doações de “marmita”, postura que ele também adotaria daquele momento em diante, já que a mulher negra votaria em Lula. Naquela situação comunicativa e na organização da notícia identificou-se também a materialização da aporofobia.

Esses dois primeiros materiais que expressam aversão à pessoa pobre revelam trabalhos acadêmicos ainda em fase de conclusão, mas já se mostram potencialmente significativos para compreender a complexidade da aporofobia. Esses discursos não apenas refletem uma rejeição explícita às pessoas em situação de vulnerabilidade, mas também marcam como essa aversão se entrelaça nas sutilezas das naturalizações culturais.

Um terceiro exemplo, publicado por Paula e Cano (2024), constitui-se de um discurso que emerge de uma notícia veiculada, no dia 10 de fevereiro de 2023, no site *UOL*, assinado por Ana Paula Bimbati. O assunto tratado eram informações e posicionamentos acerca de um material de apoio pedagógico para a disciplina de educação financeira destinada aos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental do programa de tempo integral na rede estadual de ensino do Paraná. O referido material didático apresentava os títulos “mentalidade de rico” e “mentalidade de pobre”. Os enunciados diferenciavam, numa tabela composta de duas colunas, a mentalidade de pessoas ricas e a de pessoas pobres, como, por exemplo, em uma das linhas da tabela: “mentalidade rica assume os próprios erros”, já “mentalidade pobre culpa os outros e o Governo” (Paula; Cano, 2024). Constatou-se também que havia manifestação de ojeriza às pessoas pobres.

Diante desses trabalhos supracitados, notou-se que na conjuntura sociopolítico-econômica brasileira pobreza e negritude interconectam-se. Ou seja, as questões sociais, políticas, econômicas e culturais impactam, de modo desigual, as populações negras no Brasil. A escravidão e suas consequências deixaram um legado de desigualdade racial que se espalha em diversas áreas, como educação, saúde, oportunidades de trabalho e acesso a

direitos básicos. Com isso, a pobreza atinge mais intensamente as pessoas negras devido a fatores como a discriminação racial, a subjugação e a segregação racial.

Com isso, o percurso metodológico qualitativo feito aqui tomou as condições de produção como uma categoria de análise por meio da qual se compreende as circunstâncias dos dizeres, sendo que tais situações comunicativas não se resumem apenas ao contexto imediato do que é dito, mas, sobretudo, ampliam-se em elementos mais profundos (sócio-histórico e ideológico). Tomaram-se também os imaginários como princípio de apreciação analítica discursiva, em que se entende que há uma combinação de saberes que se juntam para formá-los. Foram apresentadas algumas concepções acerca dos imaginários que contribuem para evidenciar as elaborações imagéticas determinadas institucionalmente nos dizeres. Desse modo, doravante a articulação entre imaginários e condições de produção discursiva, concebeu-se que tais categorias do discurso também incidem categoricamente na produção do sujeito, o qual, a partir dos discursos que compõem o *corpus*, manifesta aversão às pessoas negras empobrecidas.

A partir desses princípios da AD, o objetivo geral de se compreender a formação do sujeito no discurso racista-aporofóbico foi norteando o caminho da pesquisa, que foi trilhado mediante levantamento teórico e bibliográfico. Assim, após entender o que é discurso e quais os elementos constituintes o atravessam, optou-se por compreender o que é aporofobia e pobreza, que não estão dadas naturalmente nas sociedades, mas são elaboradas por diversas concepções (cristã, malthusiana, racista, política de europeização, política dos campos de concentração, política do embranquecimento). Feito isso, investiu-se em resgatar elementos discursivos e fatores sócio-históricos que contribuem para a formação do discurso aporofóbico, como também se apontou a relação entre racismo e a aporofobia no Brasil.

Para comprovar a materialidade discursiva da aporofobia, imiscuída pelo racismo, foi realizada a análise de materiais que abrangem a expressiva ojeriza com pessoas empobrecidas, em discursos marcados pelo racismo estrutural e pelas ideias de branqueamento. Com isso, foi possível perceber as sutilezas de tal aversão à pessoa pobre em notícias, em propagandas, em músicas, em materiais didáticos, em dizeres do cotidiano. No entanto, como foi necessário delimitar o *corpus* para uma análise que conseguisse abarcar os elementos sócio-históricos e discursivos que compõem a junção da aporofobia com o imaginário sócio-discursivo de pessoa negra, formando o imaginário de pobre no Brasil. Assim, foram escolhidos dois discursos, nomeados como racistas aporofóbicos, para a composição do *corpus*. O primeiro discurso é o recorte de um vídeo que mostra uma mulher negra, funcionária da limpeza de um *shopping* em Ipatinga-MG, sofrendo ofensas por uma mulher branca. Já o segundo discurso é

também um recorte de um vídeo que retrata outra mulher branca, na cidade do Rio de Janeiro, novamente num *shopping center*, agredindo verbalmente outra mulher negra.

Além do mais, o trajeto metodológico foi possível de ser realizado e sustentado através de pesquisadores e pesquisadoras, os quais contribuem de modo profícuo para os estudos aqui desenvolvidos. No âmbito dos estudos discursivos foi possível compreender a noção de CP, de imaginários e de sujeito com Courtine (2014), Cano (2012), Brandão (2004), Orlandi (2020), Bucci (2022), Charaudeau (2017), Pêcheux (2014) e demais. Com a filosofia extraiu-se de Cortina (2020) as abordagens sobre a aporofobia. Já com as pesquisas de Rocha (2014), Santos (2009), Souza (2018), Almeida (2019), Bento (2022), e Schwartzman (2004), dentre outros, foi possível entender as diversas concepções sobre a pobreza, o racismo e a branquitude, conceitos que evidenciam o construto sócio-histórico e ideológico expresso nos discursos que compõem o *corpus*. Neste, foi possível fazer resgastes sócio-históricos e ideológicos de manifestações discursivas, que no século XIX e XX já expressavam formulações discursivas que hostilizavam pessoas empobrecidas, principalmente os negros, os não brancos e os não imigrantes.

Com isso, é cabível entender a estruturação desta pesquisa. Na primeira parte, evidenciou-se o referencial teórico da AD, por meio do qual se destacaram os elementos e fatores que provocam a produção do discurso, que por sinal não está condicionado a fatores subjetivos do usuário da língua, mas complexificado pelo atravessamento também das CP e dos imaginários, que operam estruturando o sujeito discursivo (Courtine, 2014). Na segunda parte, apontaram-se os estudos sobre pobreza, aporofobia, racismo e branquitude; aqui foi possível alcançar as dimensões sócio-históricas e ideológicas que se articulam na produção do discurso aporofóbico. Já na terceira parte articularam-se os elementos apresentados na primeira e na segunda, evidenciando, através do *corpus*, a composição do discurso racista-aporofóbico.

O termo racista-aporofóbico emergiu a partir da relação estabelecida na análise, de modo a compreender que o discurso aporofóbico no Brasil carrega traços racistas. Foi através do processo de compreensão analítico-discursivo que se pôde comprovar a hipótese inicial da pesquisa, de que o imaginário de pobreza, na conjuntura brasileira, reveste-se de manifestações sócio-históricas, políticas, econômicas e culturais que determinam as relações desiguais que afetam a vida da pessoa negra. Como decorrência desse processo analítico, formulou-se o adjetivo composto “racista-aporofóbico” para atribuir juízo de valor ao discurso e ao sujeito. Além disso, combinaram-se também as palavras “negro” e “empobrecido”, resultando em negro-empobrecido, como também os termos “branco” e

“enriquecido”, justapondo-se branco-enriquecido, respectivas combinações contribuíram significativamente para a clareza das ideias que foram se movimentando na análise.

A análise do *corpus* está dividida da seguinte maneira: descrição do *corpus*, em que se apresenta o detalhamento discursivo de suas situações de agressões a mulheres negras em *shoppings centers*, a primeira no dia 27 de dezembro de 2023 e a outra em 12 de julho de 2014; depois há a articulação da noção de condições de produção com o discurso racista-aporofóbico; em seguida resgatam-se as concepções de imaginários de negro e de pobre, que se movimentam no discurso racista-aporofóbico sustentando os sentidos de menosprezo, ridicularização e subserviência que se atrelam à pessoa negra e pobre no Brasil; e, finalmente, há a caracterização e o entendimento do sujeito racista-aporofóbico que é produzido pelos traços discursivos que remetem às políticas de segregação racial e de embranquecimento, à valorização dos imigrantes europeus brancos e ao pacto da branquitude.

4.2 Descrição do corpus

Os materiais que compõem o *corpus* desta análise advêm de dois recortes discursivos de notícias as quais apresentam vídeos distintos, em lugares e tempos diferentes, porém com a mesma temática e com a mesma lógica-discursiva racista-aporofóbica. No primeiro recorte discursivo¹, cuja manchete é “Mulher ofende auxiliar de limpeza em *shopping*: ‘coloque-se no seu lugar’” tem a duração de 2 min. 55’ (dois minutos e cinquenta e cinco segundos), ele foi extraído da plataforma de notícias *Uol*. Já o segundo², com o título “‘Abaixa a bola, pobre’, diz mulher em vídeo que mostra discussão no Rio”, possui a duração de 3min. 14’ (três minutos e quatorze segundos) foi retirado do portal noticiário *GI*.

O recorte discursivo 1, noticiado com a manchete “Mulher ofende auxiliar de limpeza em *shopping*: ‘coloque-se no seu lugar’”, é composto por uma compilação de duas gravações,

¹ Este material foi extraído do portal de notícias *Uol*. Nele é possível encontrar as ofensas que a mulher branca profere à mulher negra, como também assistir à fala da mulher ofendida explicando o ocorrido. O vídeo está disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/12/28/faxineira-de-shopping-em-mg-ofendida-por-cliente.htm>. Acesso em 22 jun. de 2024.

Uma parte do vídeo que apresenta os xingamentos foi registrada pela jornalista Layane Óliver, a qual passeava pelo local. O fato registrado ganhou proporções midiáticas, sendo noticiado nas mídias local, regional e nacional. Algumas notícias sobre o caso podem ser encontradas em: <https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2023/12/28/coloque-se-no-seu-lugar-palhaca-auxiliar-de-limpeza-e-xingada-por-cliente-em-shopping-de-ipatinga-video.ghtml>; e <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/12/28/faxineira-de-shopping-em-mg-ofendida-por-cliente.htm>. Acesso em 01 fev. de 2024.

² As cenas foram filmadas, de modo amador pela câmera de um celular por Diego Rodrigues Abreu. A mulher branca, ao perceber que estava sendo filmada, se irrita ainda mais e agride o rapaz com palavras homofóbicas. A notícia e o vídeo podem ser encontradas em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/abaixa-bola-pobre-diz-mulher-em-video-que-mostra-discussao-no-rio.html>. Acesso em 22 de jun. de 2024.

em que há o registro por uma câmera de celular apresentando as cenas de hostilização em que uma mulher branca – no dia 27 de dezembro de 2023, com o tom de voz alterado, no *shopping* Vale do Aço, em Ipatinga, no interior de Minas Gerais – profere palavras que rompem com a dignidade de uma mulher negra, que ocupa uma função terceirizada de fazer serviços de limpeza naquele estabelecimento. Dentre os dizeres direcionados à mulher negra, alguns inaudíveis, percebe-se a repetição da expressão “coloque-se no seu lugar”, além de “eu sou rica e estou de férias”, “você não passa de uma faxineira analfabeta”, “sua palhaça”. Às ofensas, a mulher negra rebate dizendo “sou faxineira com muito orgulho”. Tais cenas foram gravadas por uma jornalista que as registrou com seu celular. A figura 3 representa uma cena do recorte da gravação em que a mulher branca ofende a funcionária de serviços de limpeza.

Figura 3 – Mulher branca ofendendo mulher negra



Fonte: Canal de notícias Uol.com (2023).

Já a segunda compilação do primeiro recorte discursivo apresenta a vítima, a mulher negra, explicando o que aconteceu com ela. A gravação também foi realizada de modo amador e postada nas redes sociais. De acordo com a vítima insultada, a situação ocorreu depois que ela advertiu uma adolescente sobre o piso molhado. A figura 4 é uma parte recortada do segundo vídeo compilado no primeiro vídeo.

Figura 4 – Vítima explica o que aconteceu



Fonte: Canal de notícias Uol.com (2023).

A vítima do discurso odioso diz no vídeo:

Hein, vim explicar a vocês um pouco do que aconteceu. Eu fui limpar perto da loja do Pavão e a mancha era muito grande e estava muito grudada. Aí eu tive que jogar o borrifador. Eu coloquei uma placa de um lado, uma placa do outro e ainda coloquei o meu carrinho [“carro” funcional com equipamentos de limpeza] no meio. Aí veio a adolescente correndo e ainda de rasteirinha [tido de sandália]. Aí eu educadamente disse: Ô moça, não corre aí não, está muito molhado, você pode cair. Aí em seguida a menina parou, olhou pro chão, viu que estava molhado e continuou, passou pra perto da tia dela. Aí nesse instante, questão de segundo, a tia dela começou a me agredir com palavras, falando que não deveria falar daquele jeito com ela, que ela é sobrinha dela, que eu não deveria dirigir a palavra a ela, que era ela que tinha que ter falado, que eu era analfabeta.

Além disso, ela agradece às pessoas que a “seguem” nas redes sociais pelo apoio e conta também que passou mal, afirma que sua pressão arterial subiu muito e precisou ir ao hospital, onde foi medicada para que a pressão baixasse. A mulher negra procurou a delegacia e registrou boletim de ocorrência. A Polícia Civil localizou, por meio das gravações das câmeras de segurança e de dados do veículo, onde a mulher branca mora e a indiciou por crime de injúria. A administração do *shopping* divulgou uma nota lamentando o ocorrido, afirmando que prestou serviço de acolhimento emocional à vítima e que repudia qualquer prática de discriminação.

O recorte discursivo 2 retirado de um vídeo, noticiado no dia 12 de julho de 2014 pelo site *GI*, com a manchete “‘Abaixa a bola, pobre’, diz mulher em vídeo que mostra discussão

no Rio”, apresenta cenas de duas mulheres discutindo na praça de alimentação do centro comercial Barra *Shopping*, localizado na Barra da Tijuca, bairro da cidade do Rio de Janeiro.

O vídeo mostra uma mulher branca de pé, fazendo gestos bruscos e intimidadores com os braços, denotando autoritarismo e poder de dominação sobre o local, com um tom de voz alterado e agressivo com uma mulher negra, que está sentada na mesa da praça de alimentação fazendo sua refeição. A figura 5 é um recorte das cenas de agressão verbal praticadas pela mulher branca.

Figura 5 – Mulher negra sendo agredida verbalmente por uma mulher branca



Fonte: Portal de notícias G1.com (2014).

Apresentam-se a seguir alguns recortes de transcrições verbalizadas a partir dos três minutos e quatorze segundos de discussão e agressões verbais dirigidas à mulher negra.

Mulher branca: Você não tem o mínimo de discernimento, de visão de cultura, de noção do que estou falando. Aqui, oh ralezinha! Eu estou falando a favor de todos, se esse país estivesse em guerra civil e não estivesse em Copa do Mundo, estava melhor. Aqui, cê não vai me encarar? Fica aqui! Segurança, por favor! Eu não entro em gueto! Eu moro na cobertura, num tríplice. Vai me encarar, meu amor? Vai me encarar?

Mulher negra: Não, não vou não! Tenho medo de maluco!

Mulher branca: Ah, é! E eu tenho medo de pobre! Chama o gerente! Quero ver quem vai encarar 40 anos de Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. Oh, psit... abaixa a bola, pobre. Baixa a bola, pobre!

Mulher negra se dirige à garçonete e pede: chama o segurança do *shopping*, por favor, meu amor!

Mulher branca apontando para a garçonete diz: Você dar emprego pra ela? Eu posso. Você pode? Eu posso dar emprego pra ela. Não sou rica, não. Sou

consciente, o que você deveria ser como pobre, ridícula. Porque eu sou classe dominante e vivo revoltada, tá. E você é uma idiota.

Enquanto a mulher branca agride verbalmente a negra, outra mulher branca chega, pousa a mão sobre o ombro da agressora para tentar acalmá-la. Aquela que mostrava descontrole emocional, com um tom de voz ameaçador, na presença da branca, conversa num tom de voz ameno e amigável, demonstrando que tudo estava bem e diz à que foi tentar apaziguar, “eu sou psicóloga também e tenho educação para dar pra minha filha”. A mulher branca que foi arriscar abrandar a que proferia dizeres odiosos e ofensivos sai de perto. A agressora percebe que aquelas cenas estavam sendo registradas, direciona ofensas homofóbicas àquele que estava gravando e, com isso, a filmagem é interrompida.

De acordo com a notícia veiculada pelo portal *GI*, os insultos continuaram após o término do vídeo, mas a mulher branca que agrediu verbalmente a mulher negra com palavras racistas-aporofóbicas e o homem com dizeres homofóbicos não foi encontrada até a publicação de tal notícia.

Feita a descrição dos enunciados que constituem o *corpus* desta pesquisa, destacando enunciados que manifestam aversão às pessoas negras empobrecidas, alvos do discurso racista-aporofóbico, parte-se para a análise, momento em que a fundamentação teórica da AD e os fatores sócio-históricos discursivos acerca da pobreza, da aporofobia, do racismo e da branquitude se enlaçam para entender as manifestações do sujeito que emerge do referido discurso.

4.3 As Condição de Produção do Discurso Racista-Aporofóbico

As articulações enunciativas, que costuram os lugares objetivamente determinados nos discursos estão representadas por diversas formações imaginárias que impactam as CP. Esses elementos propiciam as interpretações em que os imaginários podem dominar ou apagar fatores pré-estabelecidos no processo discursivo (Courtine, 2014). As representações se referem aos fatores que acometem a produção de um discurso, elas são percebidas como aquilo que, através dos elementos sócio-históricos e ideológicos, impõem os dizeres para a construção dos sentidos.

Assim, no processo discursivo, deve-se levar em consideração o que está complexificado nas CP, pois são fatores profundos que possibilitam as movimentações analítico-discursivas.

Os elementos determinantes de um discurso, como Orlandi (2020) entende, são afetados pelo imaginário, pela historicidade, pela formação social e pela linguagem. Esses componentes agem simultaneamente para a fabricação discursiva. Assim, do primeiro recorte discursivo do vídeo “mulher ofende auxiliar de limpeza em *shopping*: ‘coloque-se no seu lugar’”, que compõe o *corpus*, evidencia-se a seguir falas proferidas pela mulher branca. Tais dizeres apresentam-se como um discurso racista-aporofóbico.

Discurso racista-aporofóbico: “Coloque-se no seu lugar. Eu sou rica e estou de férias. Você não passa de uma faxineira analfabeta, sua palhaça”.

Como já mencionado, essas palavras foram proferidas por uma mulher branca a uma mulher negra. As enunciativas devem ser entendidas, aqui, como efeitos dos discursos e não como indivíduos empíricos, atomizados. O destaque de diferenças raciais é evidenciado porque, na sociedade brasileira, isso é um fator determinante neste e em outros tipos de dizeres. Sendo que, o racismo estrutural é um processo que compõe a organização sociopolítico-econômica de uma nação (Almeida, 2019). Assim, a organização discursiva do recorte discursivo 1 está envolvida por articulações sócio-históricas da colonização e da escravização no Brasil, como também pelos engendramentos ideológicos do racismo e do pacto da branquitude, elementos que conferem poder de mando à pessoa branca em dizer à pessoa negra o lugar em que ela deve permanecer, ou seja, o lugar de subserviência, assim como as pessoas escravizadas estiveram condicionadas a ocuparem.

Além disso, o discurso “coloque-se no seu lugar” evoca também a lógica discursiva que perpassava as relações humanas no período da escravização no Brasil. A separação entre os espaços discursivos da senzala e da casa grande determinava como deveriam se comportar as pessoas brancas que possuíam domínio sobre pessoas negras escravizadas, entendidas como mercadorias. Tal atravessamento sócio-histórico produziu sobre o corpo negro as ideias de obediência, de servidão. Por ter sido entendido de modo servil, o corpo negro é ideologicamente enxergado pelo branco escravocrata como um corpo que pode ser hostilizado e tratado como bem entendia seu proprietário. Esse processo discursivo é retroalimentado e atualizado no discurso racista-aporofóbico, de modo que ainda na contemporaneidade “revive-se” simbólica e discursivamente o que aconteceu naquele período.

O lugar construído para que o negro ocupe na sociedade brasileira é um “não-lugar”, em que o direito de se manifestar é proibido, negado e apagado. Assim, quando a mulher branca diz à mulher negra “coloque-se no seu lugar”, evoca-se discursivamente o lugar da nobreza, do privilégio, do enriquecimento, que são legitimados e reconhecidos social e culturalmente. Como é o caso do *shopping center*, espaço que marca também as desigualdades socioeconômicas e raciais no Brasil, que naturaliza funções, consumos, tratamentos, atitudes e valores que formam os lugares do privilégio, da nobreza e do enriquecimento. Isso produz sentidos de que os lugares validados para a ocupação do branco enriquecido na conjuntura sócio-histórica brasileira não podem ser ocupados por pessoas negras. Dessa maneira, sutil e discursivamente a colonização branca enriquecida dos lugares dita a formação do “não-lugar”, o qual é deslegitimado, empobrecido e ocupado pelo negro. Tais elementos são revestidos pelo pacto da branquitude e incidem constitutivamente no discurso racista-aporofóbico. Assim, pensar o “não-lugar” relegado à pessoa negra é compreender o apagamento da dignidade humana que atravessa a validade dos lugares embranquecidos.

Na mesma lógica discursiva racista e aporofóbica, a mulher branca do segundo recorte discursivo manifesta dizeres que evocam um sujeito discursivo que enaltece o lugar do privilégio, do enriquecimento, da nobreza, que, como visto, são legitimados pelo espaço do *shopping*. Isso conseqüentemente marca a formação do “não-lugar”.

Discurso racista-aporofóbico: Aqui, cê não vai me encarar? Fica aqui! Segurança, por favor! Eu não entro em gueto! Eu moro na cobertura, num tríples. Vai me encarar, meu amor? Vai me encarar? Eu tenho medo de pobre!

Ao enunciar “eu não entro em gueto! Eu moro na cobertura, num tríples”, emerge-se um sujeito discursivo que evoca a historicidade de diversas medidas feitas pelos governos, no Brasil, para impedirem a elaboração de formações discursivas que contribuíssem positivamente para a vida de pessoas negras. Como a política do embranquecimento da população brasileira no século XX, remetendo a ideias de avanço e modernização, tal processo proliferou ideias de que as pessoas negras eram incapazes de contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Com isso, além de ser colocada no “não-lugar”, do “não-

humano”, a população negra foi se organizando nas regiões periféricas, que, conseqüentemente, não recebiam recursos do Estado para minimamente se estruturarem. A pobreza, com isso, foi se construindo no país e se materializando substancialmente no modo de se organizar social e culturalmente da população negra. Assim, tanto o “coloque-se no seu lugar” quanto “eu não entro em gueto! Eu moro na cobertura, num tríplice”, ditos a uma pessoa negra, carregam a memória discursiva do racismo estrutural brasileiro e do processo de empobrecimento.

As políticas que instituíram os processos de urbanização e modernização de São Paulo e os Campos de Concentração no Ceará podem também se associar ao discurso racista-aporofóbico, porque naquela ocasião faria sentido, por exemplo, dizer: “retirantes miseráveis, coloquem-se nos seus lugares, voltem para o sertão, Fortaleza não é para vocês”, “somos ricos e trabalhadores”, “coloquem-se nos seus lugares pessoas negras, porque os imigrantes italianos é que devem ocupar os melhores lugares na urbanização e industrialização de São Paulo”, “eu não entro na senzala! Eu moro na casa grande!”. Ou seja, a lógica discursiva racista-aporofóbica já estava presente naqueles períodos.

Os argumentos que incentivaram a imigração europeia e impediram a chegada de pessoas negras e asiáticas, no final do século XIX e início do XX, como apontado por Santos (2022) e por Santos (2003), também podem ser entendidos como constituintes que compõem as CP e impactam na produção do sujeito racista-aporofóbico manifestado nos discursos aqui analisados, que, sendo parafraseados naquelas circunstâncias, poderia ser dito da seguinte forma, por exemplo: “coloquem-se nos seus lugares, pessoas negras e asiáticas, vocês não devem vir para o Brasil”. Ora, a participação no processo de urbanização de São Paulo da população não imigrante europeia raramente aparecia nos relatos documentais (Santos, 2003). Tal apagamento dos não imigrantes do processo de urbanização moldou discursivamente as desigualdades, pois, através de discursos, relegou-se os negros empobrecidos e os não imigrantes brancos a condições precárias de existência.

Além disso, como Souza (2018) apontou, as desigualdades constituem a sociedade brasileira principalmente pela concentração de renda por uma pequena parte da população do país. Isso também é um elemento de sustentação discursiva das CP, porque ao dizer “eu sou rica e estou de férias” e “eu tenho medo de pobre”, o sujeito discursivo evoca o privilégio de não ser pertencente aos grupos empobrecidos pelas desigualdades. Assim, o desprezo pelo grupo de pessoas pobres toma uma proporção de superioridade, legitimando os ataques de humilhação que podem ser realizados com tais pessoas. E isso é aporofóbico.

Os dizeres que compõem o discurso da mulher branca foram proferidos em um espaço que colabora para a formação do discurso aporofóbico. O *shopping center*, lugar onde clientes vão para consumirem diversos produtos, é um ambiente nitidamente mediado pelo dinheiro. Com isso, as estruturas sócio-históricas discursivas e ideológicas que constituem o *shopping* determinam que aqueles que não têm dinheiro não podem ocupar tal espaço. Dessa forma, a lógica estrutural do discurso racista-aporofóbico se naturaliza sutilmente.

Grespan (2021), ao explicar o pensamento de Karl Marx, afirma que este entende que o valor que se atribui ao dinheiro provém da delegação feita pelo dinheiro a todas as demais mercadorias. Assim, compreende-se que o trabalhador é também uma mercadoria singular adquirida pelo patrão. No *shopping center*, o cliente consumidor reveste-se do poder de patrão, porque o “cliente tem sempre a razão, é ele quem manda”, isso naturaliza a relação abusiva e subserviente que se estabelece entre o cliente e o trabalhador. Desse modo, o cliente, revestido do poder de patrão – que, no Brasil, também se atrela ao processo de escravização, que conferia poder de mando ao senhor de engenho e à sinhá – sente-se legitimado para maltratar e ofender os trabalhadores daquele lugar, sobretudo os que ocupam as funções mal remuneradas. Tais funções, na sua maioria, são ocupadas pela população não branca e negra. Logo, o sujeito racista-aporofóbico, manifestado naquele discurso contra as mulheres negras, faz emergir a lógica estrutural da aporofobia, que se enlaça ao *shopping center* e também age como força que impulsiona a manifestação de tal discurso.

De acordo com Andrade (2012), a sociedade de consumo, representada discursivamente por uma narrativa hegemonicamente colonial, materializada pelo *shopping center*, é promovida como um ideal básico de um mundo desenvolvido. Nesse contexto, o consumo é associado a características positivas como democracia, desenvolvimento e civilização. Esse discurso fortalece a ideia de que participar da economia de consumo é um sinal de progresso e modernidade, legitimando a influência contínua das forças econômicas transnacionais nas vidas individuais. Tal discurso consumista, por evocar ideias de que quem tem mais dinheiro tem mais poder, fortalece os engendramentos que impactam na produção do discurso racista aporofóbico.

Na perspectiva de Andrade (2012), os símbolos e narrativas que atravessam o *shopping center*, como elemento representativo da sociedade de consumo, provocam um efeito de homogeneidade das relações humanas, sociais e culturais. Isso impacta no obscurecimento e no apagamento das manifestações e organizações políticas, econômicas e culturais que não se alinham ao progresso consumista embranquecido. Assim, os componentes simbólicos e materiais que compõem o *shopping* no Brasil carregam traços

estruturais racistas, porque remetem também à lógica discursiva desenvolvida no contexto escravocrata na composição da senzala e da casa grande.

Essa lógica discursiva carrega consigo marcações da historicidade do período colonial escravagista brasileiro. De acordo com o Projeto Querino³ (2022), o escravizado era entendido como a moeda de troca, como a posse maior, que os senhores de engenho tinham no Brasil Colônia. Por exemplo, cita-se que em meados do século XIX, no Brasil Colônia, Joaquim Breves, era um fazendeiro que tinha o maior negócio no Brasil – que não era a comercialização de borracha, de cana-de-açúcar ou de leite, e sim o tráfico e a venda de pessoas escravizadas. Joaquim Breves tinha fazendas de engorda no litoral brasileiro. Ou seja, o negro escravizado era um “bem material”, uma “moeda de troca” que possibilitou enriquecimento de muitas famílias brancas elitizadas daquela época. Tal lógica discursiva, cadenciada numa cadeia produtiva, ainda alimenta, na atualidade, discursos, privilégios, oportunidades e enriquecimentos de pessoas brancas herdeiras e favorecidas pelo tráfico de pessoas negras escravizadas. Esse é um elemento sócio-histórico, dentre tantos outros, que colabora para a formação do espaço discursivo da branquitude racista e aporofóbica brasileira, que foi elitizada e, majoritariamente, constituída pelas consequências simbólicas e materiais da escravização e do tráfico de pessoas negras.

Tais fatores sócio-históricos que evidenciam o tratamento dispensado às pessoas negras e às não brancas no Brasil revelam a construção lógico-discursiva e ideológica que, ainda no século XXI, permite que pessoas brancas determinem o lugar que as pessoas negras devem ocupar na sociedade. Essa lógica discursiva também se estabelece por meio pacto da branquitude. Conforme apontado por Bento (2022), a branquitude e seus privilégios afeta significativamente a sociedade brasileira, porque não é apenas a manifestação dos privilégios que atravessam o branco, mas, sobretudo, o sistemático processo de dominação sociopolítico-econômico e cultural mantido pelo pacto narcísico da branquitude.

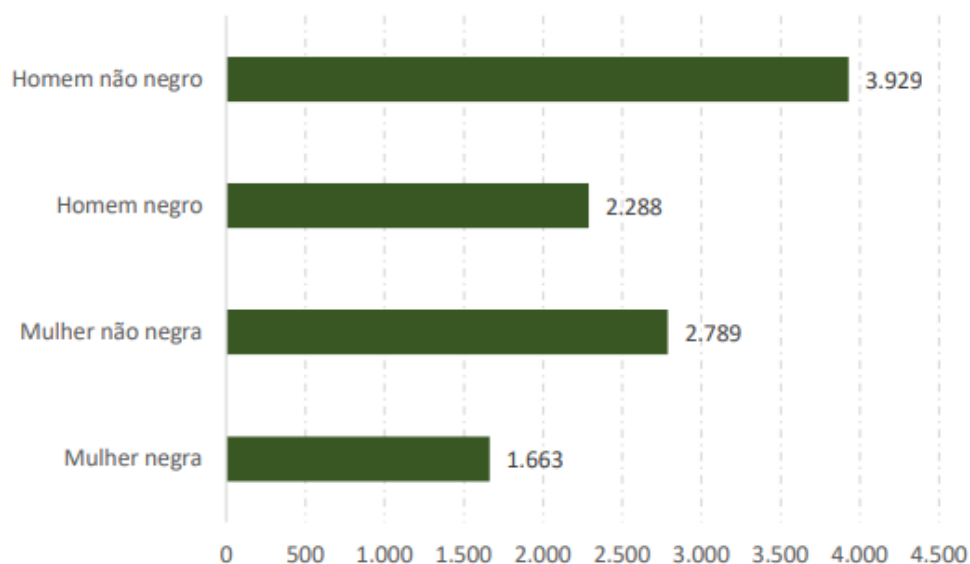
Além disso, a normalização e a universalização do branco formam ideias de uma identidade homogênea de ideal racial em que o branco se enxerga como um “nós”, revestido de poder, de segurança e de dominação. Isso causa a determinação daquelas e daqueles que não se encaixam em tal ideal racial como o diferente, como o “outro”, que deve “voltar para o seu lugar” de subjugado, de anormal, de abjeto. Tais ideias formam o que Conceição (2020)

³ O projeto Querino é um empreendimento jornalístico brasileiro lançado em 6 de agosto de 2022, como um *podcast* narrativo produzido pela Rádio Novelo — vencedor do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog em 2023 — e uma série de publicações na revista Piauí. O *podcast* também foi nomeado como um dos 10 melhores trabalhos jornalísticos em áudio de 2022 pelo Prêmio Gabo. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4ihscGfv0vmjBrK6dHA9Xo>. Acesso em 07 fev. de 2024.

denominou de “outeridade”. Nesse sentido, as manifestações discursivas racistas-aporofóbicas impactam na construção da realidade brasileira, que é constituída por inúmeras desigualdades.

O Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades (2023) revela, por exemplo, que as pessoas negras e as mulheres são os grupos menos representados nas instâncias de poder. Além disso, as mulheres negras compõem o grupo mais vulnerável, enfrentando maiores dificuldades com precariedade habitacional e risco de insegurança alimentar. A discriminação no mercado de trabalho é evidente, pois a mulher negra recebe, em média, apenas 42% do salário de um homem não negro.

Figura 6 – Rendimento médio mensal real de todas as fontes, a preços médios de 2022, por sexo e cor ou raça.



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2022.

O panorama indicado pela pesquisa supracitada feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) manifesta uma das as consequências elaboradas pela lógica discursiva racista-aporofóbica em que mulheres negras são as mais afetadas, porque ao analisar a interseccionalidade de gênero, de raça e de classe social, constata-se a vulnerabilidade em que tais pessoas são subjugadas a viverem na sociedade brasileira. Vale destacar também que a pesquisa do IBGE dialoga com aquela mencionada no segundo capítulo deste estudo, em que o CNJ em 2021 elaborou o percentual de negras e de negros no Poder Judiciário. Contudo, os dados de tais pesquisas reverberam as consequências negativas que impactam a vida de pessoas negras no Brasil, como é o caso também dos materiais que compõem o *corpus* desta dissertação.

Evidencia-se, portanto, que as condições de produção que atravessam o discurso racista-aporofóbico estão imiscuídas pelos elementos escravocratas, colonialistas, pelas políticas de exclusão de pessoas negras dos processos de urbanização e pelas ideias que constituem o pacto da branquitude. Tudo isso pode ser recuperado nos discursos que fazem emergir o sujeito racista-aporofóbico que enuncia “coloque-se no seu lugar, eu sou rica e estou de férias. Você não passa de uma faxineira, sua palhaça”, como também “Eu não entro em gueto! Eu moro na cobertura, num triplex. Vai me encarar, meu amor? Vai me encarar? Eu tenho medo de pobre!”.

4.4 Os imaginários de negro e de pobre na cultura brasileira

A rede semântica que amplifica discursivamente a aporofobia materializada no discurso racista-aporofóbico circunscreve-se em regras e posições que o sujeito discursivo deve obedecer, evocando valores construídos na sociedade brasileira. A troca de palavras, portanto, como aponta Orlandi (2020), está presidida pelo jogo imaginário.

Os imaginários nascidos das representações sociais possuem a capacidade de elaborar as significações sobre o mundo, sobre os comportamentos humanos e sobre os fenômenos produzidos por eles (Charaudeau, 2017). Com isso, os imaginários, ditos e não-ditos no discurso racista-aporofóbico, de pessoa rica/pessoa pobre, faxineira/patroa, analfabeta/letrada e palhaça compõem também o *corpus* analisado.

O preenchimento dos imaginários “pobre” e “rico”, no Brasil, conforme apontam os estudos de Paula e Cano (2024), se dão pela relação com as condições de produção, que determinam os espaços que devem ser ocupados por ricos, que, na sua grande maioria, desfrutam, como se evidencia nesta pesquisa, de privilégios sociopolítico-econômicos, provenientes de marcadores raciais da branquitude. Por outro lado, os espaços discursivos, sociais, políticos e econômicos ocupados pelo “pobre” não têm a mesma proporção de força ideológica para impor a ocupação que o imaginário branco-rico deve ter. Sendo assim, constata-se que – a partir de elementos discursivos, sociais, políticos, econômicos e ideológicos – o imaginário “pobre” é atravessado significativamente pelo negro e não branco no Brasil. Desse modo, conseqüentemente, ao negro-pobre se estabelecem valores e ideias de menosprezo que se articulam discursivamente determinando o desfavorecimento econômico e social que se atrela ao imaginário negro-pobre.

No entanto, ao constatar que as desigualdades são produzidas, ou seja, elas não são estabelecidas naturalmente, entende-se que os imaginários de branco-rico e negro-pobre

devem ser compreendidos como branco-enriquecido e negro-empobrecido. Isso remete à compreensão de que as riquezas e as pobreza são produzidas dentro de sistemas econômicos (colonialista, imperialista, capitalista, neoliberalista), tais sistemas determinam as cadeias produtivas que enriquecem ou empobrecem determinados grupos sociais. Como por exemplo, a distribuição desigual dos recursos, oportunidades e o poder. Desse modo, são as políticas econômicas e sociais que desempenham um papel fundamental na manutenção das desigualdades, perpetuando estruturas em que os enriquecidos têm acessos e oportunidades melhores de educação, saúde e emprego, enquanto que os empobrecidos enfrentam barreiras significativas para melhorar suas condições de vida (Guimarães, 2023).

Os imaginários, conforme aponta Charaudeau (2017), são considerados sociais na medida em que a prática de simbolização representativa do mundo se fundamenta em um domínio de uma *práxis* social. Um exemplo claro disso são as representações de brancos e de negros, de ricos e de pobres na sociedade brasileira. Tais imaginários recebem simbolizações totalmente diferentes e desiguais, que não apenas condicionam, mas também fomentam as produções de desigualdades. Em outras palavras, a linguagem não somente expressa um significado, mas, acima de tudo, estabelece um poder que normatiza o que é considerado o “ideal” a ser seguido.

As características fenotípicas, por exemplo, como apontam os estudos de Silva e Cano (2021), são usadas para demarcar categorias raciais que são componentes fornecedores para o preenchimento dos imaginários. Para os brancos, por exemplo, tais características fenotípicas não carregam um peso social significativo além da estética. Para os negros, entretanto, essas mesmas características são impregnadas de significados negativos e são usadas para justificar a marginalização. Isso demonstra como raça é uma construção de imaginário sócio-discursivo, que é utilizada também para manter as estruturas de poder e os imaginários que se relacionam a ela, como por exemplo negro-pobre e branco-rico.

Nesse sentido, o valor semântico que compõe a formação lexical da palavra “rica” apresenta conotações de valores positivos. Enquanto que as denotações negativas agenciam o termo “pobre”. Por exemplo, ao julgar um trabalho acadêmico como suficiente e bem desenvolvido alguém pode dizer “este trabalho está rico”, ou pode considerar que o mesmo trabalho foi insuficiente e mal articulado com a expressão “este trabalho está pobre”. Tal valoração, mesmo feita de modo inconsciente por quem enuncia tais expressões, alimenta a incompatibilidade que existe entre “rico” e “pobre”. Assim, o trabalho operado na formação dos sistemas de pensamentos que antagonizam, social e culturalmente, pessoas ricas e pessoas pobres, elabora os imaginários, os quais são reproduzidos em diversas práticas discursivas.

Como é o caso das representações midiáticas televisionadas no Brasil, em que os pobres são representados por personagens negros e não brancos; ou ainda o caso de músicas que enaltecem os ricos e menosprezam os pobres. Vale recordar também que as formações dos imaginários “rico” e “pobre” estão associadas às teorias malthusianas, às da economia da salvação e aos processos de escravização, especialmente na conjuntura brasileira.

Em decorrência dessas articulações semântico-discursivas, sócio-históricas e ideológicas entre “rico” e “branco”, como também entre “pobre” e “negro”, na conjuntura brasileira, é que se dá a formação do imaginário de “pobre-negro” e “rico-branco”. Tendo em vista as políticas de segregação racial dos povos negros nos processos de urbanização e industrialização nos séculos XIX e XX, conforme se apontou nesta pesquisa. Como também, a política do embranquecimento que povoa os privilégios da branquitude na cultura brasileira que formam também, como considera Bento (2022), o acesso às carreiras promissoras no mercado de trabalho.

Os imaginários sócio-discursivos, “faxineira” e “analfabeta”, retirados dos discursos que constituem o *corpus* analisado, configuram-se de modo pejorativo, evocando posições hierarquizadas. Isso acontece porque o sujeito discursivo branco racista-aporofóbico manifestado em “você não passa de uma faxineira analfabeta” se coloca com autoritarismo aumentando o tom da voz, como um sujeito discursivo superior, a quem se deve obedecer. Esse sujeito se manifesta de forma agressiva, que, ocupando uma posição socioeconômica privilegiada e hipervalorizada na sociedade capitalista, sente-se validado para dizer o que disse, e do modo como disse, como também de dar ordens a alguém, configurando, com isso, o poder de dominação que atravessa tal sujeito. Nesse sentido, a aporofobia discursivamente materializa o ódio que tal sujeito tem com pessoas pobres, principalmente com pessoas negras.

Desse modo, tal imaginário traz consigo ideias que povoam o pacto da branquitude, o qual se reveste da “normalidade” e da “universalidade”. Isso estipula, em contrapartida, o “diferente”, que é compreendido como “anormal”, “abjeto”, que deve ser desprezado e subalternizado. Vale destacar que esse problema não afeta somente os negros, mas a branquitude é um elemento fundante da sociedade brasileira, pois os privilégios que se “colam” a tal conceito são formados e solidificados pelas relações de dominação, sendo sustentada pelo pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022).

Ao imaginário sócio-discursivo de “faxineira”, recorte discursivo que também constitui o *corpus*, engendram-se perspectivas escravocratas, porque essa função, garantida com direitos trabalhistas apenas em 2013, remete às situações de exploração e subserviência

que as mulheres negras eram obrigadas a exercer. No pós-abolição, como apontou Santos (2003), uma parte das mulheres ex-escravizadas trabalhava como lavadeiras e recebia adjetivações de “briguentas” e de “insubordinadas”. Portanto, as articulações sócio-históricas e ideológicas colam ao imaginário sócio-discursivo de faxineira valor semântico negativo. E isso provoca diversos efeitos de sentidos, dentre eles, os de que tais pessoas devem ser menosprezadas, desqualificadas e até mesmo hostilizadas por ocuparem tais funções laborais. Isso, mais uma vez, mostra como a aporofobia e o racismo sutilmente se naturalizam e se constituem no Brasil.

O imaginário de “faxineira” é constituído pelo descrédito cultural e indigno, sendo que as funções de limpar banheiro, de cozinhar e de fazer faxina recebem da valoração semântico-discursiva do pacto da branquitude, elemento também fundante da sociedade brasileira. Isso se estabelece no Brasil, justamente porque as pessoas que exercem tais funções são, na maioria, mulheres negras.

O imaginário de “patroa”, apesar de não ser dito, é evocado como um não-dito pelo sujeito discursivo branco-rico no discurso racista aporofóbico, é costurado também pelas ideias racistas e escravocratas, porque ao dizer “você não passa de uma faxineira”, tal sujeito do discurso se entende para além de faxineira, a qual é significada como uma subcategoria, que merece ser desprezada. Isso revela a ordem naturalizada que o imaginário negro-pobre não pode ultrapassar, ou seja, ele não pode sair do espaço discursivo estipulado pelas CP de dominação escravocrata. No entanto, ao chamar a atenção da sobrinha da mulher branca, o sujeito discursivo negro-pobre ultrapassou o imaginário e as condições de produção que determinam sua invisibilidade. Dessa maneira, a lógica discursiva racista-aporofóbica que, com isso produz efeitos de sentido de desprezo e de superioridade, aponta que somente as pessoas que não são faxineiras e nem negras é que podem dirigir a palavra ao sujeito branco racista-aporofóbico.

A palavra “analfabeta” também ganha conotações imaginárias de desprezo, e não uma constatação estatística do analfabetismo no Brasil. Este problema educacional impacta determinantemente na história e na vida da população negra brasileira, porque foi produzido por políticas governamentais que inviabilizaram a escolarização do povo negro e não branco. Como, por exemplo, o caso, apontado pelo Projeto Querino (2022), de Isabel, mulher negra casada com um homem branco, que ficou viúva e os bens da família foram confiscados pela Justiça. Isabel, em 1860, fez um pedido ao juiz de órfãos, em Mariana-MG, para liberar recursos financeiros para que seus filhos pudessem estudar. Um filho estava estudando para ser boticário, pessoa que trabalhava com medicamentos, e o outro filho estava aprendendo a

ler e a escrever. O juiz negou aquilo que por direito pertencia à família, dizendo que não se justificava gastar dinheiro com os filhos porque eram pardos, e o que eles deveriam fazer era trabalhar.

Nesse sentido, a articulação do imaginário “analfabeta” no discurso racista-aporofóbico aqui analisado remete a ideias de que as pessoas negras não têm capacidades intelectuais para estudarem e desenvolverem pensamentos críticos, teorias e, principalmente, utilizarem da palavra para se comunicarem com pessoas brancas enriquecidas. Sendo assim, as pessoas negras empobrecidas podem ser hostilizadas. Esse modo de elaborar a existência do negro na sociedade brasileira é estabelecido pela supremacia racial branca, que apresenta as pessoas brancas como as melhores qualificadas para exercerem trabalhos e cargos privilegiados e prestigiados social e culturalmente (Almeida, 2019). Enquanto que as pessoas negras são entendidas discursiva e ideologicamente como seres desprovidos de inteligência e por isso não devem ocupar cargos e funções mais elevados.

O imaginário “palhaça”, por sua vez, está engendrado pela ridicularização aos povos negros. A cultura afro-brasileira ganha constantemente produções de sentidos que evocam a chacota e o menosprezo. Os ataques preconceituosos, por exemplo, que religiões de matrizes africanas recebem, como o Candomblé e a Umbanda, que são ridicularizadas por expressões do cotidiano, tais como “chuta que é macumba”⁴, “Exu é o diabo”⁵, expressam a materialização do desprezo com a cultura negra, promovendo o achincalhamento às manifestações culturais de matrizes africanas. Dessa forma, culturalmente o imaginário do negro foi sendo naturalizado na sociedade brasileira como aquele sobre o qual se pode impingir chacotas.

Esses elementos participam da movimentação significativa do imaginário “palhaça” no discurso racista-aporofóbico. É como se o sujeito branco-enriquecido dissesse à Anelina que ela estaria fazendo papel de palhaça, de ridícula, ao ocupar um espaço discursivo que não é historicamente construído para ela ocupar. Ou seja, ao espaço que não é construído discursivamente para que alguém o ocupe, querendo este ocupar, isto seria ridículo, exagerado e merece ser desprezado.

O discurso racista-aporofóbico produz efeitos de sentido, portanto, que constituem o imaginário, na atualidade, de modo contínuo, criando cadeias produtivas que retroalimentam e

⁴ “Macumba” é um instrumento de percussão. Macumbeiro é o músico que toca tal instrumento. Porém, normalmente usa-se como um termo pejorativo desde o Brasil-colônia. Pois se designa como algo do mau, perverso. Tudo isso elaborado por uma construção cultural. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/chuta-que-e-macumba>. Acesso em 07 de fev. de 2024.

⁵ Exu é um orixá da comunicação, da ordem e da disciplina.

perpetuam as produções narrativas de tal discurso. Os imaginários destacados daquele discurso desempenham um papel crucial na formação da identidade do sujeito racista-aporofóbico, contribuindo para a construção de estereótipos e preconceitos que não apenas refletem, mas também reforça as desigualdades sociais existentes.

Assim, o discurso não é apenas uma expressão de ideias, mas um mecanismo poderoso que normatiza comportamentos e atitudes, estabelecendo o que é considerado aceitável ou ideal na sociedade. Essa dinâmica não só legitima a discriminação, mas também perpetua a marginalização de grupos vulneráveis, criando um “ciclo vicioso” de exclusão e opressão. Portanto, é fundamental compreender como esses discursos se entrelaçam e se manifestam na vida cotidiana, influenciando as relações sociais e a construção do sujeito racista-aporofóbico.

4.5 O sujeito racista-aporofóbico

O sujeito discursivo para a AD é constituído pelas condições de produção e determinado pelos imaginários, tendo acesso apenas a uma parte do que diz. Desse modo, ele é sempre um sujeito assujeitado, que sofre imposições decorrentes do simbólico e da historicidade. É isso que dá o poder de o sujeito falar e produzir sentidos (Orlandi, 2020). No entanto, o sujeito não tem consciência dos elementos inconscientes que o formam. Lacan (1985) compreende que o inconsciente do sujeito é estruturado pela linguagem, sendo que tal sujeito discursivo é presentificado pela cadeia de significantes produzida pelo Outro.

Nesse viés, as concepções psicanalistas entendem que o sujeito é constituído essencialmente pela falta, a qual é formulada pelo gozo perdido. Tal perda é organizada pela linguagem ao preencher de sentido o que falta ao sujeito. Essa busca, como aponta Bucci (2022), é realizada em vão pelo sujeito, porque a procura por significados é algo constante e interminável. Porém, é nas dimensões do imaginário que o efeito de completude produz sentido, aqui o objeto desejado é conquistado. Por isso, o sujeito ao “pensar” no simbólico conquista o seu sentido no imaginário. Portanto, o sujeito racista-aporofóbico, ao se manifestar, preenche de sentido os discursos racistas-aporofóbicos numa rede semântico-discursiva, que conecta forças discursivas e ideológicas do colonialismo, do sistema escravocrata, do racismo estrutural, do pacto da branquitude, da aversão ao pobre, como também do privilégio elitista que as pessoas brancas e ricas recebem no Brasil.

A complexa teia de significados e sentidos que se interconectam às várias práticas sociopolíticas-econômicas e ideológicas atrelam-se à formação do discurso racista-

aporofóbico, como também ao sujeito que emerge de tal discurso. Dessa maneira, ao pensar nas heranças que o colonialismo e o sistema escravocrata deixaram, pode-se destacar a perpetuação das desigualdades raciais, sociais e econômicas impingidas, sobretudo à população negra. Já o racismo estrutural e o pacto da branquitude manifestam as formas sistemáticas e institucionais em que a aliança tácita entre os brancos constrói privilégios e benefícios para seus pares. Sendo que tais elementos, de modo naturalizante, agem conjuntamente como forças discursivas e ideológicas para manter e justificar as desigualdades, beneficiando uma elite branca e enriquecida enquanto marginalizam a grande maioria dos negros empobrecidos. Por isso, o sujeito que emana de um discurso racista-aporofóbico manifesta tanto atitudes racistas quanto aporofóbicas. Ele não só discrimina com base na raça, mas também demonstra aversão aos pobres, os quais, na conjuntura brasileira, são, na grande maioria, pessoas negras.

O sujeito racista-aporofóbico, com isso, é revestido pela linguagem – esse efeito de revestimento que pode ser comparado a um manto⁶ que encobre e dá poder a algo ou a alguém –, a qual consegue tornar natural o que é construído cultural, como é o caso do discurso racista-aporofóbico, que encobre com o “manto” da linguagem as desigualdades sociopolítico-econômicas, naturalizando, assim, a produção da riqueza e da pobreza. Com isso, tal processo acaba apagando o encadeamento estrutural da formação das elites brasileiras, em que suas fortunas conectam-se com os elementos econômicos e políticos escravocratas.

O sujeito racista-aporofóbico, nesse sentido, está sujeito à história e à língua, as quais provocam a formação dos sentidos nos discursos em que ele se manifesta. As determinações sócio-históricas, linguísticas e ideológicas – alimentadas, por exemplo, pelo racismo estrutural, pelas políticas de exclusão dos não brancos nacionais, pela instituição dos Campos de Concentração no Ceará, pelo processo de escravização e tráfico de pessoas negras, pelas políticas de embranquecimento e acolhimento de imigrantes brancos europeus, pelo menosprezo e desqualificação de pessoas empobrecidas, pelo pacto da branquitude, entre outras determinações – vão impactar no processo de assujeitamento racista-aporofóbico que constitui tal sujeito.

À medida que a possibilidade de uma grande imigração europeia tomava corpo, impulsionada por uma corrente de políticos imigrantistas, entre eles também alguns abolicionistas, o negro começa a ser descaracterizado não só

⁶ O manto que reveste as imagens ou esculturas sacras produz um efeito de sentido de algo majestoso, poderoso. Da mesma forma o manto/ a capa dos super-heróis confere um destaque maior, uma ênfase a mais a tal ser imaginário. No entanto, tais elementos recebem tais poderes persuasivos pela linguagem, a qual confere a um simples pedaço de pano o efeito de sentido majestoso, poderoso, sobrenatural.

enquanto força de trabalho, mas sobretudo como futuro cidadão. A partir daí os argumentos especificamente racistas (mais em termos biológicos que culturais) ou de racismo científico, complementados por outros encontrados nas teorias das aptidões naturais, começam a descartar os descendentes de africanos, acusando-os não só de membros de uma raça inferior tendente fatalmente à ociosidade, à desagregação social e ao crime, como também de maus trabalhadores, de incapazes para o trabalho livre. (Azevedo, 2004, p. 218).

Desse modo, a autora aponta em seus estudos como o negro foi construído no imaginário das elites do século XIX. Tal construção reforçou o racismo estrutural por meio de políticas imigrantistas e teorias pseudocientíficas, como o caso da democracia racial. Tais práticas ajudaram a institucionalizar a discriminação e a perpetuar a marginalização dos negros. Além disso, pode-se destacar que a intersecção entre racismo e políticas públicas de imigração favoreceu o fortalecimento do branco como aquele moralmente e intelectualmente superior, como também incidiu na formação do sujeito racista-aporofóbico.

O sujeito racista-aporofóbico ao se manifestar nos dizeres “eu moro num tríplices! E tenho medo de pobre!” evoca o poder que reveste, ilusoriamente, o branco como aquele que, mesmo tendo receio de que algo de ruim lhe aconteça, vive em seu “castelo”, o tríplices. Esse poder Schucman (2012) entende-o como algo realizado pelos sujeitos e não como algo que eles possuem.

Manter o poder não é algo de que alguém, ou uma instituição, tome posse e guarde para si, mas sim algo que se exerce repetidamente e continuamente. Dessa forma, cabe perguntar: quais são essas formas de exercer e manter a branquitude nesse lugar simbólico de poder? (Schucman, 2012, p.134).

A manutenção do poder é revestida por diversos posicionamentos, práticas políticas e sociais que mantêm os privilégios da branquitude. Ou seja, são práticas e representações simbólicas que reafirmam a supremacia branca. Como é o caso das vantagens que pessoas brancas têm ao ocuparem funções e cargos de maior prestígio social, como aponta Bento (2022).

No entanto, os brancos compreendem que privilégios não são eternos e que sua manutenção exige ações constantes. Tal posição de superioridade branca é permeada por medo e uma sensação constante de ameaça, o que leva os brancos a agirem, consciente ou inconscientemente, para garantir e preservar esses benefícios (Schucman, 2012).

O medo manifestado no discurso racista-aporofóbico revela a percepção que o branco tem do negro como um sujeito de autodeterminação. “Quando a relação entre eles não é a de dominação do branco sobre o negro, e, portanto, o negro poderia olhar para o branco não com

desejo de branqueamento, mas sim com olhos analíticos que desnudam a branquitude. E aí está o medo” (Schucman, 2012, p.142). Ou seja, o olhar analítico que o negro tem das benesses da população branca causa incômodo a esta, porque entender tais privilégios requer, conseqüentemente, compreender a cadeia produtiva que os constituiu, sendo que na base, na produção, na sustentação e manutenção de tais benefícios está o suor e o sangue do povo negro. Esses elementos trabalham de forma inconsciente na manifestação do sujeito racista-aporofóbico.

Além disso, a aversão manifestada com a pessoa negra e/ou não branca empobrecida expressa o que Cortina (2020) associa à vitória do carrasco, que consegue fazer com que a vítima passe a desprezar a si mesma depois de experimentar o medo e a aversão alheia. Ou seja, o sujeito racista-aporofóbico pode levar a pessoa negra empobrecida a criar um autodesprezo porque ao perpetuar o racismo e a aporofobia tal sujeito alimenta a construção de ambientes e situações de medo e aversão. Tais circunstâncias podem levar a pessoa discriminada a internalizar sentimentos negativos. Quando uma pessoa negra empobrecida vivencia atitudes racistas e aporofóbicas, ela pode começar a acreditar que essas percepções negativas sobre si são verdadeiras. Sendo que isso pode manifestar-se em sentimentos de inferioridade, vergonha e até mesmo em atitudes autodestrutivas.

Dentre outros fatores que agem para a manifestação de tal sujeito, destacam-se também as condições de produção que, atreladas ao *shopping center*, validam a manifestação do sujeito racista-aporofóbico, porque se trata de um espaço legitimado pela lógica discursiva colonialista e escravocrata, alimentando ainda mais os estigmas dos imaginários de ricos e de pobres. Assim, o sujeito que se evoca em tal discurso se enxerga num imaginário revestido pelo privilégio da nobreza branca elitista brasileira, que não pode ser acessado pela pessoa negra-pobre. Apenas quem ocupa tal espaço “nobre” e privilegiado pode se comunicar com seus “semelhantes”. Quem ocupa funções de servidão deve ficar invisível⁷.

Do mesmo modo, a alteração na voz favorece a manifestação e o poder discursivo que o sujeito racista-aporofóbico branco-enriquecido adquire, porque ao falar com as mulheres negras, tanto no primeiro material desta pesquisa quanto no segundo, expressa o medo latente de que as pessoas negras e pobres ocupem espaços do privilégio branco. O ódio vociferado pelo medo da presença do pobre, que não é aquele desprovido de dinheiro, mas o imaginário de negro-pobre, incomoda profundamente tal sujeito. Tal medo, como aponta Azevedo (2004)

⁷ A utilização de roupas, com cores e tons menos vívidos, vai ao encontro das ideologias que perpassam a invisibilidade de pessoas, que ocupam funções desprivilegiadas culturalmente no Brasil. Como é o caso das vestimentas utilizadas pela mulher negra no *shopping* de Ipatinga.

já se manifestava no imaginário da elite branca do século XIX, a qual entendia a figura do negro como alguém inconstante e perigoso que demandava constante controle da parte do branco.

Diante do discurso racista-aporofóbico do primeiro material desta análise, o sujeito negro-empobrecido toma o imaginário sócio-discursivo de faxineira e o transforma semanticamente quando diz: “sou faxineira com muito orgulho”. Essa resignificação emana o empoderamento que o sujeito discursivo ofendido toma para si, buscando reelaborar, na situação de deslocamento que as ofensas lhe causaram, uma formação discursiva e um imaginário sócio-discursivo que fossem capazes de produzir valores semânticos positivos. É como se toda a carga agressiva e ofensiva que retirou a dignidade da pessoa agredida fosse bloqueada e impusesse ao discurso racista-aporofóbico o respeito e a dignidade que as mulheres faxineiras devem ter.

O discurso, “sou faxineira com muito orgulho”, carrega resquícios das condições de produção da resistência e da instituição dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Por exemplo, a memória de Laudelina de Campos Melo, apresentada aqui por Santos (2022), emerge como fragmentos de condição sócio-histórica de produção no discurso do sujeito negro-empobrecido. Além disso, o Projeto de Emenda Constitucional nº 70 de 2013, conhecido como a PEC das domésticas, também se articula como elemento de sustentação discursiva para que o sujeito ofendido possa resgatar sua posição de pessoa digna, trabalhadora e que merece respeito.

No entanto, o esclarecimento que o sujeito negro-empobrecido, na segunda compilação do primeiro material do *corpus*, “hein, vim explicar a vocês um pouco do que aconteceu”, pode configurar a necessidade, por ocupar um espaço marginalizado, de ter que se explicar. O tom de voz ameno, pausado, contrito, quase penitente, reflete a docilidade obediente que o sujeito negro e empobrecido, mesmo sofrendo as consequências de um ato discursivo criminoso e ofensivo, não pode alterar a voz com o patrão, tem que aceitar as atrocidades contra sua dignidade em silêncio. Este sujeito insultado, afetado pela presença do sujeito racista-aporofóbico, transparece a construção de passividade e docilidade que atravessam, pela historicidade, o corpo negro brasileiro. Isso se encaixa discursivamente em expressões cotidianas como: “você tem que agradecer pelo trabalho que tem”. Tal gratidão ao patrão, pessoa enriquecida e branca, apaga a cadeia de produção estrutural escravocrata e capitalista que produz as classes afortunadas no país. Essa lógica discursiva localiza-se, principalmente, em trabalhos subalternizados. Nesse sentido, dificilmente o sujeito racista-

aporofóbico manifestar-se-á entre gerentes de bancos ou entre empresários, justamente porque tais espaços são ocupados majoritariamente por pessoas brancas.

Em síntese, entende-se que o sujeito racista-aporofóbico, para manter-se na posição de mando elitizado, descaracteriza a humanidade da pessoa negra impondo-lhe traços sócio-históricos e discursivos da ridicularização ao evocar o imaginário de palhaça, traz o imaginário de analfabeta, cujo efeito ideológico de incapacidade intelectual o constitui e emana também o imaginário de servidão e subserviente de faxineira. O ódio perpassa esse sujeito de forma veemente, porque o alvo de sua ofensa é uma pessoa negra e empobrecida, e o medo/aversão a tal pessoa está revestido pela ideia de que a pessoa negra e empobrecida cogitou ultrapassar, colocar-se em lugar diferente daquele determinado pela formação discursiva escravista-colonialista-capitalista, que constitui a organização da cultura e da sociedade brasileira.

5 CONCLUSÃO

Percorrer e evidenciar os traços constitutivos do sujeito racista-aporofóbico foi necessário para trilhar as composições linguísticas discursivas e ideológicas que se manifestaram em componentes históricos, políticos, sociais e culturais que construíram, de modo naturalizante, os lugares imaginários, discursivos e materiais que brancos enriquecidos e negros empobrecidos devem ocupar na sociedade brasileira.

Nesse viés, a partir da AD, entendeu-se que a linguagem manifesta aquilo que Heráclito, filósofo grego, pressupôs como imanente no mundo, o movimento. De acordo com tal pensador, é impossível se banhar no mesmo rio duas vezes, porque no ato de se banhar a pessoa é uma e o rio é outro, ao sair do rio aquela já seria outra diferente e o rio também distinto, e isso, num processo infinito, manifesta a mutabilidade. A partir disso, compreende-se que não há como partir de um marco zero para entender o mundo e, por conseguinte, a linguagem que o constitui. Assim, na eterna movimentação das palavras, cada discurso busca preencher de sentido, de verdade, aquilo que constitutivamente falta ao sujeito.

Tais articulações buscam, numa disputa constante pelo poder de enunciar e de constituir sentido, auferir valores, saberes, juízos acerca do que é bom ou ruim, de quem é rico e de quem é pobre, de quem merece ser mais bem tratado, por pertencer a uma dada classe e raça, de quem é mais ou menos pessoa. Por isso, aplicar os estudos da AD para entender os discursos é compreender que são as palavras e seus atravessamentos que constituem as pessoas. Além do mais, evidenciar a naturalização de palavras, “pobre” e “rico”, desnuda o manto normalizante e naturalizante de políticas e de práticas de elaborações das desigualdades em que os ricos foram enriquecidos, e os pobres, por exclusões e negligências institucionais, tornaram-se empobrecidos.

A incidência dos elementos sócio-históricos, discursivos e ideológicos das condições de produção escravocrata-colonialista-capitalista-segregacionista sobre o sujeito branco-enriquecido racista-aporofóbico privilegia a posição por ele ocupada na sociedade brasileira. Tal privilégio encontra-se diluído e naturalizado nos imaginários que supervalorizam o branco-enriquecido e menosprezam o negro-empobrecido. Este antagonismo foi estruturado ao longo da organização da sociedade brasileira, principalmente nos centros urbanos, como evidenciamos, por exemplo, em São Paulo e em Fortaleza. Isso incide na produção das desigualdades, e também no entendimento acerca das pessoas negras empobrecidas.

Ou seja, o poder persuasivo que reveste o discurso racista-aporofóbico é constituído por fatores sociais e históricos que moldam a sociedade brasileira. Sendo que os impactos da

escavidão contribuíram para a hipervalorização do branco como elemento disciplinador, nobre, de melhor prestígio social. Apagando-se, com isso, os efeitos nefastos que a população branca escravocrata causou aos não brancos e negros no Brasil. Olha-se, em algumas abordagens histórico-discursivas, para a escravidão apenas como um problema do negro, como se ele fosse causa e consequência de si mesmo para gerar o processo de desigualdade. No entanto, as segregações sociais, políticas, econômicas e culturais, celebradas pelo pacto da branquitude, foram engendrando discursivamente as perspectivas virtuais de que o branco imigrante seria o melhor para ocupar os cargos, os empregos e as funções de maior poder e destaque cultural.

Compreender o sujeito racista-aporofóbico, portanto, envolveu destacar alguns dos vários elementos que o revestem. Tal como uma cebola que não possui um núcleo duro, consistente e facilmente detectável, o sujeito discursivo é revestido por diversas “camadas” discursivas, ideológicas, sócio-históricas e psicanalíticas, as quais trabalham concomitantemente, elaborando outros elementos – formações discursivas, ideológicas, condições de produção, interdiscurso, esquecimentos, ditos e não-ditos, imaginários, posições do sujeito, entre outros – para a produção do sujeito, o qual não tem autonomia sobre o que diz, porque, conforme já destacado nesta pesquisa, ele é assujeitado à história e à língua(gem).

Nesse sentido, nesta pesquisa evidenciamos que as condições de produção, tanto as imediatas quanto as profundas, contribuem significativamente para a manifestação do sujeito racista-aporofóbico, o qual se encontra assujeitado às determinações discursivas. Estas provocam imposições que são elaboradas numa cadeia produtiva que se articula de modo sócio-histórico e ideológico, resgatando e retroalimentando palavras, discursos e ideias que, ao longo da formação da sociedade brasileira, principalmente, aqui marcada pelos períodos colonial, pós-escavidão, urbanização e industrialização de capitais, como São Paulo e Fortaleza, como também por perspectivas discursivas racistas, tanto do racismo estrutural quanto do pacto da branquitude.

Os imaginários também são elementos enunciativos que fundamentalmente instituem a formação do sujeito discursivo. Alguns imaginários, por exemplo, destacados neste trabalho, carregam valor semântico e discursivo que povoam o modo como a sociedade brasileira representa o negro e o pobre, o rico e o branco. Assim, foi possível compreender que, por meio dos recortes discursivos feitos nesta pesquisa, o imaginário de pobre está atrelado ao de negro no Brasil.

Além do mais, investigar a constituição do sujeito racista-aporofóbico requereu entender que pensar a linguagem não é somente criar novas palavras, envolve desarticular a

linguagem que tem como objetivo silenciar (Mosé, 2018). Por isso, realizar esta pesquisa é fazer ressoar concepções de que o sujeito, que se manifesta em “abaixa a bola pobre” ou “coloque-se no seu lugar de faxineira e analfabeta”, deve ser desautorizado e deslegitimado pelas produções discursivas. De modo que enunciados extremamente significativos para a formação da cultura brasileira como “quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida”, que denuncia as disparidades socioeconômicas e raciais que permeiam nossa sociedade. Por isso, é fundamental que essa compreensão se traduza em políticas públicas que promovam e garantam vida digna para as pessoas que carregam na pele as marcas das desigualdades e do empobrecimento, uma vez que tais marcas não existem na grande maioria da população branca brasileira.

Nesse sentido, precisamos nos organizar, na atualidade, junto a outras pesquisadoras e outros pesquisadores, para formularmos novas produções discursivas que possam enaltecer e construir espaços em que todos, principalmente a população negra, possam exercer o direito constitucional de ir e vir, ocupar os espaços, os empregos, as funções e as posições que bem quiserem. Isso, certamente, pode ser uma forma de não apenas produzir efeitos de sentidos, de modo que as pessoas sejam valorizadas na sua dignidade como ser humano e não tratadas pelos atravessamos capitalistas, raciais ou econômicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRADE, Luis Martínéz. O shopping center como figura paradigmática do discurso colonial: racismo e poder na América Latina. Goiânia: **Revista Sociedade e Cultura**, v. 15, n. 1, p. 217-230, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70324609020.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2024.

AZEVEDO, Célio Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Anablume, 2004.

BAUMAN, Z. . **Medo Líquido**. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray (orgs.). **Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

BRASIL, Lei nº 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acessado em 22 de novembro de 2024.

BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível**. São Paulo: Autêntica Editora, 2022.

CANO, Márcio Rogério de Oliveira. **A Manifestação do Estado de Violência no Discurso Jornalístico**. 2021. 187 f. (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CANO, M. R. de O.; PENA, L. N. Os processos enunciativos na Análise do Discurso e a formação do leitor. In: CARREIRA, R. A. R.; OLIVEIRA, W. F. de; ELIAKIM, J. (Org.). **Discurso em perspectiva**. São Paulo: Blucher, 2022.

CANO, M. R. O. ; SILVA, Luciana Soares . Representações circulantes e a construção identitária docente. In: AMORIM, Márcia; SALES, Christian Antônio de Souza. (Org.). **Discursos em rede: teias de saberes**. 1ed.Campinas: Pontes, 2022.

CARVALHO, Federico Zeymer Feu. **O Sujeito no Discurso: Pêcheux e Lacan**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ARCO-7F2RJQ>. Acesso em 16 de abril de 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v.7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Branquitude: dilema racial brasileiro**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário** / Conselho Nacional de Justiça. Brasília: CNJ, 2021.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. Tradução de Daniel Fabre. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

COURTINE, J. J. **Análise do Discurso Político: discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: EdUFSCar, 2014.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar do Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2021.

GUIMARÃES, Vinícius Oliveira Seabra. **Construção Histórico-Social da Pobreza: Desnaturalização da Percepção das Desigualdades Sociais**. Disponível em: https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2015/08/artigos/historico_social_pobreza.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Brasília: IBGE, 2022.

LACAN, Jacques. **O seminário - livro 11 - os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Tradução de Sírio Possenti. 2ª edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 13ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

ORLANDI, E. P.. **Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

PAULA, Marcos Roberto & CANO, Márcio Rogério de Oliveira. A relação discursiva entre pobres e ricos na articulação do sujeito aporofóbico. In: VARGAS, Jarbas Nascimento & CHAVES, Ramon Silva (org.). **Discurso, Cultura e psicanálise**. São Paulo: Blucher, 2024.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. 5ª ed. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PODCAST PROJETO QUERINO. Tiago Rogero. **Rádio novo**. 6 de agosto de 2022. Podcast/Spotify. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4ihscGfv0vmjBrK6dHA9Xo>. Acesso em 07 de fev. de 2024.

RELATÓRIO DO OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DAS DESIGUALDADES. Um retrato das desigualdades no Brasil hoje. **Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades**. Agosto de 2023. <https://static.poder360.com.br/2023/08/Relatorio-2023-Observatorio-Brasileiro-das-Desigualdades-1.pdf>. Acesso em 07 de fev. de 2024.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil** – Afinal, de que se trata?. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e Pobreza – 1890-1915. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo Brasileiro**: uma história da formação do país. 1ª edição. São Paulo: Todavia, 2022.

Schucman, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana** / Lia Vainer Schucman; orientadora Leny Sato. São Paulo: Veneta, 2012.

SOUZA, Pedro H.G. Ferreira de. **Uma história da desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 1ª ed. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVA, Luciana Soares; CANO, M. R. O. . O discurso racista na internet: uma análise dos comentários. In: Jarbas Vargas Nascimento. (Org.). **Discurso, cultura e negritude: Série discurso e cultura**. 1ed. V.4. São Paulo: Blucher, 2021.

VINHAS, L. I. Considerações sobre o pré-construído na Análise do Discurso: gesto de interpretação de dizeres de uma mulher presa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 62, n. 00, p. 020024, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8658800>. Acesso em: 18 nov. 2022.